



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**Instituto de Geociências**

**Departamento de Geografia**

**ALIENAÇÃO E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO PAULISTA**

**INCENTIVOS TERRITORIAIS E INVESTIMENTOS PRIVADOS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Aluno: Clayton Luiz da Silva**

**Orientador: Prof. Dr. Márcio Cataia**

**Agosto, 2005**

**Catálogo na Publicação elaborada pela Biblioteca  
do Instituto de Geociências/UNICAMP**

Si38a Silva, Clayton Luiz  
Alienação e uso corporativo do território de São Paulo: incentivos  
territoriais e investimentos privados / Clayton Luiz da Silva.--  
Campinas,SP.: [s.n.], 2005.

Orientador: Márcio Antonio Cataia.  
Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto  
de Geociências.

1. Território. 2. Geografia política. 3. Investimentos públicos.  
4. Planejamento territorial. 5. Políticas públicas. I. Cataia, Márcio  
Antonio. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Geociências. III. Título.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**Instituto de Geociências**

**Departamento de Geografia**

**CLAYTON LUIZ DA SILVA**

**ALIENAÇÃO E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO PAULISTA**

**INCENTIVOS TERRITORIAIS E INVESTIMENTOS PRIVADOS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Departamento de Geografia do Instituto de  
Geociências da Universidade Estadual de  
Campinas como parte dos requisitos para a  
obtenção do título de Mestre em Geografia  
Humana

**Orientador: Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia**

**Campinas – São Paulo  
Agosto, 2005**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**Instituto de Geociências**

**Departamento de Geografia**

**AUTOR: CLAYTON LUIZ DA SILVA**

**ALIENAÇÃO E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO PAULISTA**

**INCENTIVOS TERRITORIAIS E INVESTIMENTOS PRIVADOS**

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia**

**Aprovada em: 31/08/2005**

**EXAMINADORAS:**

**Prof. Dr. Márcio Antonio Cataia** \_\_\_\_\_ - Presidente

**Profa. Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza** \_\_\_\_\_

**Profa. Dra. Samira Peduti Kahil** \_\_\_\_\_

**Campinas, 31 de agosto de 2005**

*“Sob o local onde o lambari dorme intacto  
enquanto suas barbatanas movem-se gentilmente  
na água as flores desfalecem, as flores levantam-se  
novamente...”*

Para você Cauã Coaraça

Na presente dissertação eu não poderia escrever tudo que vivi com a pesquisa, jamais poderia transcrever como ela tomou minha vida. Mas, na medida do possível, procurei acrescentar nas linhas que mais à frente se iniciam minhas impressões sobre o que li e refleti. As inquietações que me tocam continuarão fortes sem dúvidas; ainda tenho muito que amadurecer e aprender com elas. Porém, os prazos nos impõem um ponto final ao trabalho.

O transcurso da pesquisa sem dúvidas criou possibilidades de usar a bagagem de conhecimentos adquiridos tanto na graduação quanto na pós-graduação, permitindo ora aprofundar antigas temáticas já trabalhadas, como, por exemplo, no que se refere à ação das empresas reticulares, ora descortinar novas, como uma visão mais ampliada sobre a reorganização que o território brasileiro sofre em função da globalização econômica. Também, as reuniões com o grupo de pesquisa, formado pelos alunos orientados pelo Prof. Márcio Cataia, as orientações deste, mais as muitas conversas com pesquisadores próximos, permitiram a imersão necessária à vida acadêmica.

Mas, o que moveu a pesquisa?. Um forte desejo de interpretar como a modernização do território brasileiro, a partir da difusão da razão global, técnica e calculista, implica a permeabilidade de suas fronteiras. Ou seja, analisar como o “global” que chega pede uma reorganização de parcelas do espaço brasileiro e em que medida essas parcelas reorganizadas interferem no todo do espaço nacional. Para isso, pareceu fundamental observar a imbricação entre políticas públicas e empresariais, pois na medida em que novos investimentos projetados são efetivados o que se tem observado é uma ação servil do Estado a criar e regulamentar os espaços de interesse do capital.

Porém, antes de aprofundar as discussões, gostaria de agradecer a algumas pessoas:

→ Aos companheiros do grupo de pesquisa do Geoplan – Campinas: Z (Zezera), Fabrício Gallo, Rita de Cássia, Marianna Ramalho, Bruno Mastrocola. A conversa com vocês ajudaram a enriquecer este trabalho;

→ Aos funcionários do IG, especialmente a VAL pela grande ajuda, e ao Seu Aníbal, pelas boas conversas;

→ Ao Alex Manetta (Valeu irmão!!!), Priscila Dias e Família, Virna Carvalho, Fabíola Lana, Ricardo (Ricardus Terceirus), Alexandre Fughs (Véio), Flora (Florinda), Isabel (Bel), Marina Moreto, Samuel Frederico, Marcel (Anaconda), Zé, Luizinho e tantos outros amigos do IG e da Unicamp;

→ Aos amigos da USP Pablo, Caren e Heloísa.

→ Aos amigos de longa data: Uassyr e família, Claudia Teixeira (Eterna), Regina (*Régia minha vitória, me fazia libar...*), Charles (Charlão) e Família, Pat, Pa, Carla Kisen, Carla Viseu, Mayra Bueno e Carina Kisen e família. Foram com vocês que compartilhei momentos espaciais que me ajudaram a encontrar a verdadeira importância da amizade;

→ Ao Professor Márcio Cataia, grande mestre sempre presente me ajudando e a quem digo de coração muito obrigado;

→ À Professora Doutora Maria Adélia Aparecida de Souza, mestra que me ensinou com suas aulas a importância da geografia sempre renovada, pronta para acompanhar o movimento do mundo. Agradeço suas lições acadêmicas e de vida;

→ Aos Professores Doutores Ricardo Castillo e Ricardo Mendes, cujas aulas foram excepcionalmente inspiradoras. Meu sincero muito obrigado;

→ À Professora Doutora Adriana Bernardes, pelas conversar francas e humanas. Muito obrigado;

→ Ao Professor Doutor Wilson Cano, cujas aulas (Estratégias do Desenvolvimento) foram muito importantes para uma visão mais ampla sobre as origens do subdesenvolvimento;

→ Aos meus pais, João Luiz e Ilsa, cuja ajuda nos momentos mais difíceis fazem deles únicos. Ao meu irmão Emerson e sua família;

→ Ao pessoal da Moradia Estudantil da UNICAMP, Zezinho, Caio (Caião), Hiro e família, Henrique e família, Shanti Marengo (grande rinoceronte branco...), Eduardo Ribeiro e Solange;

→ Aos “sempre alunos” Maurício Marcolino (MauMau), Tati, Adriana (Dri), Alessandra, Hobson e Hanna (xaropilda);

→ À P (de princesa), companheira inseparável e guerreira obstinada, contigo sinto-me bem. Ao Cauã (da Luz do Sol), uma vida que se ergue como um nascer da Lua cheia;

→ À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), cuja bolsa de mestrado garantiu-me os meios necessários para a realização da pesquisa que embasa o presente trabalho;

→ Peço desculpas se esqueço alguém...

|                                                                                                       |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| AGRADECIMENTOS                                                                                        | v   |
| ÍNDICE DE MAPAS                                                                                       | ix  |
| ÍNDICE DE QUADROS                                                                                     | xi  |
| RESUMO                                                                                                | xii |
| INTRODUÇÃO                                                                                            | 1   |
| Parte I – ALGUMAS IMPLICAÇÕES DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA SOBRE O TERRITÓRIO BRASILEIRO                 | 3   |
| CAPÍTULO 1 – Globalização econômica e reorganização do território brasileiro                          | 4   |
| CAPÍTULO 2 – Globalização econômica e guerra dos lugares                                              | 11  |
| Parte II – A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PAULISTA                                                      | 23  |
| CAPÍTULO 3 – A atual vaga de modernização do território paulista                                      | 24  |
| CAPÍTULO 4 – Modernização do território paulista: incentivos territoriais e os investimentos privados | 34  |
| CAPÍTULO 5 – A modernização do território: o caso de Gavião Peixoto                                   | 119 |
| Parte III – O USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO PAULISTA                                                  | 125 |
| CAPÍTULO 6 – A Atual vaga de modernização e a alienação do território paulista                        | 126 |
| CAPÍTULO 7 – Alienação do território: o território paulista e as grandes empresas                     | 132 |
| CAPÍTULO 8 – Um problema atual: uso corporativo do território                                         | 153 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS                                                                                  | 159 |
| BIBLIOGRAFIA                                                                                          | 166 |
| ANEXOS                                                                                                | 170 |

|                                                                                                                                           |    |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| MAPA 3.1 – São Paulo – Áreas urbanas e principais macro-sistemas de transporte terrestre                                                  | 27 |
| MAPA 4.1 – São Paulo – Municípios com incentivos territoriais – Isenção de Taxas, 1999                                                    | 39 |
| MAPA 4.2 – São Paulo – Municípios com incentivos territoriais – Isenção de ISS, 1999                                                      | 41 |
| MAPA 4.3 – São Paulo – Municípios com incentivos territoriais – Isenção de IPTU, 1999                                                     | 43 |
| MAPA 4.4 – São Paulo – Municípios com incentivos fiscais – Isenção de Taxas, IPTU e ISS, 1999                                             | 47 |
| MAPA 4.5 – São Paulo – Municípios com incentivos territoriais – Doação de Terrenos, 1999                                                  | 51 |
| MAPA 4.6 – São Paulo – Municípios com incentivos territoriais – Cessão de Terrenos, 1999                                                  | 53 |
| MAPA 4.7 – São Paulo – Municípios com incentivos territoriais – Doação e Cessão de Terrenos, 1999                                         | 57 |
| MAPA 4.8 – São Paulo – Municípios com incentivos territoriais e fiscais – Doação e Cessão de Terrenos; Isenção de Taxas, IPTU e ISS, 1999 | 61 |
| MAPA 4.9 – São Paulo – Municípios com incentivos territoriais - Distritos Industriais, 1999                                               | 65 |
| MAPA 4.10 – São Paulo – Municípios que oferecem veículos e máquinas para realização de obras, 2004                                        | 69 |
| MAPA 4.11 – São Paulo – Municípios com leis específicas para atração de investimentos, 2004                                               | 73 |
| MAPA 4.12 – São Paulo – Valor dos investimentos empresariais anunciados por Região Administrativa (jan.1995/dez.2003)                     | 79 |
| MAPA 4.13 – São Paulo – Municípios com investimentos anunciados (jan.1995/dez.2003)                                                       | 83 |

|                                                                                                                       |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| MAPA 4.14 – São Paulo – Municípios com investimentos estrangeiros anunciados (jan.1995/dez.2003)                      | 85  |
| MAPA 4.15 – São Paulo – Número de empreendimentos empresariais anunciados por município (jan.1995/dez.2003)           | 89  |
| MAPA 4.16 – São Paulo – Valor dos investimentos empresariais anunciados por município (jan.1995/dez.2003)             | 93  |
| MAPA 4.17 – São Paulo – Número de empreendimentos estrangeiros anunciados por município (jan.1995/dez.2003)           | 97  |
| MAPA 4.18 – São Paulo – Municípios com mais de 100 mil habitantes (1980)                                              | 103 |
| MAPA 4.19 – São Paulo – Municípios com mais de 100 mil habitantes (1990)                                              | 103 |
| MAPA 4.20 – São Paulo – Municípios com mais de 100 mil habitantes (2000)                                              | 103 |
| MAPA 4.21 – São Paulo – Quantidade de Helipontos por município (1985)                                                 | 107 |
| MAPA 4.22 – São Paulo – Quantidade de Helipontos por município (2002)                                                 | 109 |
| MAPA 4.23 – São Paulo – Quantidade de Aeródromos por município (2002)                                                 | 113 |
| MAPA 4.24 – São Paulo – Quantidade de Aeródromos em fazenda (2002)                                                    | 115 |
| MAPA 5.1 – Área de Segurança Aérea de Gavião Peixoto                                                                  | 121 |
| MAPA 7.1 – São Paulo – Número de Shopping Centers (1966-1970)                                                         | 135 |
| MAPA 7.2 – São Paulo – Número de Shopping Centers (1971-1980)                                                         | 135 |
| MAPA 7.3 – São Paulo – Número de Shopping Centers (1981-1990)                                                         | 135 |
| MAPA 7.4 – São Paulo – Número de Shopping Centers (1991-2002)                                                         | 135 |
| MAPA 7.5 – São Paulo – Municípios com empreendimentos anunciados: Automobilística (jan.1995/dez.2003)                 | 141 |
| MAPA 7.6 – São Paulo – Municípios com empreendimentos anunciados: Eletricidade, Gás e Água Quente (jan.1995/dez.2003) | 141 |
| MAPA 7.7 – São Paulo – Municípios com empreendimentos anunciados: Atividades Imobiliárias (jan.1995/dez.2003)         | 141 |
| MAPA 7.8 – São Paulo – Municípios com empreendimentos anunciados: Construção (jan.1995/dez.2003)                      | 141 |

|                                                                                                                       |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| MAPA 7.9 – São Paulo – Municípios com empreendimentos anunciados: Fabricação de Produtos Químicos (jan.1995/dez.2003) | 143 |
| MAPA 7.10 – São Paulo – Municípios com empreendimentos anunciados: Telecomunicações (jan.1995/dez.2003)               | 143 |
| MAPA 7.11 – São Paulo – Localização dos Pólos de Desenvolvimento                                                      | 147 |

---

## ÍNDICE DE QUADROS

---

|                                                                                                                             |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| QUADRO 1.1 – Evidência setorial da desnacionalização                                                                        | 8   |
| QUADRO 2.1 – Tipologia dos impostos para cada esfera de governo                                                             | 13  |
| QUADRO 2.2 – Formas de apoio estadual                                                                                       | 16  |
| QUADRO 2.3 – Periodização da Guerra dos Lugares                                                                             | 19  |
| QUADRO 3.1 – Valor dos investimentos anunciados para o estado de São Paulo por Região Administrativa (em US\$ milhões)      | 30  |
| QUADRO 4.1 – Incentivos oferecidos pelo Município de Santo Antônio do Pinhal (SP)                                           | 35  |
| QUADRO 4.2 – Incentivos oferecidos pelo Município de Campinas (SP)                                                          | 36  |
| QUADRO 4.3 – Dez municípios paulistas com maior número de empreendimentos anunciados (jan.1995/dez.2003)                    | 91  |
| QUADRO 4.4 – Municípios com os dez maiores valores de investimentos anunciados no estado de São Paulo (jan.1995/dez.2003)   | 95  |
| QUADRO 4.5 – Dez municípios paulistas com maior número de empreendimentos estrangeiros anunciados (jan.1995/dez.2003)       | 96  |
| QUADRO 4.6 – Quantidade de municípios por valor de investimento (jan.1995/dez.2003)                                         | 99  |
| QUADRO 7.1 – Investimentos anunciados no estado de São Paulo, segundo subsetores de atividade econômica (jan.1995/dez.2003) | 139 |



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**Instituto de Geociências**

**Departamento de Geografia**

**INCENTIVOS TERRITORIAIS E INVESTIMENTOS PRIVADOS**

**ALIENAÇÃO E USO CORPORATIVO DO TERRITÓRIO PAULISTA**

**RESUMO**

**Dissertação de Mestrado**

**Clayton Luiz da Silva**

As atuais modernizações, forjadas no contexto da globalização econômica, modificam a organização interna dos territórios criando a necessidade de nova regulação. Diante disto, o presente trabalho busca analisar a influência sobre o território paulista dos investimentos privados nacionais e estrangeiros, procurando discutir o uso pelos governos municipais de incentivos de atração de investimentos. A ação internacional de grandes empresas toma forma nos lugares, de modo que a competição pelos seus investimentos leva a uma batalha entre eles. No estado de São Paulo, os investimentos privados têm atraído as políticas públicas, que passam a ser guiadas em direção aos interesses minoritários hegemônicos. No entanto, tem-se observado que os investimentos privados se dão de forma concentrada nas principais cidades paulistas, deixando claro que não são todos os municípios que os podem atrair. Verifica-se ainda que os investimentos privados se concentram nos lugares mais bem preparados, mostrando mais nitidamente que as empresas têm no território pontos ou

manchas de seu interesse que são usados por elas como recurso. O território, compreendido em sua totalidade, demonstra que no encontro entre políticas públicas e interesses corporativos, o Estado vem negligenciando-se de procurar possibilidades que tornem a chamada globalização econômica mais próxima dos interesses da maioria da população. Esta, penalizada por escolhas enviesadas, tem sofrido as consequências de não ter seu território preparado para atender seus interesses imediatos e futuros, cujos desdobramentos têm levado ao aprofundamento da alienação do território.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**Instituto de Geociências**

**Departamento de Geografia**

**TERRITORIAL INCENTIVE AND PRIVATE INVESTMENTS  
ALIENATION AND CORPORATE USE OF THE TERRITORY FROM SÃO PAULO**

**ABSTRACT**

**Dissertação de Mestrado**

**Clayton Luiz da Silva**

The current modernizations, forged in the context of the world economy, modify the internal organization of the territories creating the need of new regulation. Before this, the present work search to analyze the influence on the territory from São Paulo of the national and foreign private investments, trying to discuss the use for the municipal governments of incentives of attraction of investments. The international action of great companies takes form in the places, so that the competition for its investments recruitment to a battle among them. In the state of São Paulo, the private investments have been attracting the public politics that become guided in direction to the preponderance interests minority. However, it has been observing that the deprived investments give in the main cities from São Paulo in a concentrated way, leaving clear that are not all the municipal districts that can attract them. It is verified although the private investments concentrate better on the places prepared, showing more sharply than the companies have in the territory points or stains of its interest

that are used by them as resource. The territory, understood in its totality, demonstrates that in the encounter among public politics and interest corporate, the State comes being neglected of seeking possibilities that turn closer world economy of the interests of most of the population. This, pained by such choices, it has been suffering the consequences of not having its prepared territory to assist its immediate and future interests, whose unfolding have been washing the amplification of the alienation of the territory.

A análise desenvolvida para a elaboração da presente dissertação caminhou por três questões chaves: *Incentivos Territoriais*, *Ação de Empresas Reticulares* e *Alienação do Território*. Estas questões permeiam toda a redação, encontrando em algumas partes maior discussão e elaboração teórica, em outras sendo apresentadas na forma de dados empíricos.

No desenvolvimento da pesquisa, procurou-se analisar como a ação das empresas reticulares interfere na elaboração dos planos e projetos do poder público. O recorte de análise centra-se no estado de São Paulo, ente federativo brasileiro para o qual tem-se verificado a aplicação de variadas modalidades de políticas, municipais e estaduais, de atração do grande capital, principalmente externo. Busca-se com isso compreender a atual vaga de modernização que o território paulista acolhe.

É procurando discutir mais profundamente as questões acima expostas que foi redigida a presente dissertação. As influências externas verticalizadas sobre o território brasileiro são os meios pelos quais sucessivas ordens modificam o cotidiano que se realiza nos lugares. Guiado por esta temática, é objetivo deste trabalho ainda realizar uma reflexão sobre os possíveis sentidos territoriais do conceito de *alienação*.

Parte-se da hipótese de que os municípios, principalmente os menores, têm sua regulação polarizada pela ação das empresas reticulares, que usam seu poder para fazer valer seus interesses. A regulação política polarizada refere-se à capacidade de alguns agentes de impor seus interesses perante o poder público, facilitando sua ação. Um exemplo desses agentes é a *empresa reticular*. Vale destacar que os interesses desses agentes contam ainda com o apoio de um complexo sistema ideológico que legitima suas ações, incluindo a propaganda (mídia em geral), a educação para o consumo, bem como a ampliação do mercado interno de consumo, instaurado baseado no esmorecimento da cidadania em nome de uma “democracia de mercado”. Ademais, as redes atuais, que fazem uso principalmente das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação, permitem uma fluidez e uma velocidade que possibilitam às empresas

reticulares a ampliação de sua competência de ação e de logística (SAVY, 1995). Fazendo uso dos pontos interconectados pelas redes atuais esses agentes acabam por comandar a regulação do conjunto do espaço.

A estrutura do trabalho divide-o em três partes. A primeira parte, denominada *A implicação da globalização econômica sobre o território brasileiro*, é composta de dois capítulos. No primeiro discuti-se a reorganização do território brasileiro em função da globalização econômica. O segundo capítulo trata da guerra dos lugares, dos conflitos entre os compartimentos políticos para a atração dos investimentos empresariais.

A segunda parte, denominada *A modernização do território paulista*, está subdividida em três capítulos. O primeiro trata da atual vaga de modernização acolhida pelo território paulista. O segundo capítulo discorre sobre os incentivos territoriais criados pelos governos municipais do estado de São Paulo para a atração de investimentos e sobre os investimentos empresariais anunciados por município. Por fim o último capítulo trata da modernização do município de Gavião Peixoto-SP.

A terceira e última parte, denominada *O uso corporativo do território paulista*, é composta de três capítulos mais as considerações finais. O primeiro capítulo desta parte trata da modernização do território paulista segundo os interesses das grandes firmas e da vinculação entre as políticas governamentais e as políticas das empresas. O segundo capítulo trata da alienação do território paulista em função dos interesses das grandes empresas. Por fim, o terceiro capítulo se refere ao atual uso corporativo do território paulista.

**PARTE I**

**ALGUMAS IMPLICAÇÕES DA GLOBALIZAÇÃO**

**ECONÔMICA SOBRE O TERRITÓRIO BRASILEIRO**

## CAPÍTULO 1 - GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E REORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

---

*O que a globalização faz é como que entregar certas áreas, na sua função e na sua dinâmica própria, a um motor externo ao país, que regula a vida de cada região em função de interesses "privatísticos". As empresas muito grandes mandam em pedaços do Brasil cada vez mais numerosos /.../ pedem aos governos federal, estadual e municipal que lhes ofereçam infra-estrutura. O uso da terra é regulado pelos interesses dessas empresas, criando uma fragmentação do território, uma alienação do território, um descontrole do território pelo Estado, o que permite dizer que, com a globalização, não são os políticos que fazem política. A política é feita pelas grandes empresas...* (SANTOS, 2000)

Ao longo do último quartel do século XX e início do XXI, se fizeram pronunciar profundas transformações nas relações internacionais, com novas articulações envolvendo as formações sócio-espaciais. No caso brasileiro, o processo de abertura ao mercado internacional, iniciado já no final da década de 1970, ganha novo fôlego nas décadas seguintes com a reorganização produtiva do território.

As possibilidades abertas pelo progresso técnico-científico, apoiado principalmente nas técnicas da informação, deram a base material e imaterial para a ampliação da especialização do trabalho nos lugares (SANTOS, 2001:105). Os lugares que acolheram as técnicas mais modernas passaram a oferecer aptidões específicas à produção, ao mesmo tempo em que ocorria a ocupação de novas áreas ou a remodelação daquelas já implicadas na produção moderna.

A partir de então, a inserção do território na economia internacional se acentuou, na medida em que a renovação tanto das materialidades quanto da produção vem sendo feita segundo padrões estabelecidos pelos agentes hegemônicos internacionais, notadamente a empresa transnacional. CHESNAIS (1996:103-104) esclarece que a “...fusão das tecnologias de telecomunicação e de informática e o

surgimento da teleinformática permitiram às grandes companhias gerenciar melhor as economias de custos de transação, obtidas pela integração, reduzir os ‘custos burocráticos’ associados a sua internacionalização”. Continua esclarecendo que por “...meio delas (NTT’s) a grande companhia pode estabelecer um controle estrito sobre parte das operações de outra empresa, sem precisar absorvê-la. Esta é a originalidade das empresas-rede”.

Com o advento da empresa-rede, ou empresa reticular, tendencialmente pode-se por fim à produção verticalizada, com as empresas próximas ou agrupadas num mesmo local. É aqui que melhor se visualiza o sentido da globalização econômica, pois as novas formas de organização das grandes firmas, baseadas nas tecnologias da informação, permitiram que a produção de uma mesma empresa, ou de empresas associadas, pudesse ser dividida (desverticalizada) no interior de um território ou no interior de vários territórios nacionais.

Por outro lado, tais territórios necessariamente tiveram de ser preparados para receber os investimentos dessas empresas. No Brasil, de certo modo, a urbanização do território tornou-se uma estratégia para o desenvolvimento do país. No entanto, esta política não se restringiu aos limites da cidade, tendendo a abranger o território nacional, atribuindo grande importância aos transportes e às comunicações internas, bem como a consolidação da unificação do mercado nacional. Isto foi alcançado mediante planos setoriais com grandes investimentos em capital fixo, como os projetos hidroelétricos, aeroportos, barragens, usinas, portos, etc., (sem esquecer a expansão dos sistemas de transportes terrestre, marítimo e aéreo, dos oleodutos, dos canais de irrigação, das redes de energia e dos meios de comunicação), que configuram a atual rede de infra-estruturas presentes em todas as regiões do país. No entanto, conforme lembra SANTOS (2001:105), a divisão territorial do trabalho torna-se mais profunda naquelas áreas já portadoras de densidades técnicas originadas em outras etapas da modernização do território. Este é o caso da Região Concentrada<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> “Como em todos os períodos, o novo não é completamente difundido no território. Todavia os objetos técnicos-informacionais conhecem uma difusão mais generalizada e mais rápida do que os objetos de pretéritas divisões territoriais do trabalho. A área da abrangência dos objetos atuais e das ações associadas é mais ampla.

Neste contexto, os pontos dos territórios nacionais dotados das técnicas mais modernas funcionam atraindo o investimento das empresas transnacionais, as quais utilizam para sua organização e produção as tecnologias da informação agora disponíveis. Os pontos do território onde ocorre a produção mais moderna são, portanto, elos de uma corrente mais ampla de relações, implicando na ampliação da cooperação entre os lugares, mas que privilegia centros de tomada de decisão. A produção se precipita nas porções do território mais capazes de acolhê-la, ao passo que estas mesmas porções perdem o controle sobre o que ali se produz e circula, sendo elas engolfadas na lógica da produção mundializada.

O pós-Guerra já tinha marcado uma ruptura na forma de organização do espaço, dentro do que se convencionou denominar política de substituição de importações<sup>2</sup>, cuja manifestação na organização interna do território fora evidente. Já naquele momento foram lançadas as bases da criação de um mercado único, parcialmente unificado em termos de transporte via política rodoviarista, de uma urbanização interior que permitiu uma certa difusão, embora concentrada em poucos “centros” com suas devidas hinterlândias, da modernidade pelo território. A ditadura pós-1964 assistiu a nova onda de modernização, *conservadora e autoritária*, onde o Estado, procurando uma modernização acelerada, sustentou níveis elevados de investimentos públicos e intervenção direta no aparato produtivo. O final do período militar marca a ascensão de uma nova etapa do capitalismo mundial, baseada no liberalismo econômico e no fortalecimento das empresas transnacionais.

Segundo Celso FURTADO (2000[1998]:28-29) o processo atual de globalização desarticula a ação sincrônica das forças (de um lado, a inovação técnica – a qual se traduz em elevação da produtividade e em redução de mão-de-obra; de outro, a

---

Isso não impede que tanto objetos com ações modernos tendam a concentrar-se em certos pontos e áreas do país. Eis uma das interpretações possíveis da existência, de um lado, de uma Região Concentrada e, de outro, de apenas manchas e pontos desse meio técnico-científico-informacional, mais ou menos superposto a outras divisões territoriais do trabalho nas metrópoles, capitais estaduais, capitais regionais, regiões agrícolas e industriais modernas” (SANTOS, 2001:140). Essa Região estaria constituída pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

<sup>2</sup> “Em suma, o ‘processo de substituição das importações’ pode ser entendido como um processo de desenvolvimento ‘parcial’ e ‘fechado’ que, respondendo às restrições do comércio exterior, procurou repetir aceleradamente, em condições históricas distintas, a experiência de industrialização dos países desenvolvidos” (TAVARES, 1982:35).

expansão do mercado – que cresce junto com a massa dos salários. O peso da inovação técnica depende da ação dos empresários em seus esforços de maximização de lucros, ao passo que o peso da expansão do mercado reflete a pressão das forças sociais pela elevação dos salários) que garantiu no passado o dinamismo dos sistemas econômicos nacionais. “Quanto mais as empresas se globalizam, quanto mais escapam da ação reguladora do Estado, mais tendem a se apoiar nos mercados externos para crescer. Ao mesmo tempo, as iniciativas dos empresários tendem a fugir do controle das instâncias políticas. Voltamos assim ao modelo do capitalismo cuja dinâmica se baseava nas exportações e nos investimentos no estrangeiro” (Idem). Em outras palavras, ressurge o liberalismo<sup>3</sup>.

A globalização econômica<sup>4</sup> provoca uma maior interdependência entre as economias nacionais. No entanto, esta interdependência traz novos conflitos. GONÇALVEZ (1999:23), escreveu sobre o agravamento da vulnerabilidade externa como consequência da desnacionalização. Para ele, a entrada de empresas de capital estrangeiro representa uma menor capacidade de resistência a fatores desestabilizadores, pois a atuação dessas empresas vem acompanhada de extraordinárias fontes internas e externas de poder.

FURTADO (2000[1998]:30) lembrou que os mercados fundamentais (tecnologia, de serviços financeiros, de meios de comunicação, de produtos de qualidade e mesmo de bens de consumo geral, sem falar nas matérias-primas tradicionais) operam hoje unificados. Por sua vez, GONÇALVEZ (1999:157) verificou que o processo de desnacionalização da economia brasileira foi rápido, profundo e amplo a partir de 1995, atingindo praticamente todos os setores econômicos. Para ele, o tamanho do mercado interno mais a desregulamentação (acompanhada da privatização) foram os principais determinantes do enorme fluxo de investimentos externos diretos

---

<sup>3</sup> O Neoliberalismo marca a hegemonia nas esferas política e econômica da maior liberdade para as forças de mercado, menor intervenção do Estado no que se refere a questões sociais, desregulamentação, privatização do patrimônio público, preferência revelada pela propriedade privada, abertura para o exterior, ênfase na competitividade internacional e menor compromisso com a proteção social.

<sup>4</sup> Segundo GONÇALVEZ (1999), globalização econômica é resultado da ocorrência simultânea de três processos: a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados mundiais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais.

no Brasil a partir de 1995. O QUADRO 1.1 sintetiza as evidências de desnacionalização, para alguns setores, verificadas por este autor:

| Setor                                             | QUADRO 1.1 Evidência Setorial da Desnacionalização                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|---------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Mineração</b>                                  | A disponibilidade de uma extraordinária base de recursos naturais é a condição primeira para a indústria extrativa mineral, entretanto a reforma constitucional de 1995, bem como a legislação específica posterior, foram determinantes para a entrada de IED (investimento estrangeiro direto) na mineração no Brasil.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Autopeças</b>                                  | As novas condições de concorrência, no contexto da liberalização comercial, bem como as mudanças nas estratégias empresariais (principalmente montadoras) provocaram uma dramática reestruturação do setor de autopeças. Nesse sentido, houve fusões e aquisições, com forte presença de empresas estrangeiras. O resultado foi um significativo processo de desnacionalização. O autor lembra que desde 1996 várias empresas nacionais do setor de autopeças vêm pedindo concordata.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>Laticínios</b>                                 | As mudanças nas estratégias empresariais de grandes grupos multinacionais atuantes no setor (Parmalat e Nestlé), bem como a liberalização comercial, provocaram uma significativa reestruturação da indústria de laticínios e, portanto, aumentaram o grau de concentração e desnacionalização do setor. O principal mecanismo usado para a reestruturação é o processo de fusões e aquisições, em que as empresas de capital estrangeiro têm tido um papel de destaque.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Bancos</b>                                     | É provável que o setor bancário brasileiro seja aquele em que o processo de desnacionalização tem sido mais rápido, amplo e profundo. A redução da inflação obrigou os bancos a se engajar em uma reestruturação a fim de aumentar a eficiência. As altas taxas de juros a partir de 1995 provocou altos índices de inadimplência ampliando a crise do setor. Por fim, o setor bancário tem registrado um amplo e profundo processo de reestruturação, marcado, em grande medida, pela concentração e pela desnacionalização. Em 1994, o Brasil tinha 230 bancos, reduzidos a 179 em 1998, e dentre estes somente cinquenta respondiam por 98% do ativo total, patrimônio líquido, número de funcionários e agências. Essa concentração deveu-se a processos de liquidação extrajudicial de um grande número de bancos, bem como às fusões e aquisições ocorridas no período. Onze bancos brasileiros foram vendidos para estrangeiros, cujo número saltou de nove em 1994 pra quinze em 1997. |
| <b>Seguros</b>                                    | A desregulamentação foi o determinante fundamental da entrada do capital estrangeiro no setor de seguros. Deve-se notar, ainda, as mudanças nas estratégias das grandes companhias internacionais de seguros quanto à sua atuação no Brasil. Ademais, deve-se ressaltar o extraordinário potencial do mercado brasileiro para os seguros oferecidos pelas companhias de seguros.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Energia elétrica</b>                           | Os processos de desregulamentação e privatização foram determinantes da entrada de empresas de capital estrangeiro no setor de energia elétrica no Brasil a partir de 1995. Ademais, deve-se chamar a atenção para a influência para o potencial de crescimento do mercado brasileiro de energia, bem como as mudanças nas estratégias das empresas internacionais no que diz respeito às operações em escala global.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>Supermercados</b>                              | O potencial de crescimento do mercado interno brasileiro, bem como as mudanças nas estratégias dos grupos internacionais foram determinantes da expansão do IED no setor de supermercados no Brasil a partir de 1995. Esses setores também foram influenciados pelo processo de modernização e reestruturação produtiva que afetou os níveis de investimento.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Meios de comunicação</b>                       | A desregulamentação tem sido o principal fator determinante da evolução dos meios de comunicação no Brasil a partir de 1995. Tendo em vista as limitações ainda existentes, a presença de empresas estrangeiras no país tem-se concentrado nas atividades em parcerias com os grandes grupos de mídia brasileiros.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>Aviação</b>                                    | O IED tem sido limitado em setores em que persistem barreiras à entrada de capitais estrangeiros, ainda que tenha havido desregulamentação das atividades. A importância da legislação quanto à presença de empresas estrangeiras pode ser vista claramente no caso do setor de aviação civil, em que ainda persistem fortes barreiras à entrada. Nesse sentido, a atuação de empresas estrangeiras de aviação no Brasil envolve, principalmente, a formação de parcerias em esquemas operacionais específicos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| Elaboração do autor, baseado em GONÇALVES (1999). |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |

Segundo GONÇALVEZ (1999:178) a desnacionalização da economia brasileira e a transferência de monopólios de serviços públicos para a iniciativa privada criam dificuldades extraordinárias para o Estado nacional. A maior presença dessas forças externas significa uma mudança na correlação de forças políticas, cujo resultado pode ser o distanciamento do atendimento dos interesses gerais da nação. Argumenta SANTOS (1999[1996]:168): “A ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo – o mercado global – é uma auto-referência, sua finalidade sendo o próprio mercado global. Nesse sentido, a globalização, em seu estágio atual, é uma globalização perversa para a maioria da Humanidade”.

Para FURTADO (2000[1998]:33), alguns pontos se esboçam nesta nova fase do desenvolvimento do capitalismo: os desajustamentos causados pela exclusão social de parcelas crescentes de população emergem como o mais grave problema em sociedades pobres e ricas; a globalização em escala planetária das atividades produtivas leva necessariamente a grande concentração de renda, contrapartida do processo de exclusão social; os novos desafios são de caráter social, e não basicamente econômico. Para ele a imaginação política terá assim que passar ao primeiro plano, deixando equivocados aqueles que imaginam não haver mais espaço para a utopia.

Outra questão importante se refere ao desmantelamento das políticas nacionais capazes de costurar as variadas necessidades regionais. O desenvolvimento proposto pela globalização reforça as escalas intranacionais, especialmente com a participação da escala local na formulação de políticas. No entanto, isso apresenta problemas pela enorme capacidade de barganha que as grandes empresas possuem. Por outro lado, a inserção dos lugares no contexto da globalização fortalece as desigualdades exatamente pela falta de instrumentos capazes de conter as especializações e as concentrações, que privilegiem alguns pontos do território em detrimento de outros.

As transformações originadas no atual período histórico repercutem na organização do espaço nacional, baseada com maior força em elementos externos,

norteados fundamentalmente na globalização econômica. Neste contexto de liberalização da economia, de desregulamentação e de redução do papel produtivo do Estado, se articulam as fragmentações territoriais, com imediato rebatimento nas condições sociais.

Associado a estes elementos – enfraquecimento do Estado para questões sociais, maior liberdade para as forças de mercado, desregulamentação, desnacionalização e privatização do patrimônio público, preferência revelada pela propriedade privada, abertura econômica, ênfase na competitividade internacional e menor compromisso com a proteção social – os investimentos produtivos realizados pelas empresas transnacionais especulam com os lugares de modo a encontrar aqueles que oferecem as melhores vantagens para sua produção. As transnacionais aproveitam-se das virtualidades presentes nos lugares, possibilitando maior eficácia nos investimentos. Por outro lado, os lugares esforçam-se em atrair tais investimentos, orientando suas políticas para dotar seu espaço com aqueles requisitos necessários ao investidor, ampliando, deste modo, o sentido das especializações.

No próximo capítulo busca-se compreender como se articulam no contexto da globalização econômica a reorganização da economia internacional e as transformações que ocorrem nos lugares.

*Fala-se hoje muito em guerra fiscal, na medida em que a disputa de Estados e municípios pela presença de empresas e a busca pelas empresas de lugares para se instalar lucrativamente é vista sobretudo nos seus aspectos fiscais. A realidade é que, do ponto de vista das empresas, o mais importante mesmo é a guerra que elas empreendem para fazer com que os lugares, isto é, os pontos onde desejam instalar-se ou permanecer, apresentem um conjunto de circunstâncias vantajosas do seu ponto de vista. Trata-se, na verdade, de uma busca de lugares “produtivos”.*  
(SANTOS, 2001:296)

No contexto da globalização econômica, vem ocorrendo uma reorganização do aparato produtivo industrial, com a crescente participação dos *Investimentos Diretos Estrangeiros* (IDE)<sup>5</sup>. Segundo LACERDA (2004:15), os IDE's são motivados em grande parte pelas fusões e aquisições, pela privatização, assim como o aumento do coeficiente de comércio externo no produto. “Nessa nova fase da acumulação capitalista, ocorre a multiplicação das empresas globais, que definem suas estratégias de investimentos, administração da produção, aspectos logísticos, não mais a partir de fronteiras nacionais, mas com base em análise da competitividade das várias filiais, espalhadas pelos países nos quais atuam. Esse processo tende a levar a uma concentração da concorrência internacional em um número cada vez menor de ‘empresas globais’”.

Empresas estas, que, concorrendo ou cooperando entre si, valem-se da guerra fiscal praticada pelos entes da federação. Durante a década de 1990, ressurgiu os incentivos fiscais oferecidos pelos governos como forma de atrair investimentos, principalmente estrangeiros. Destacavam-se, de um lado, as isenções fiscais praticadas pelos estados brasileiros, e, de outro, das reformas do Estado brasileiro, como manifestação na prática das políticas descentralizantes e de abertura ao comércio internacional.

---

<sup>5</sup> “Os fluxos de IDE são compostos do capital integrado (diretamente ou por meio de outras empresas ligadas) por um investidor estrangeiro, sob três componentes principais: capital de participação acionária, lucros reinvestidos e empréstimos intraempresas” (UNCTAD, 2002, in LACERDA, 2004:23).

Em termos jurídicos, as isenções fiscais se referem às possibilidades, dadas em função das autonomias federativas, que um estado ou município detém de reduzir ou eliminar alíquotas de impostos. A federação brasileira confere distintas competências para cada ente federativo (QUADRO 2.1) e é utilizando esta possibilidade jurídica que os territórios procuram atrair investimentos, oferecendo uma série de estímulos à atividade econômica.

| QUADRO 2.1 – TIPOLOGIA DOS IMPOSTOS PARA CADA ESFERA DE GOVERNO:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Municípios                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | estados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | União                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <p>Os Municípios têm competência para fixar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza (ISS)</b>, que incide sobre profissionais autônomos e empresas prestadoras de serviços;</li> <li>- <b>Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)</b>;</li> <li>- <b>Imposto sobre Transmissão <i>inter vivos</i> de Bens Imóveis (ITBI/SISA)</b>.</li> </ul> | <p>É de competência dos Estados a fixação dos seguintes impostos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)</b>. É o principal imposto no âmbito estadual. Incide sobre as operações internas e interestaduais relativas à circulação de mercadorias em geral - nacionais ou importadas, e serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Sua alíquota varia de Estado para Estado.</li> <li>- <b>Imposto sobre a Transmissão e Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)</b> - Trata-se de um imposto anual e sua base de cálculo (o valor do veículo) é fixado e revisto a cada período de incidência.</li> <li>- <b>Imposto Causa Mortis e Doação (ITD)</b></li> </ul> | <p>Compete à União a fixação dos seguintes impostos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Imposto de Importação (II)</b>. É da competência da União a instituição do Imposto de Importação (II), que incide sobre os produtos estrangeiros. O Código Tributário Nacional define o fato gerador do tributo como sendo a entrada da mercadoria estrangeira no território nacional brasileiro. Para fins de cálculo, de acordo com o Regulamento Aduaneiro, considera-se ocorrido o fato gerador na data do registro, junto à Secretaria da Receita Federal, da Declaração de Importação da mercadoria despachada para consumo.</li> <li>- <b>Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)</b> - O Código Tributário Nacional define como fato gerador desse tributo os seguintes casos: desembaraço aduaneiro de produtos industrializados de procedência estrangeira; saída de produtos industrializados do estabelecimento do importador, industrial, comerciante ou arrematante; a arrematação de produtos industrializados apreendidos ou abandonados, objeto de leilão.</li> <li>- <b>Imposto sobre Operações Financeiras (IOF)</b> - A Lei nº 5143, de 1966, estabeleceu o Imposto sobre Operações Financeiras, a qual passou por várias alterações. A incidência do IOF sobre operações de crédito e relativas a títulos e valores mobiliários é regulamentada pela Lei nº 8894, de 1994.</li> <li>- <b>Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)</b> - A Lei nº 9430, de 1996, regula a sistemática do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Este tributo, cuja alíquota básica é de 15%, incide sobre o lucro real, presumido ou estimado das empresas. Estão sujeitos a este imposto, dentre outros: pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, qualquer que seja sua nacionalidade e sua atividade, desde que exerça atividade lucrativa; as filiais, sucursais e representações no país de pessoas jurídicas com sede no exterior; as empresas individuais, equiparadas pela lei às pessoas jurídicas, tais como as pessoas físicas que em nome individual explorem, habitual e profissionalmente, qualquer atividade econômica de natureza civil ou comercial com fim de lucro, mediante venda a terceiros de bens ou serviços.</li> <li>- <b>Outros impostos e taxas federais</b> - Imposto Único sobre Minerais (IUM), Imposto Territorial Rural (ITR), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), outros gravames que incidem sobre a Importação e Exportação.</li> </ul> |
| Elaborado pelo autor com informações da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |

As isenções fiscais são praticadas entre municípios de um mesmo estado e entre estados. Para a esfera municipal, o ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza) e o IPTU (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana) são os impostos mais usados para efeito de isenção. Na esfera estadual, a isenção se dá fundamentalmente via ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). No entanto, é comum casos em que os estados criaram mecanismos de financiamento para o pagamento dos impostos das empresas que aceitam investir em seus territórios.

Estas iniciativas de política pública têm uma longa história na economia brasileira, tendo sido uma prática constante dos governos estaduais, estando presente nos programas estaduais de desenvolvimento e tendo como instrumento preferencial a utilização intensa do antigo ICM, atual ICMS.

Estudando as políticas de benefícios oferecidas às empresas automobilísticas, ALVEZ (2001) oferece a seguinte periodização: 1º - Meados de 1960 até 1974; 2º - Criação do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), em 1975, até início da década de 1990; 3º - Inicia-se em 1994 e vai até 1996/1997; e 4º - Inicia-se em 1997/1998 até os dias atuais.

O *primeiro período*, de meados de 1960 a 1974, é marcado pela *Reforma Tributária* de 1966. É o momento em que ocorre a substituição do antigo IVC (Imposto sobre Vendas e Consignações) pelo ICM, que passa a ser mantido sob a competência estadual. Houve uma redução da autonomia fiscal dos estados, com a proibição da criação de novos impostos, ficando atribuído ao Senado Federal o estabelecimento da alíquota interna do ICM. Foram criados ainda dispositivos contra a disputa por investimentos, como a lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) e o ato complementar nº34 de 30 de janeiro de 1967.

Na década de 1970, o governo federal passa a intervir visando disciplinar os conflitos fiscais unificando e coordenando as reuniões dos secretários de Fazenda dos estados. O objetivo era uniformizar a política de incentivo estadual, só em nível nacional.

No *segundo período*, que vai de 1975 ao início da década de 1990, o governo federal dá prosseguimento à interferência na coordenação das questões referentes ao ICM. Em 1975 é criado o CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária), que existe até hoje, com a atribuição definida em seu artigo primeiro de: “promover ações necessárias à elaboração de políticas e harmonização de procedimentos e normas inerentes ao exercício da competência tributária dos Estados e do Distrito Federal” (apud ALVES, 2001:10). No mesmo ano publica-se a Lei Complementar nº24/75, que retira dos estados a possibilidade de utilizar o ICM como instrumento de fomento à industrialização, sem a prévia aprovação do CONFAZ. Frente a esta nova situação os estados criaram novos programas para atração de investimento.

Até o início da década de 80, a força centralizadora do período militar parece ter exercido alguma disciplina capaz de impedir o surgimento de programas mais agressivos, embora os estados tivessem mantido seus programas de atração de investimentos, a ausência de grandes volumes de investimentos parece ter inibido o surgimento de grandes conflitos.

Iniciando a década de 90, existiam vários programas estaduais formulados com a experiência adquirida nos anos precedentes. Um trabalho elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (1995), tece as variadas modalidades de apoio concedidas às empresas (QUADRO 2.2).

| QUADRO 2.2 – Formas de apoio estadual                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| As formas de apoio estadual estão divididas em:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Benefícios fiscais</i>, cujas principais concessões são:               <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Isenção de ICMS para novas empresas, sem produtos similar no estado e durante determinado período;</li> <li>→ Isenção ou redução do ICMS para as micro e pequenas empresas;</li> <li>→ Redução de alíquotas de ICMS (para situações e produtos específicos);</li> <li>→ Prorrogação de prazos de recolhimento do ICMS;</li> <li>→ Utilização do mecanismo de “deferimento” (recolhimento postergado);</li> <li>→ Utilização do crédito presumido (por estimativa).</li> </ul> </li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Concessões Financeiras Diferenciadas</i>. Observa-se que, em geral, os bancos estaduais operam linhas de financiamento com recursos provenientes de fundos estaduais de investimentos ou programas de desenvolvimento destinados a:               <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Aquisição de ativos fixos;</li> <li>→ Formação ou recomposição de capital de giro;</li> <li>→ Pagamento de ICMS;</li> <li>→ Composição acionária e debêntures conversíveis.</li> </ul> </li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Estímulos para infra-estrutura</i>. As companhias estaduais de desenvolvimento e outras instituições governamentais, em sua maioria, administram áreas, pólos e distritos industriais, oferecendo as seguintes opções de apoio:               <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Venda de lotes e galpões industriais a preços reduzidos;</li> <li>→ Locação de lotes e galpões industriais, por prazo determinado;</li> <li>→ Permuta de terrenos para re-localização de empresas;</li> <li>→ Locação de máquinas e equipamentos;</li> <li>→ Doação de áreas e lotes industriais (dependendo da natureza e capacidade de absorção de mão-de-obra do projeto).</li> </ul> </li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Outros Estímulos</i>. Observa-se que alguns Estados têm adotado outros estímulos visando:               <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Simplificação do processo de registro de empresas;</li> <li>→ Simplificação do processo de licitação, facilitando o acesso para pequenas empresas;</li> <li>→ Assistência técnica na elaboração de projetos;</li> <li>→ Programas de informação e capacitação de pessoal.</li> </ul> </li> </ul> |
| Elaboração do autor com informações da CNI (Confederação Nacional da Indústria).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |

Esses apoios envolvem: *benefícios fiscais*, mediante isenção, redução de alíquotas e prorrogação de prazo para recolhimento de impostos, bem como utilização de mecanismo de recolhimento postergado; *concessões financeiras diferenciadas*, onde bancos estaduais operam linhas de financiamento para empresas com recursos de fundos públicos, geralmente envolvendo programas de desenvolvimento que se destinam à aquisição de ativos fixos, à formação ou recomposição de capital de giro, pagamento de ICMS e composição acionária e debêntures conversíveis; *estímulos para infra-estrutura*,

companhias estaduais de desenvolvimento e outras instituições governamentais administram áreas, pólos e distritos industriais oferecendo venda de lotes e galpões a preços reduzidos, locação por prazo determinado, permuta de terrenos para recolocação da empresa, locação de máquinas e equipamentos e doação de áreas e lotes.

A partir de 1990, diferentemente da década anterior, surgiram novos conflitos fiscais. O deslocamento de plantas dos setores têxtil e de calçados do Sul/Sudeste para o Nordeste, em busca de mão-de-obra mais barata e a redução dos custos de transporte para atingir o mercado final externo, foi exemplo do reaquecimento da guerra, pois estas empresas também foram receptoras de incentivos fiscais.

O *terceiro período*, que se inicia em 1994 e vai até 1996/1997, é o momento em que o tema da guerra fiscal ganha grande notoriedade na imprensa nacional, devido principalmente aos investimentos da indústria automobilística, que destaca o grande volume de investimentos realizados, a elevada concentração de incentivos fiscais e extrafiscais oferecidos pelos governos às montadoras e a concentração temporal. Neste período ficam mais evidentes as novas condições oferecidas ao investidor externo: a estabilização monetária, a dimensão potencial do mercado consumidor, os baixos custos de mão-de-obra e melhorias em termos de infra-estrutura.

ALVEZ (2001:19), já dentro do quarto período, que vai de 1997/1998 aos dias atuais, descreve o que denomina de último fôlego dos grandes projetos da automobilística, a assinatura da empresa Ford com o governo gaúcho em 1998. Em suas palavras: “Os benefícios a ela oferecidos não fugiam dos tipicamente acordados no âmbito da guerra fiscal, constituindo-se, principalmente, de benefícios creditícios, de infra-estrutura e concessão de crédito de ICMS”. No que se refere às infra-estruturas, foram oferecidos pelo governo gaúcho à Ford: a terraplanagem e drenagem do terreno, a construção de acessos viários, ligação de água e esgoto, energia elétrica, telecomunicações e gás natural, construção de estações de tratamento de efluentes sanitários e industriais, além de colocar à disposição da empresa terminal marítimo e fluvial exclusivo e a construção de uma creche.

No entanto, a nova gestão do governo estadual, iniciada em 1999, em função de um déficit operacional de R\$ 1,2 bilhões, decidiu renegociar com a Ford o acordo firmado com o governo anterior. Segundo LOURENÇO (in ALVEZ, 2001: 19), entre os benefícios estavam previstos no acordo original R\$ 419 milhões de recursos orçamentários, divididos em R\$ 234 milhões em infra-estruturas e R\$ 185 milhões em financiamento de capital de giro, e o novo governo propôs R\$ 260 milhões, incluindo R\$ 42 milhões que já haviam sido adiantados. A direção da Ford não aceitou a nova proposta, desistindo de implantar no Rio Grande do Sul sua nova unidade. No dia 28 de junho os dirigentes da Ford assinam com o governo da Bahia o protocolo de intenções para a sua instalação no estado.

A especulação da empresa Ford é sintomática e ajuda a visualizar que a guerra fiscal, ou simplesmente a tributação, é parte da discussão sobre o conflito estabelecido entre os compartimentos territoriais. Os territórios estaduais são preparados para receber os investimentos, ou seja, junto à questão da tributação ocorre também a reorganização do território que é alvo do investimento empresarial, com seu aparelhamento, implicando o poder público, no caso os governos estaduais, em criar infra-estruturas, normas, portarias, leis e demais estímulos criados para viabilizar o território para a política das empresas<sup>1</sup>. Portanto, parece mais correto afirmar que a guerra fiscal é parte de um problema mais amplo, onde as características próprias de cada compartimento político-territorial se impõem, gerando um conflito espacial mais profundo.

Segundo SANTOS (1999a) a guerra fiscal é na verdade uma guerra global entre lugares (*guerra dos lugares*), onde as empresas elegem em cada país os pontos de seu interesse, exigindo o equipamento local e regional adequado, mais a adaptação política (normas, aportes financeiros, fiscais, trabalhistas, etc.). “É a partir dessas alavancas que os lugares lutam entre si para atrair novos investimentos, os quais, entretanto,

---

<sup>1</sup> Sobre tudo são criadas políticas territoriais estatais para as empresas, este é o caso da criação dos “pólos de desenvolvimento”. No capítulo 7 é feita uma discussão sobre a importância dos fixos no território para a aceleração dos fluxos.

obedecem a lógicas globais que impõem aos lugares e países uma nova medida de valor, planetária e implacável” (idem).

Para o presente trabalho assume-se a seguinte periodização (QUADRO 2.3): um *primeiro período* iniciado por volta do pós-guerra com o planejamento do território organizado pelo Estado, indo até o fim da ditadura de 1964. Este foi um período de forte presença do Estado como planejador e executor das obras e das normas que o território acolheu. Neste momento, embora existissem as forças do mercado, elas estavam, de certa forma, subordinadas aos projetos do Estado. O *segundo período* inicia-se com o fim da ditadura de 1964, mas é com a Constituição de 1988 que ganha seus contornos mais nítidos. Com ela os municípios passam a ser entes da federação brasileira, inclusive com a possibilidade criar e legislar sobre seus interesses. Por outro lado, a abertura do território brasileiro ao mercado internacional deu maior liberdade de ação aos agentes hegemônicos da economia.

| <b>QUADRO 2.3 – Periodização da Guerra dos Lugares</b>                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Pós-guerra (Período técnico-científico-informacional)<sup>2</sup></b>                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Primeiro período</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <b>Segundo período</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>→ Pós-guerra - Planejamento do Estado (União e Províncias);</li> <li>→ 1964 – início da ditadura até o seu fim; <ul style="list-style-type: none"> <li>– importância do papel centralizador do poder (I e II Plano Nacional de Desenvolvimento);</li> </ul> </li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>→ 1985 – fim da ditadura;</li> <li>→ 1988 – Nova Constituição Brasileira; <ul style="list-style-type: none"> <li>– Retorno das autonomias federativas;</li> <li>– Os municípios passam a ser entes da federação;</li> </ul> </li> <li>→ 1990 – internacionalização da economia brasileira;</li> </ul> |

Embora o fenômeno da guerra fiscal já estivesse presente em outros momentos, ressurge nos anos 90 em função da retomada dos investimentos, principalmente externos e pelo fato de que a década de 1990 marcou o aprofundamento da internacionalização do território brasileiro. Assim, o presente trabalho centra sua discussão principalmente nesta década, cujos investimentos empresariais serão nos próximos capítulos mais detalhadamente analisados observando seu anúncio para o estado de São Paulo.

<sup>2</sup> O primeiro período comporta sub-periodizações, como a realizada por ALVEZ (2001). O que se procura evidenciar acima de tudo com esta periodização é a importância da constituição de 1988, que confere status de ente federativo aos municípios, e a abertura da economia, presenciada na década de 1990.

No entanto, se a guerra fiscal manifesta conflitos engendrados horizontalmente (entre estados, por exemplo), ocorrem ainda embates nas relações entre estados e poder central (relação vertical): “Coloca-se, no plano da relação vertical, em primeiro lugar o debate da distribuição da carga tributária. Essa questão /.../ ganhou impulso a partir da constituição de 1988, quando a União /.../ adotou procedimentos tributários com o objetivo de cortar gastos e ampliar a receita” (LOPREATO, 2002:251). A redução das despesas reforçou o processo de desestruturação dos mecanismos tradicionais das relações intergovernamentais e debilitou os serviços públicos que contavam com recursos de origem federal.

O segundo ponto de conflito, LOPREATO (2002) define nos seguintes termos: “A discussão deixou de centrar-se /.../ na definição dos parâmetros de endividamento, e da contratação de novos créditos, bem como na escolha da forma de apoio aos governos e bancos estaduais nos momentos em que a crise não era possível de ser resolvida no âmbito dos próprios Estados. O governo deixou de atender às reivindicações sem cobrar alterações de fundo das finanças estaduais. Se, de um lado, a União não podia deixar de renegociar a dívida estadual diante do risco de inadimplência generalizada, de outro, o novo quadro político e econômico deu a ela condições de impor a reforma patrimonial e exigir o comprometimento de elevado percentual da receita líquida como parte dos acordos da dívida. A liberdade de renegociação da dívida pública e de restrição ao endividamento, cujo objetivo foi ampliar o controle sobre as finanças estaduais e evitar a prática usual de alavancagem dos gastos via articulação do Tesouro, empresas e bancos estaduais” (LOPREATO, 2002:252). É nestas condições que emergem as chamadas *crises financeiras dos estados*.

A terceira fonte de conflitos é consequência do processo de descentralização fiscal. “Ele gerou a transferência de encargos às esferas subnacionais de governo sem a correspondente transferência de recursos e colocou a questão de como conciliar a participação federal no valor da receita tributária disponível e nos gastos públicos com a governança macroeconômica” (LOPREATO, 2002:253).

Assim, segundo LOPREATO (2002), tendo como pano de fundo os acima mencionados *conflitos verticais* é que ganham corpo e são encampados os *conflitos horizontais*, como o da chamada guerra fiscal. Neste contexto, diante da redução de despesas, da crise financeira dos estados e da transferência de encargos às esferas subnacionais, que estados e municípios, de características heterogêneas duelam na tentativa de atrair novos investimentos e de ampliarem sua participação na receita tributária. Os entes federativos, num momento em que o processo político-institucional de regulação não consegue mais harmonizar os conflitos entre interesses políticos e econômicos divergentes, deixam de cumprir as regras vigentes e burlam os acordos, gerando descrédito da própria prática político-institucional (LOPREATO, 2002:255-6). Este autor lembra ainda a proliferação de novos municípios, que amplia a heterogeneidade e constitui fator de desagregação.

No entanto, vale destacar que o mercado não é uma entidade descolada do território. Ou seja, as empresas também realizam políticas pois o duelo não é simplesmente entre municípios e estados, mas entre os interesses de grandes empresas, capazes de fazer uso do território brasileiro como recurso, e governos, simpáticos às suas políticas.

A guerra fiscal envolve algo mais que as isenções de tributos, sendo um fenômeno mais complexo, incluindo, geralmente dentro de um *programa de desenvolvimento* anunciado pelos governos, além dos incentivos fiscais, a criação de infra-estruturas (terraplanagem, iluminação, coleta de esgoto, abastecimento de água, pavimentação de vias, modernização de estradas...), a doação ou cessão de terrenos e a criação de legislações específicas, como os *protocolos de intenções*. Estas políticas implementadas pelo poder público demonstram que além dos incentivos fiscais ocorrem também os *incentivos territoriais* (SILVA, 2002). Ademais, o que são denominados como infra-estruturas na verdade se tratam de uma renovada tecnosfera. O território usado é um condicionante das atividades, de modo que a criação de novas materialidades sobre o território interfere na sua organização como um todo, não somente para o setor da economia para o qual ela foi destinada.

Isoladamente, a “igualdade jurídica” de cada compartimento territorial não é suficiente para que se logre atrair um investimento. Os territórios têm diferentes conteúdos materiais e imateriais, oferecendo assim também distintas possibilidades de ação e uso. Agentes distintos produzem espaços coerentes a partir de projetos diferenciados, assim a grande firma capitalista, a principal responsável por especular com os diferentes compartimentos territoriais, se interessa por aqueles espaços onde há maior possibilidade de garantir também maiores lucros.

Essencialmente, não existiria a guerra fiscal se o território nacional não fosse dividido por fronteiras internas e se o federalismo não existisse. Da mesma forma, os distintos conteúdos de cada fração do território contam na tomada decisão de cada agente social. Assim, *normas* e *território* compõem uma totalidade, por isso não se trata de guerra fiscal, mas *guerra dos lugares*, pois as virtualidades intrínsecas das partes do espaço nacional são fator fundamental na tomada de decisão da alocação dos investimentos. No entanto, como o poder de ação sobre o espaço nacional em sua totalidade não é de alcance de todo agente, fica patente que no jogo de forças da guerra entre os lugares os agentes que possuem maior quantidade e qualidade de informação são privilegiados.

Portanto, existe profunda vinculação entre as políticas praticadas pelos governos e os interesses empresariais manifestos nos investimentos. Deve-se notar que as políticas governamentais realizadas na esfera municipal, não são isoladas das políticas praticadas pelas esferas estadual e federal.

No próximo capítulo discute-se a atual vaga de modernização do estado de São Paulo, procurando interpretar a ação empresarial neste ente da federação, bem como os incentivos criados pelos governos para atrair os investimentos.

**Parte II**  
**A MODERNIZAÇÃO**  
**DO TERRITÓRIO PAULISTA**

*Os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. Deste ponto de vista, as formas espaciais seriam uma linguagem dos modos de produção. Daí, na sua determinação geográfica, serem eles seletivos, reforçando dessa maneira a especificidade dos lugares (SANTOS (1980).*

No atual contexto de abertura econômica e de reorganização da produção, há uma forte orientação para o planejamento na escala local e regional. A descentralização do Estado, baseada fundamentalmente na Constituição de 1988, tem passado para os governos municipal e estadual a responsabilidade de gerir sobre assuntos como saúde e educação. No entanto, muitas prefeituras, como solução aos déficits orçamentários, têm adotado políticas de atração de investimentos, ou seja a guerra dos lugares.

Assim, a atual vaga de modernização<sup>3</sup> do estado de São Paulo se constitui pela relação mais estreita entre as políticas privadas e públicas. Por um lado, ampliam-se os incentivos territoriais criados pelos governos municipais na tentativa de trazer os investimentos que, em teoria, gerariam empregos e renda. Por outro lado, os agentes corporativos realizam políticas no sentido de estimular os governos a criar as condições de realização do investimento.

No entanto, a localização destes mesmos investimentos aponta a seletividade. Não são todos os lugares que os recebem, estando os investimentos concentrados naqueles lugares dotados das melhores condições.

Mas quais são os requisitos para que o investimento possa ocorrer? Por que não é qualquer lugar que pode recebê-los? É fundamental, nestas questões, compreender a maneira como se dá a transformação do espaço geográfico. De modo geral ela é vista como um processo em desenvolvimento linear no tempo, onde as etapas ou as vagas

---

<sup>3</sup> Uma vaga de modernização é um conjunto coerente de transformações e acréscimos ocorridos no espaço. A difusão de objetos modernos num período pressupõe uma filiação destes objetos entre si e entre eles e a estrutura do espaço onde são objetivados, não descartando a possibilidade de instauração de um conflito no momento da entrada de um novo objeto técnico.

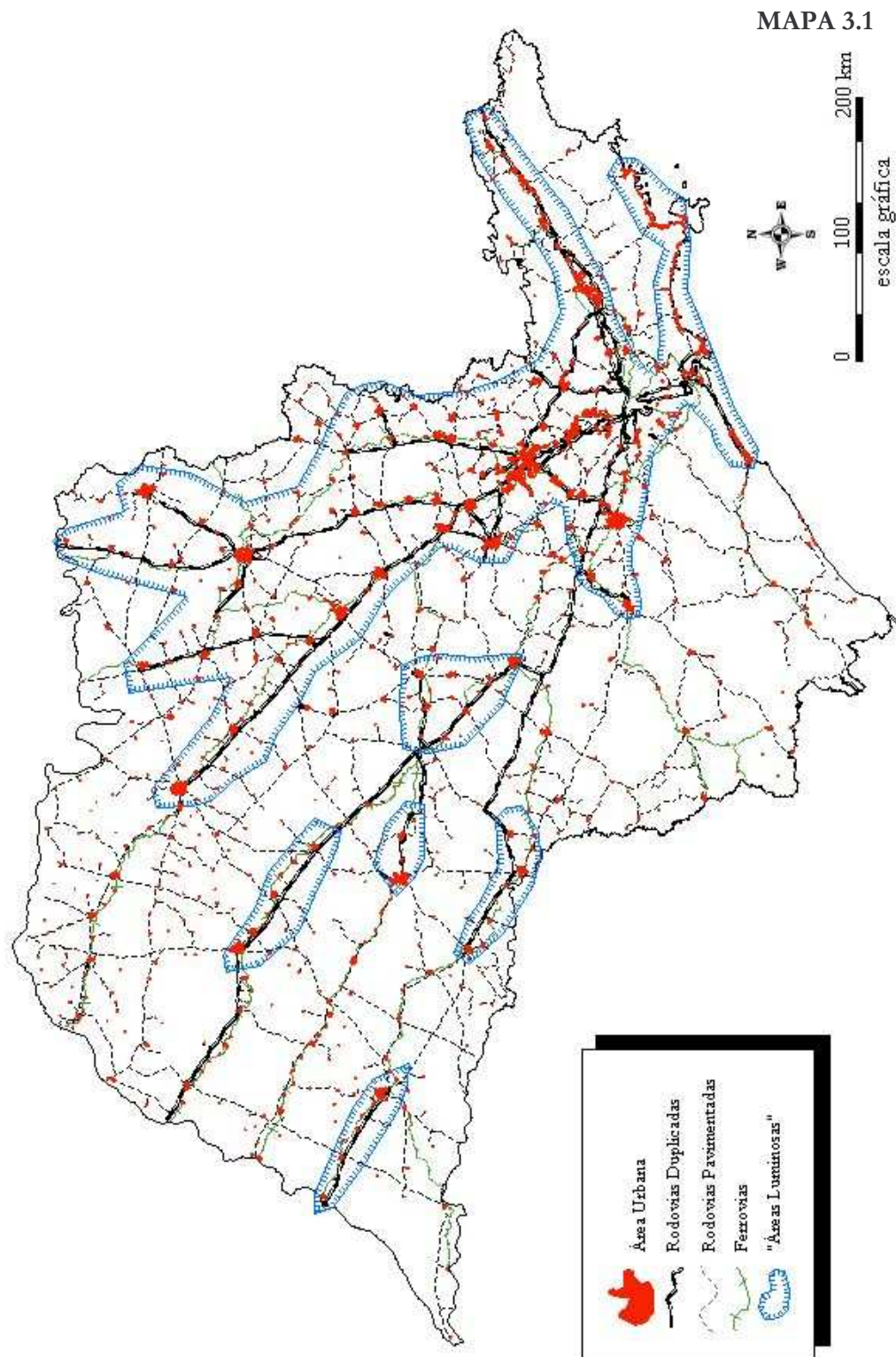
de modernização se sucedem, avolumando, umas após as outras. No entanto, quando se procura analisar os resultados no espaço dos processos de modernização encontra-se muito mais ruptura e descontinuidade que linearidades.

Lembra SANTOS (1996[1978]:207) a necessidade de haver, para a compreensão dos fenômenos geográficos, um enfoque espaço-temporal, isto é, a definição do tempo dentro de um contexto geográfico. Por outro lado, uma variável histórica deve ser tomada dentro de seu devido sistema temporal, pois deve a ele sua evolução. Sobretudo, há que se levar em conta que as técnicas se difundem de forma desigual. Assim, o espaço atual é resultado do encontro entre variáveis novas e antigas, é uma acumulação desigual de tempos (SANTOS, 1996[1978]:209). “Essas combinações diferentes condicionam, até certo ponto, a entrada de novas variáveis. As localizações são historicamente determinadas pelas combinações de variáveis novas e antigas.” Segundo este autor as variáveis, de diferentes tipos e de diferentes idades, quando instaladas sobre um pedaço do espaço formam um precipitado, um dado novo, dotado de capacidade de criar ou estabelecer relações.

Assim, a localização dos investimentos é condicionada pelas variáveis internas aos lugares. Ou seja, é seletiva no território a presença dos sistemas técnicos, de forma que convivem, simultaneamente, numa mesma porção do território sistemas e subsistemas técnicos de diferentes idades, bem como elementos técnicos provenientes de diferentes épocas.

O MAPA 3.1 traz alguns dos principais sistemas técnicos presentes no estado de São Paulo, bem como uma primeira aproximação daquelas que seriam as áreas de maior interesse ao investidor.

SÃO PAULO - ÁREAS URBANAS E PRINCIPAIS MACRO-SISTEMAS DE TRANSPORTE TERRESTRE



Obs.: Não consta neste mapa a área urbana da Região Metropolitana de São Paulo

Embora essa aproximação seja bastante grosseira, ela já adianta quais são as parcelas do estado paulista que mais chances possuem de receber algum investimento. O mapa sugere a densidade técnica fundadora de importante fluidez territorial, uma das bases do atual período. Mais à frente, a cartografia dos investimentos oferece uma visão mais ampliada do problema na escala municipal.

Os lugares que podem acolher os investimentos são aqueles que já trazem de épocas precedentes um importante conjunto de sistemas técnicos técnicas. SANTOS (1979:42) esclarece a importância de entender-se as modernizações, pois estas levam em conta as implicações temporais da organização do espaço, além de possibilitar compreender o impacto dos sistemas históricos sobre a organização deste, da sociedade e da economia.

Outro elemento chave levantado é a necessidade de uma periodização, pois por meio dela podem ser verificadas as sucessivas modernizações. É também a periodização quem guiará a fim de evitar-se abordagens com pouca precisão histórica e que façam uso de conceitos fora de seu contexto histórico. Assim, as modernizações são uma “...categoria histórica de explicação...” (SANTOS, 1979: 24).

Um período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema, e em cada um dar-se uma modernização, que corresponde à generalização de uma inovação advinda de um período imediatamente anterior. No entanto, ocorrem centros de dispersão desta modernização que a impõe aos subsistemas subordinados, de modo que ela se realiza em diferentes lugares e em diferentes frequências temporais, mas com as mesmas variáveis que a objetivara nos centros. Em escala mundial pode-se identificar uma sucessão de modernizações, que auxilia na compreensão dos impactos das forças de modernização e suas repercussões espaciais, sociais, econômicas e políticas. Assim, os lugares participam com diferentes tempos dentro do período.

A periodização para os investimentos empresariais tem que levar fundamentalmente em conta a abertura econômica. Na década de 1980, o modelo de substituição de importações entra em declínio, ao mesmo tempo em que se dá a

ampliação das políticas de liberalização. No entanto, é principalmente na década de 1990<sup>4</sup> que crescem<sup>5</sup> os Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE's). No que se refere aos investimentos nacionais e externos, é significativa a participação do interior do estado de São Paulo no período de 1995 a 2003 (QUADRO 3.1).

| <b>QUADRO 3.1 – Valor dos investimentos anunciados para o estado de São Paulo por Região Administrativa (em US\$ milhões)</b> |                   |             |             |             |             |             |                  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| <b>REGIÃO ADMINISTRATIVA</b>                                                                                                  | <b>1995-1998*</b> | <b>1999</b> | <b>2000</b> | <b>2001</b> | <b>2002</b> | <b>2003</b> | <b>1999-2003</b> |
| <b>RMSP</b>                                                                                                                   | 20.089,38         | 10.265,51   | 5.899,04    | 9.741,22    | 4.735,93    | 4.226,88    | 34.868,58        |
| <b>SÃO JOSÉ DOS CAMPOS</b>                                                                                                    | 8.259,23          | 2.427,28    | 4.635,95    | 1.754,58    | 2.642,85    | 1.405,68    | 12.866,34        |
| <b>SANTOS</b>                                                                                                                 | 2.515,69          | 1.193,90    | 654,07      | 1.359,44    | 748,52      | 982,11      | 4.938,04         |
| <b>total</b>                                                                                                                  | <b>30.864,30</b>  |             |             |             |             |             | <b>52.672,96</b> |
| <b>ARAÇATUBA</b>                                                                                                              | 442,47            | 39,87       | 215,42      | 34,52       | 479,57      | 281,03      | 1.050,41         |
| <b>BARRETOS</b>                                                                                                               | 122,00            | 12,18       | 5,17        | 33,82       | 25,76       | 89,29       | 166,22           |
| <b>SÃO JOSÉ DO RIO PRETO</b>                                                                                                  | 111,81            | 86,67       | 33,17       | 84,94       | 61,16       | 159,59      | 425,53           |
| <b>BAURU</b>                                                                                                                  | 427,30            | 99,37       | 457,70      | 622,62      | 165,13      | 109,52      | 1.454,34         |
| <b>MARÍLIA</b>                                                                                                                | 87,75             | 77,45       | 53,52       | 66,12       | 56,18       | 123,05      | 376,32           |
| <b>FRANCA</b>                                                                                                                 | 92,51             | 13,20       | 14,67       | 8,64        | 37,40       | 15,82       | 89,73            |
| <b>RIBEIRÃO PRETO</b>                                                                                                         | 1.069,23          | 219,11      | 102,42      | 565,33      | 108,67      | 44,29       | 1.039,82         |
| <b>CENTRAL</b>                                                                                                                | 1.240,92          | 136,22      | 1.080,73    | 88,26       | 91,37       | 389,00      | 1.785,58         |
| <b>CAMPINAS</b>                                                                                                               | 10.444,60         | 4.086,37    | 3.820,93    | 3.732,70    | 2.793,58    | 2.015,95    | 16.449,53        |
| <b>PRESIDENTE PRUDENTE</b>                                                                                                    | 133,87            | 16,24       | 65,02       | 10,22       | 8,86        | 31,78       | 132,12           |
| <b>SOROCABA</b>                                                                                                               | 2.519,49          | 953,70      | 651,01      | 697,54      | 561,68      | 128,38      | 2.992,31         |
| <b>REGISTRO</b>                                                                                                               | 7,50              | 0,00        | 0,00        | 0,90        | 0,00        | 0,10        | 1,00             |
| <b>total</b>                                                                                                                  | <b>16.699,45</b>  |             |             |             |             |             | <b>25.962,91</b> |

Elaboração do autor com base nos dados disponibilizados pela Fundação SEADE.  
 \*A fundação SEADE não disponibiliza os dados deste período por ano.

Neste mesmo contexto, os governos municipais mais o governo estadual criam variadas modalidades de atração de investimentos, dando prova do apoio do Estado aos investimentos realizados pelas empresas. Vale destacar ainda, as privatizações e as concessões das empresas públicas estaduais, que trouxeram novas formas de

<sup>4</sup> Data de do início da década de 1990 o Plano Nacional de Desestatização (PND), Lei nº8.301 de 1204/1990. Neste contexto, as privatizações trouxeram novas empresas estrangeiras que assumiram o controle das empresas estatais que sofreram o processo de privatização. Por outro lado, a reorganização do parque industrial, bem como do setor de serviços e do mercado de trabalho, teve forte influência da abertura econômica e da concorrência com produtos estrangeiros.

<sup>5</sup> “No ano de 2000, foram destinados US\$ 224 bilhões de investimentos diretos estrangeiros aos países em desenvolvimento, o que equivale a um volume cerca de cinco vezes superior ao montante observado em 1992” (LACERDA, 2004:44). Segundo tabulação deste autor, o crescimento dos investimentos diretos estrangeiros para os países “em desenvolvimento” se dá no início da década de 1990: US\$ 30 milhões, em 1990; US\$ 51 milhões, em 1994; US\$ 93 milhões em 1996; US\$ 166 milhões, em 1998; e US\$ 224 milhões, em 2000. Destes investimentos, o Brasil ficou com 0,5% em 1993, 2,8% em 1996 e 4,8% em 1998.

organização do território paulista, instituídas a partir de políticas mais próximas aos interesses das empresas.

Assim, o investimento hoje realizado tem a necessidade de aprofundar os vínculos entre o lugar onde ele se dá e o mundo, ou melhor, entre ele o mercado. Por isso que grande parte da evolução de uma localidade se deve ao resultado do choque entre dados externos e internos: “O processo de evolução da totalidade do espaço dependente ou de uma de suas frações supõe um confronto, às vezes um conflito, entre fatores externos e internos /.../. Cada lugar, pois, se caracteriza por um certo arranjo de variáveis, arranjo espacialmente localizado e, de certa maneira, espacialmente determinado. Esta é uma das formas como os lugares se distinguem uns dos outros” (SANTOS, 1997[1985]: 77).

A história da modernização dos países subdesenvolvidos é a mesma da difusão de inovações, cuja formação e transformação dependem: do momento da intervenção das primeiras forças externas e dos impactos sucessivos de outras modernizações subseqüentes. Num primeiro impacto o país ou a região é chamado a entrar no sistema mundial e, consecutivamente, outras etapas de modernização vêm somar novos dados de origem externa. A evolução de dado espaço se faz segundo a conjugação de forças externas, de centros distantes, e forças internas, já existentes. Assim cada lugar ganha sua originalidade e o subdesenvolvimento diversidade de condições.

Estas etapas de modernização, quando postas em movimento, criam novas formas, como também podem refuncionalizar outras antigas, segundo as particularidades do lugar onde se instalam. Acerca do modo como ocorrem diferentes modernizações SANTOS (1979:26) diz: “Cada vez que, no centro do sistema mundial, os subsistemas econômicos, social, político, cultural e moral e seus respectivos suportes criam novas variáveis ou renovam as do passado, a projeção do sistema mundial sobre os espaços dependentes toma formas diferentes.” Vale notar que os lugares não são amorfos, mas sim carregados de história particular.

SANTOS (1999[1996]:35) diferencia dois pontos de vista quando do choque criado por uma modernização que se instala num dado lugar e as heranças nele

contidas, um concernente à técnica e outro propriamente geográfico. No que concerne especificamente à técnica, trata-se de verificar resíduos do passado que embaraçam e são um obstáculo à difusão do novo, ou como podem ser encontradas formas que permitam ações simultâneas. Assim, o novo, enquanto problema propriamente técnico em busca de sua eficácia, pode, desde que exista compatibilidade, absorver as estruturas preexistentes, pois a plena eficácia do sistema técnico está condicionada a uma articulação entre as suas diversas peças.

Um sistema técnico novo conforma uma nova situação quando difundido num dado lugar, resultando que a articulação entre o novo que se instala e o atual que é tornado antigo deva ser vista como *espacial* e *histórica*. Afinal, a maneira como, num dado momento e para um dado lugar, passam a se organizar o “novo ingrediente social” e o “velho ambiente construído”, repercute concretamente sobre as vidas das pessoas que ali vivem. Daí dizer que o conflito pode estar muitas vezes constituído na própria matriz da modernização, naquele novo elemento técnico, que tende a ser visto como neutro e eficaz para o planejador, mas que implica profundamente na organização sócio-espacial dos lugares, ampliando sua autonomia ou causando maior dependência. No entanto, vale lembrar, as técnicas mais modernas são muito mais interdependentes, criando, neste sentido, maior necessidade de dependência entre os lugares que se ligam a partir delas.

Os investimentos empresariais prometem exatamente o crescimento, agora em escala local ou regional, mas em sua seletividade conectam aqueles pontos do território mais aptos para o desenrolar da atividade que carregam. Na atual modernização do estado de São Paulo, o planejamento realizado na escala municipal permite tendencialmente ligar, mediante o uso das técnicas mais modernas, os lugares do território paulista mais densamente tecnificados e que são de interesse do grande capital.

Assim, algumas cidades do interior do estado de São Paulo passaram a contar com a produção realizada por indústrias que competem no mercado internacional. A atividade agrícola foi modernizada. A crescente necessidade de serviços especializados

tanto da agricultura moderna quanto da atividade industrial, fez ampliar os investimentos do setor de serviços também em direção ao interior.

Portanto, na atual vaga de modernização do estado de São Paulo faz ampliar as parcelas do território capazes de acolher a produção mais moderna. Novas materialidades são criadas, ao mesmo tempo em que surgem novas necessidades de consumo. Neste contexto, as grandes empresas marcam sua hegemonia, inculcando novas formas de sociabilidade ao mesmo tempo em que exigem aos governos as condições para sua ação.

## CAPÍTULO 4 – MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PAULISTA: INCENTIVOS TERRITORIAIS E INVESTIMENTOS PRIVADOS

---

*Na união vertical, os vetores de modernização são entrópicos. Eles trazem desordem às regiões onde se instalam, porque a ordem que criam é em seu próprio e exclusivo benefício. Isso se dá ao serviço do mercado, e tende a corroer a coesão horizontal que está posta ao serviço da sociedade civil tomada como um todo (SANTOS, 1999[1996]).*

O estado de São Paulo se destaca pelo volume de investimentos de origem externa e interna, chamando atenção ainda o direcionamento destes investimentos para alguns dos principais municípios do interior, que têm comparecido cada vez mais como lócus de interesse ao grande capital industrial e comercial e da agricultura moderna, ao quais agem especulativamente impondo diretrizes setoriais às quais o poder público tem se mostrado muito receptivo.

O governo do estado de São Paulo, como o de muitos outros estados brasileiros, tem adotado políticas de atração do investimento empresarial, inclusive criando e disponibilizando, para investidores em potencial<sup>6</sup>, bancos de dados com informações detalhadas de cada município do estado.

No que se refere aos investimentos, a Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados) vem publicando há quase uma década informações detalhadas sobre investimentos empresariais realizados no estado de São Paulo. Ela também disponibiliza informações sobre municípios que oferecem incentivos para a atração empresarial. São vários os incentivos municipais, tais como: venda de áreas e lotes industriais a preço reduzido e/ou com pagamento parcelado; doação de terrenos e serviços gratuitos de terraplanagem e infra-estrutura; isenção de taxas e impostos municipais; cessão ou doação de terrenos e simplificação do procedimento para constituição e registro de empresas.

---

<sup>6</sup> O sítio [www.investimentos.gov.sp.br](http://www.investimentos.gov.sp.br) traz informações detalhadas dos municípios paulistas, inclusive sobre os mecanismos de atração.

Apresenta-se nos QUADROS 4.1 e 4.2 informações sobre incentivos oferecidos por dois municípios, um de pequeno porte e outro, centro de uma região metropolitana.

| <b>QUADRO 4.1 – Incentivos oferecidos pelo município de Santo Antônio do Pinhal (SP)</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Disposições Gerais</b>                                                                | A Prefeitura concede incentivos às empresas industriais, comerciais e de serviços, interessadas em instalar-se ou ampliar-se no município. Os benefícios concedidos terão prazo mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 10 (dez) anos.                                                                                                                                                                       |
| <b>Obtenção de terrenos</b>                                                              | A Prefeitura poderá doar área necessária às atividades das empresas beneficiárias, desde que obedecidas condições estabelecidas em lei.                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>Isenção de taxas</b>                                                                  | Isenção de toda e qualquer Taxa de Licença; isenção das Taxas de Prestação de Serviços Públicos, exceto de limpeza pública e coleta de lixo; e isenção das Taxas de Serviços Diversos.                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Isenção do IPTU</b>                                                                   | A Prefeitura poderá isentar as empresas interessadas da cobrança do referido imposto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>Isenção do ISS</b>                                                                    | A Prefeitura poderá isentar as empresas interessadas da cobrança do referido imposto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>Isenção do ITBI</b>                                                                   | A Prefeitura poderá isentar as empresas interessadas da cobrança do referido imposto.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>Auxílio no contato com órgãos públicos</b>                                            | O Poder Executivo Municipal pode assessorar as empresas nos contatos com órgãos públicos objetivando viabilizar as negociações para se instalarem no Município.                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Outros incentivos</b>                                                                 | O Poder Executivo municipal poderá encaminhar e acompanhar pedidos de tarifas reduzidas para as contas de energia elétrica, telefonia, abastecimento de água e correio aos órgãos competentes, bem como firmar convênios, acordos ou ajustes com esta finalidade. O município poderá ainda encaminhar e acompanhar pedidos de regimes especiais de tributação ao Governo Federal e do Estado de São Paulo. |
| <b>Mais Informações</b>                                                                  | Lei Municipal nº 763, 28/07/98. Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Pinhal: (12) 266-1151.                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Fonte: <a href="http://www.investimentos.sp.gov.br">www.investimentos.sp.gov.br</a>      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |

| <b>QUADRO 4.2 – Incentivos oferecidos pelo município de Campinas (SP)</b>           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Disposições Gerais</b>                                                           | A Prefeitura concede incentivos às empresas industriais, de alta tecnologia, de informática, de telecomunicações, de organização de pesquisa científica e tecnológica e de prestação de serviços na área de transporte de cargas e passageiros intermunicipais, interessadas em instalar-se ou ampliar-se no município, de acordo com as condições estabelecidas em lei.                   |
| <b>Isenção de IPTU</b>                                                              | O benefício é válido por um período de 3 (três) a 5 (cinco) anos. Empresa já isenta de tributos municipais por qualquer título não terá direito a este benefício.                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>Isenção de Taxas Municipais</b>                                                  | O benefício compreende isenção de taxas específicas, emolumentos e preços públicos para regularização dos projetos de construção, reformas e/ou ampliações.                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Isenção de ISS</b>                                                               | O benefício compreende isenção de 100% do imposto incidente sobre a mão de obra alocada para as obras de construção civil da empresa, desde que 80 % desta seja local. O benefício compreende isenção de 60%, por um período de 36 meses, sobre os demais serviços previstos em lei. Às empresas de pequeno porte e microempresas poderá ser concedida redução de 80% do referido imposto. |
| <b>Redução de ITBI</b>                                                              | O benefício compreende redução de 50% incidente sobre a aquisição do imóvel no qual será realizado o empreendimento.                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Outros incentivos</b>                                                            | Redução de 50% de impostos incidentes sobre o patrimônio e prestação de serviços das empresas participantes do Programa "Bom de Nota, Bom de Bola".                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>Mais informações</b>                                                             | Leis Municipais nº 9.903 de 09/11/1998 e nº 10.746 de 22/12/00. Prefeitura de Campinas: (19) 3735-0555. <a href="http://www.campinas.sp.gov.br">www.campinas.sp.gov.br</a>                                                                                                                                                                                                                 |
| Fonte: <a href="http://www.investimentos.sp.gov.br">www.investimentos.sp.gov.br</a> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |

Para o primeiro caso, a escolha recai sobre um amplo leque de atividades. Ao passo que no segundo caso, é nítida a preferência por empresas “modernas”, de alta tecnologia e de logística. No entanto, não se trata aqui de uma simples comparação entre os dois municípios, o fundamental é observar que ambos municípios procuram objetivar políticas de incentivos para atração de empresas, ou seja, que essa racionalidade econômica é dominante desde os pequenos até os grandes municípios. Assim, são importantes as modificações que ocorrem na esfera municipal em função do aprofundamento da internacionalização do território brasileiro. Alterações normativas, territoriais, políticas e econômicas são tornadas necessárias para que as empresas globais realizem sua ação.

Do ponto de vista do Estado, os incentivos são o modo pelo qual os governos se valem para atrair algum investimento. No entanto, as empresas não realizam seu

investimento sob quaisquer condições, pelo contrário, procuram objetiva-lo naquelas porções do território mais bem preparadas para recebê-los. Portanto, do ponto de vista do mercado, os incentivos são a possibilidade de realização de maiores lucros a partir do maior conhecimento das virtualidades dos lugares.

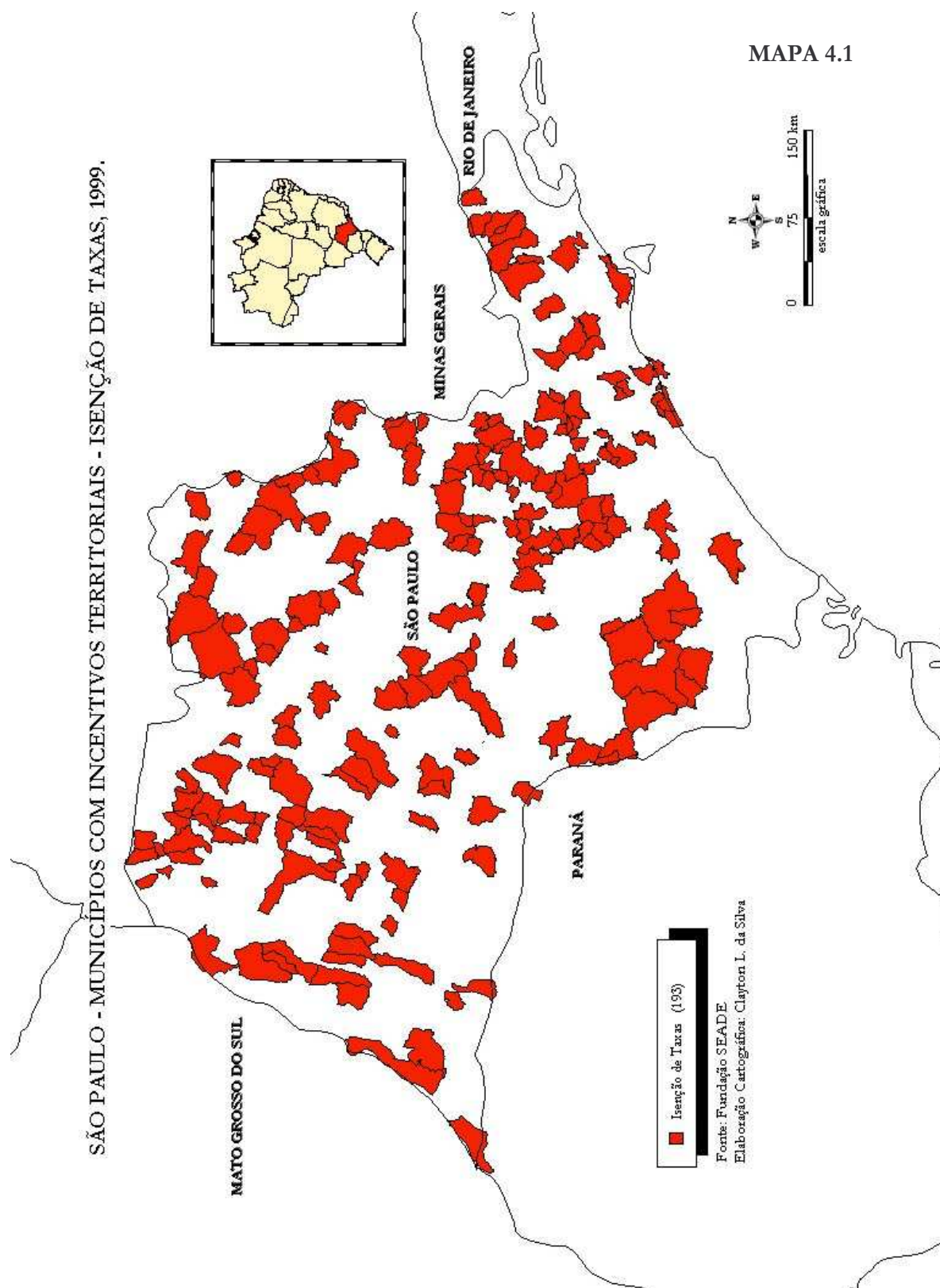
O conhecimento dos lugares, diante das características do atual período, onde a informação tem papel central, é dado ao alcance dos agentes hegemônicos, os quais podem “olhar” mais amplamente sobre o território para então escolher os pontos de maior interesse para sua ação. As grandes empresas podem recolher, interpretar e fazer uso de informações estratégicas, que interferem na política do Estado mas que estão a serviço de apenas parte da sociedade. O mercado não tem uma posição passiva, assistindo ao conflito entre governos, ele participa junto ao governo na tarefa de produzir políticas. Assim, é importante interpretar os incentivos territoriais a partir da imbricação entre Estado e mercado.

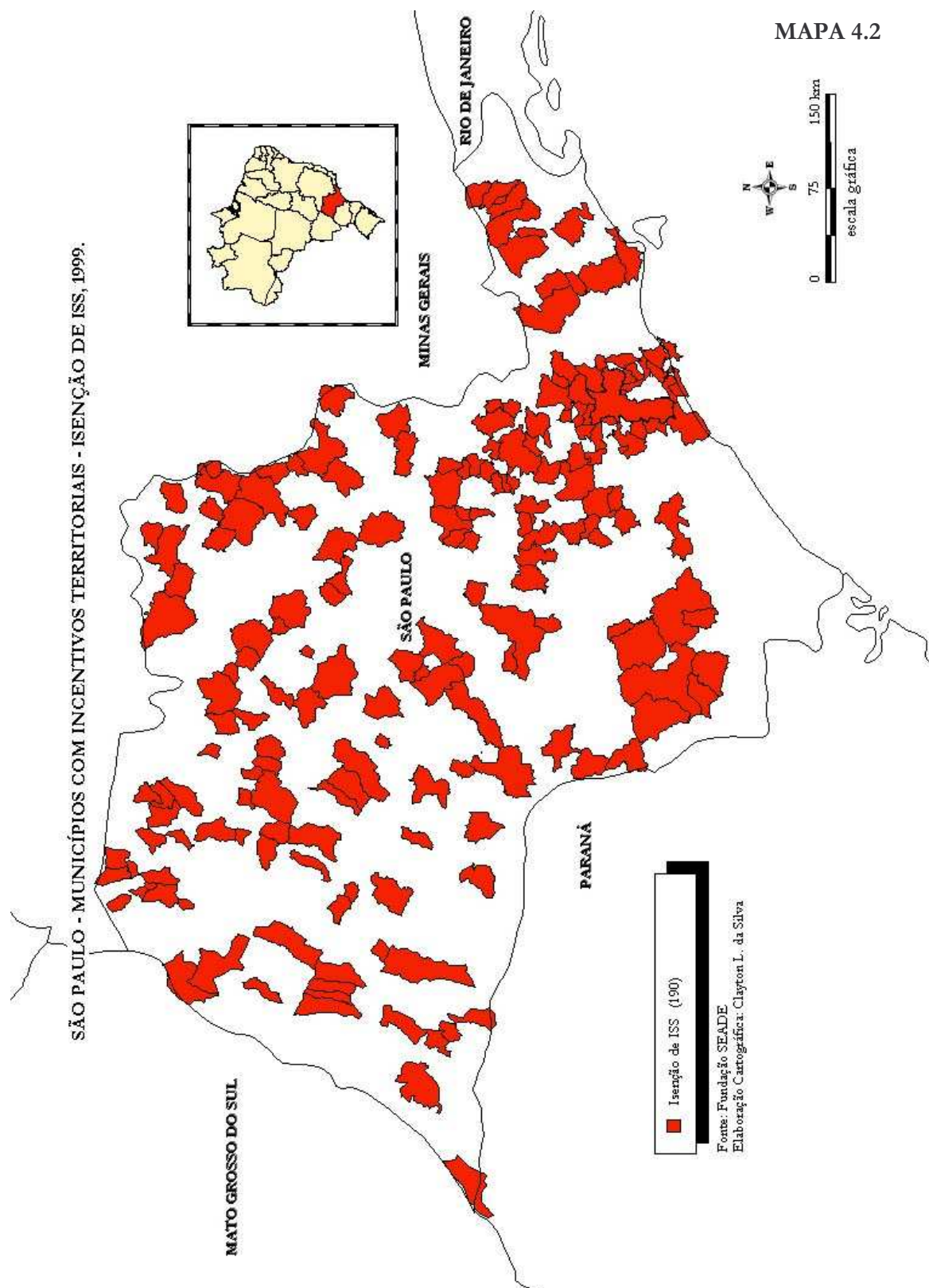
No entanto, o território também condiciona futuras ações. As *camadas técnicas* depositadas em cada etapa de sua modernização funcionam como constrangimentos para futuras práticas sociais. Assim, resulta uma problemática quando os governos praticam estratégias de atração de investimento privado, que é o direcionamento das políticas públicas a apenas parte da economia, àquela mais moderna, marginalizando todas as outras atividades, que, mesmo contando com um número maior de agentes, são tidas como menos importantes.

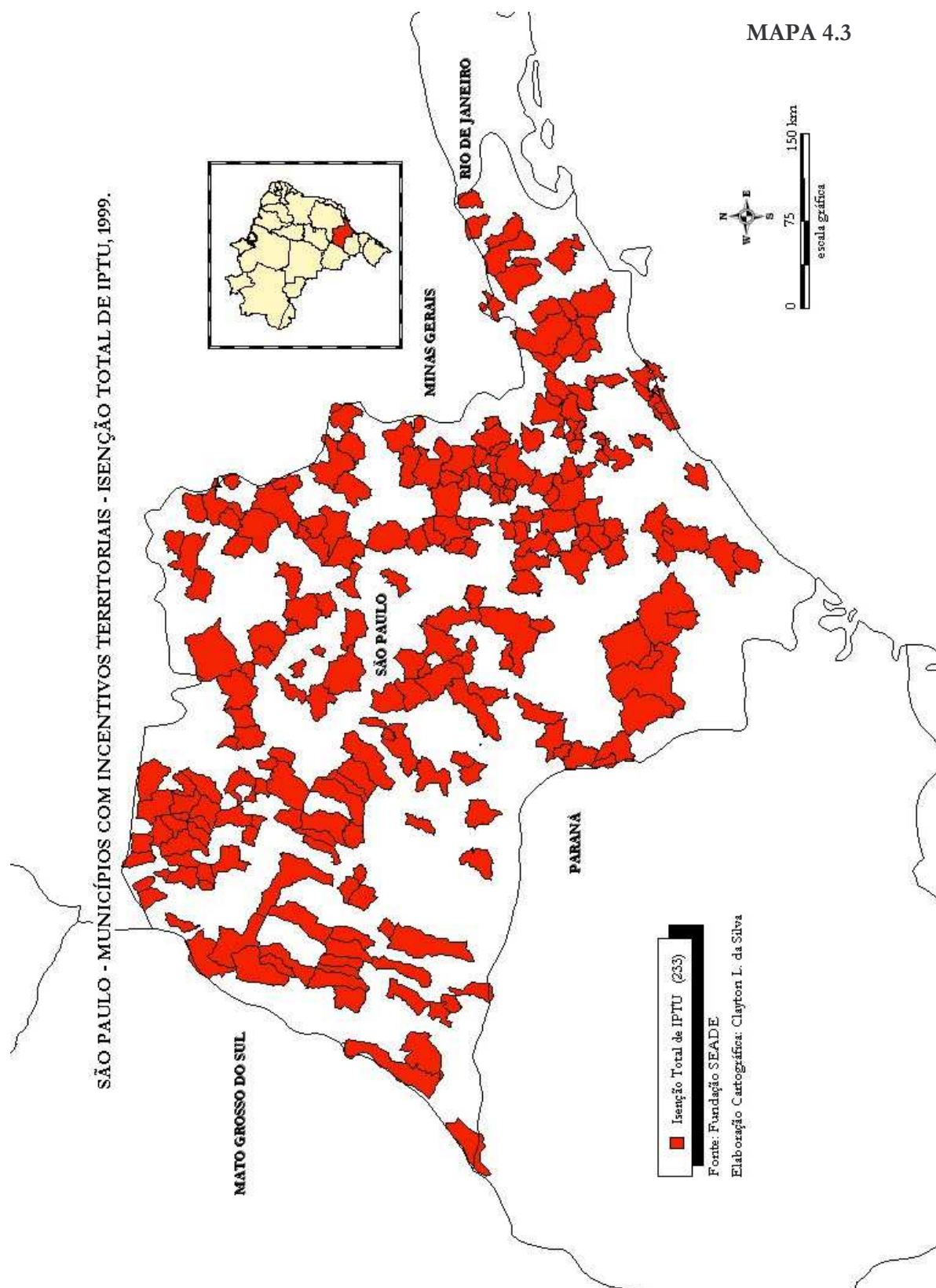
Os governos vêm praticando suas *políticas* em favor de *interesses privados*, cuja manifestação nos lugares lhes atribuem novos significados. Quer dizer, o Estado, na medida em que se adere aos interesses das grandes empresas, vem deixando aprofundar as desigualdades já existentes, quando não, criando novas.

Mesmo sendo grande o número de municípios que têm medidas de estímulo, está longe de elas estarem presentes em todos os 645 territórios municipais do estado. Ou seja, muitos municípios não possuem políticas de incentivos. Os MAPAS 4.1, 4.2 e 4.3, mostram, para o ano de 1999, informações dos municípios paulistas que oferecem, respectivamente: isenção de taxas; isenção total de IPTU e isenção de ISS.

SÃO PAULO - MUNICÍPIOS COM INCENTIVOS TERRITORIAIS - ISENÇÃO DE TAXAS, 1999.

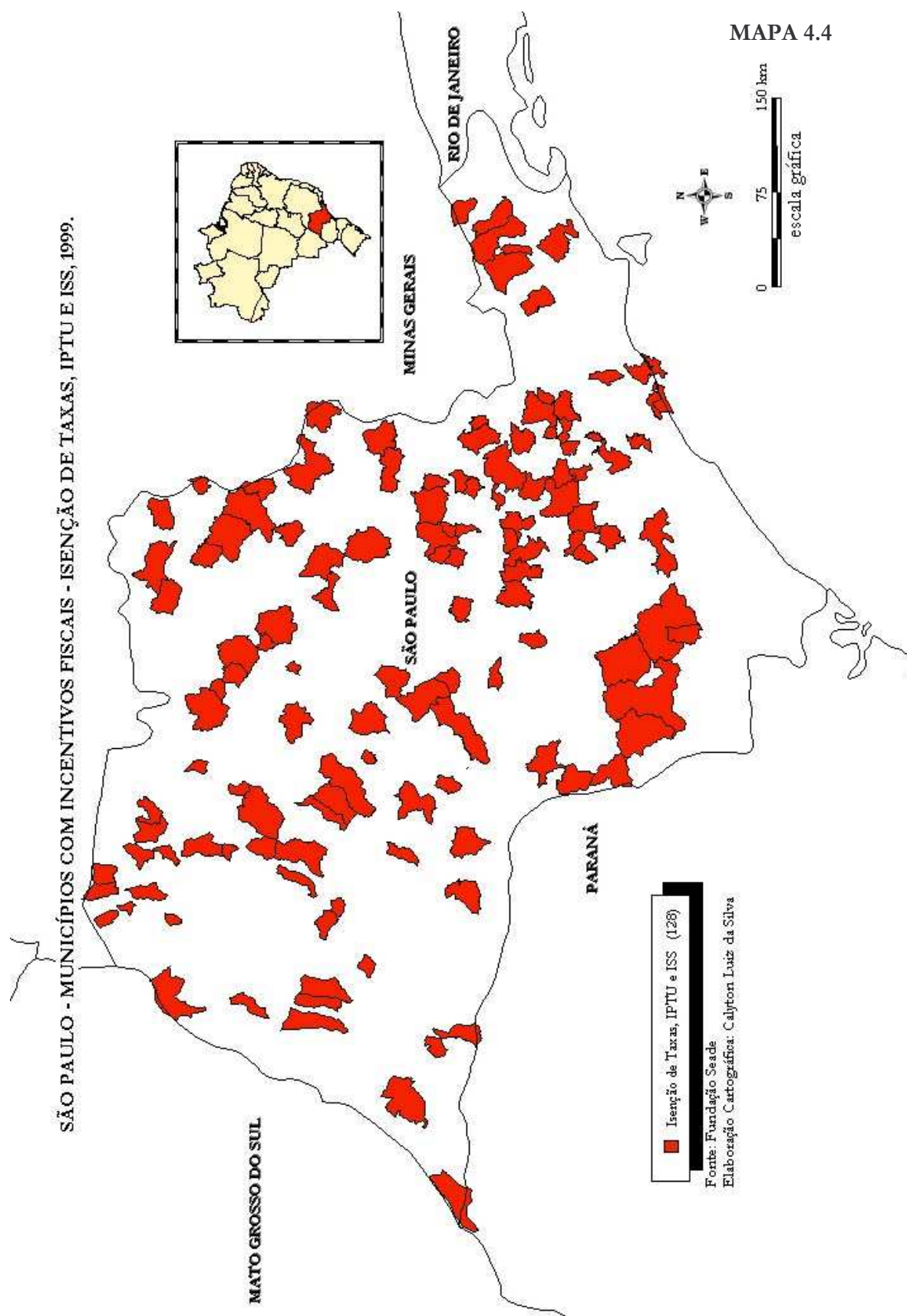




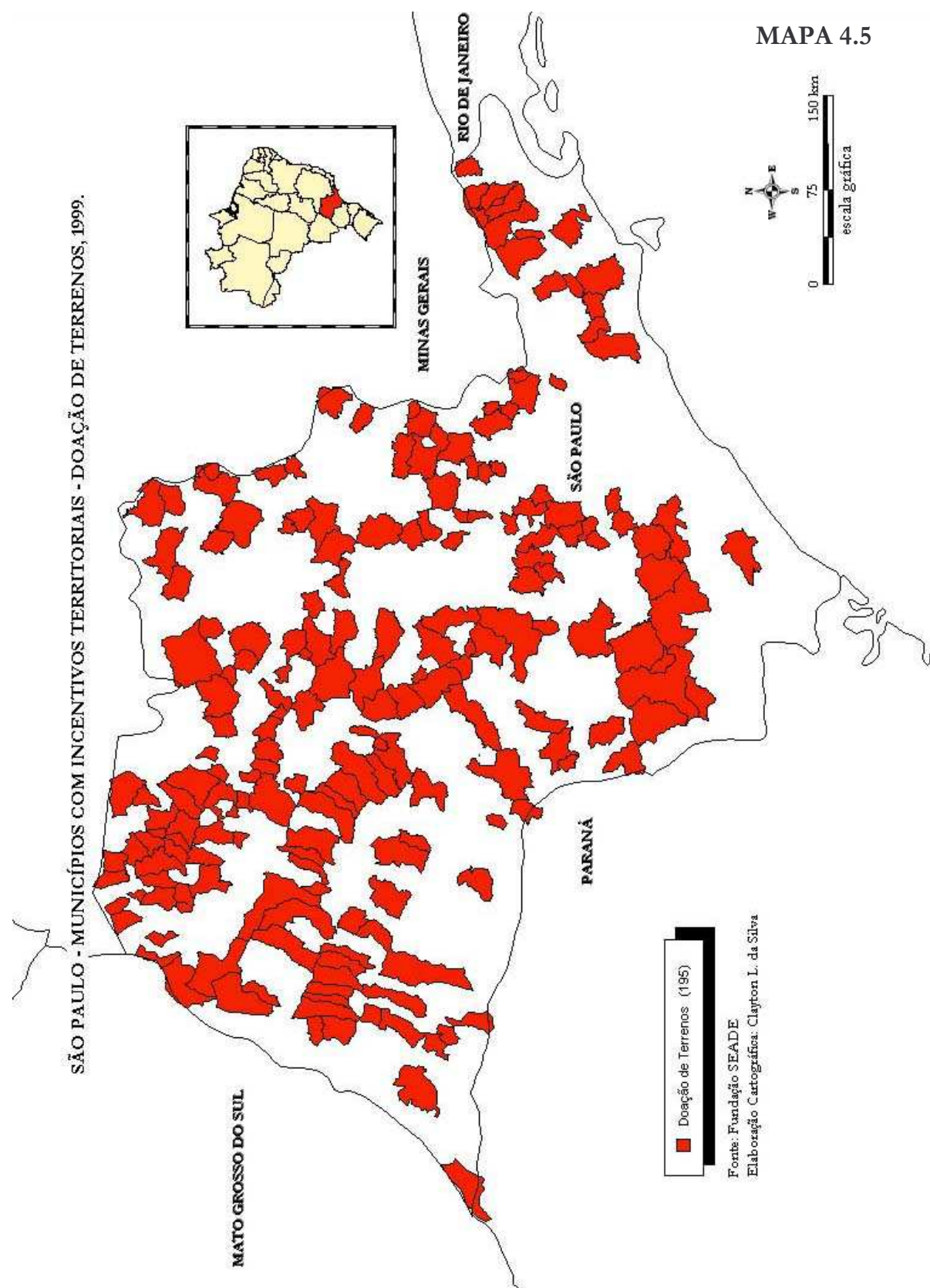


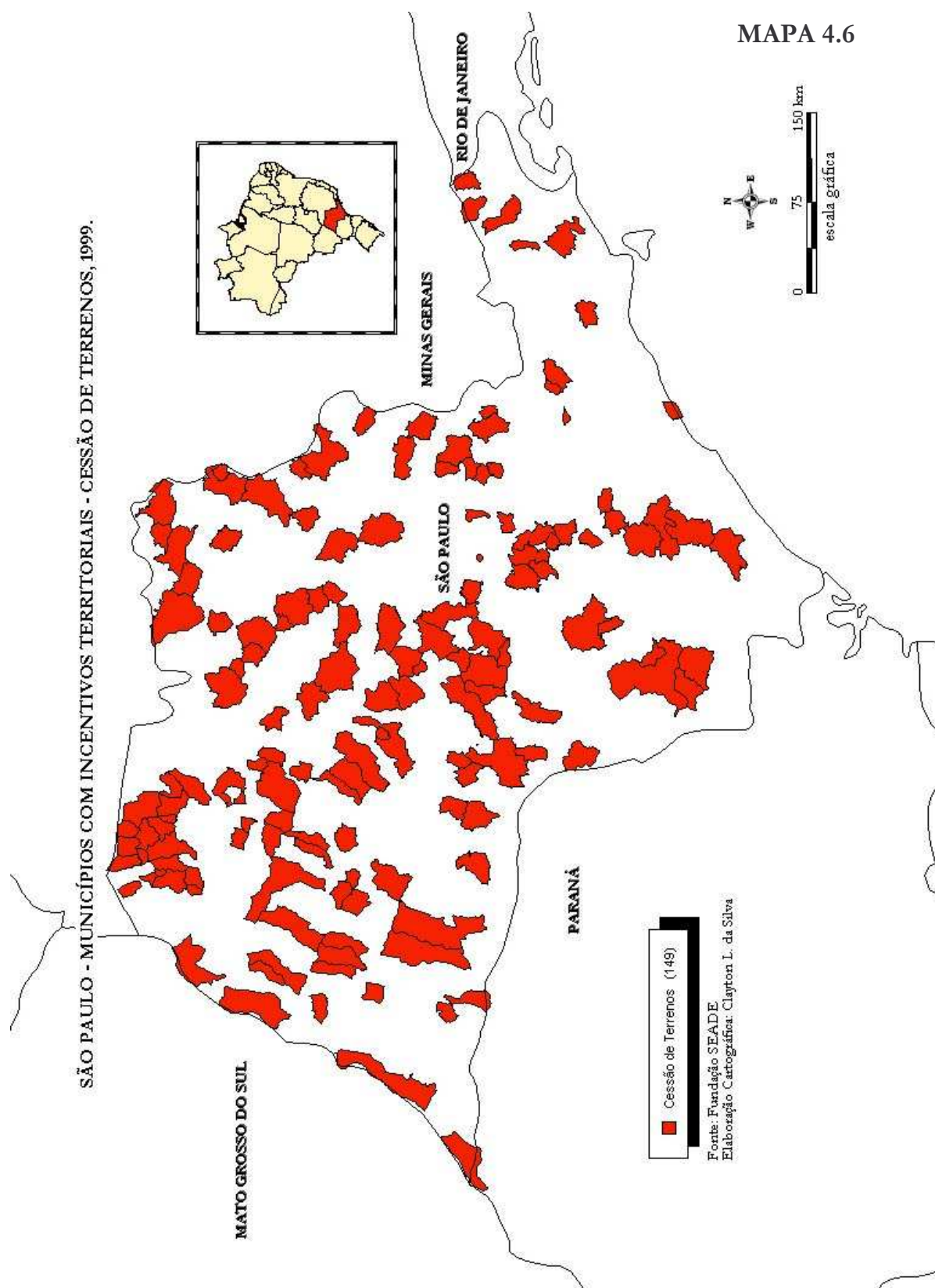
São 193 municípios oferecendo isenção de taxas; 190 oferecendo isenção de ISS e 233 oferecem isenção total de IPTU. Dentre os municípios que oferecem os incentivos fiscais 128 oferecem as três isenções (MAPA 4.4).

SÃO PAULO - MUNICÍPIOS COM INCENTIVOS FISCAIS - ISENÇÃO DE TAXAS, IPTU E ISS, 1999.

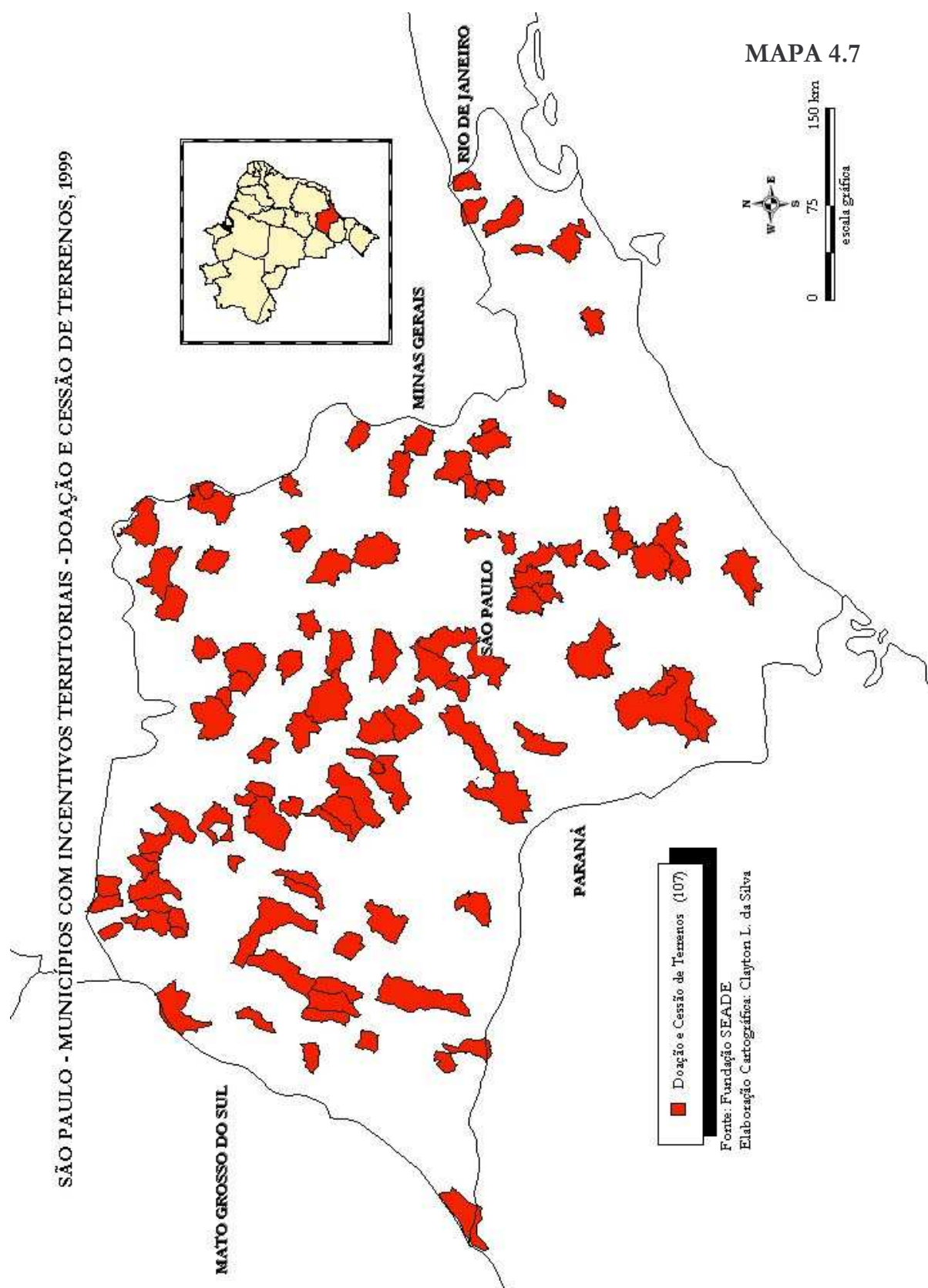


No entanto, além dos incentivos fiscais, ocorre o oferecimento de bases materiais renovadas, políticas que estão também presentes em muitos municípios. Quanto à doação de terrenos, 195 municípios oferecem esse tipo de incentivo (MAPA 4.5). Já cessão de terrenos, está presente nas políticas de 149 municípios (MAPA 4.6).

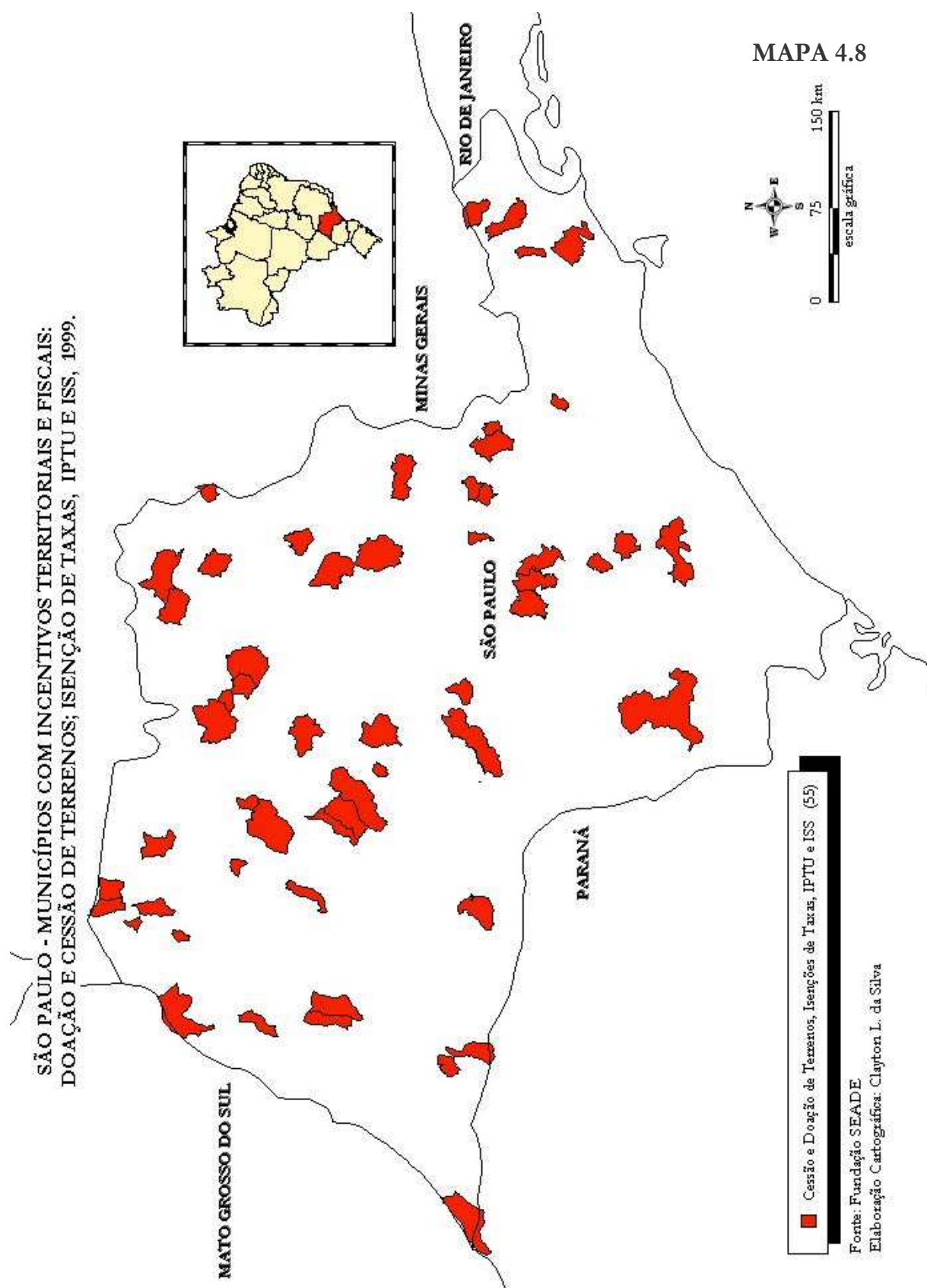




Esses incentivos deixam claro que não se trata somente de uma guerra fiscal. Diante disso pode-se questionar: qualquer município pode entrar na guerra dos lugares? De fato, as virtualidades dos lugares indicam qual município atrairá investimentos e quais não os lograrão, confirmando a tese que refuta se tratar somente de um problema fiscal. O MAPA 4.7 aponta os 107 municípios do estado de São Paulo que oferecem tanto cessão quanto doação de terrenos.

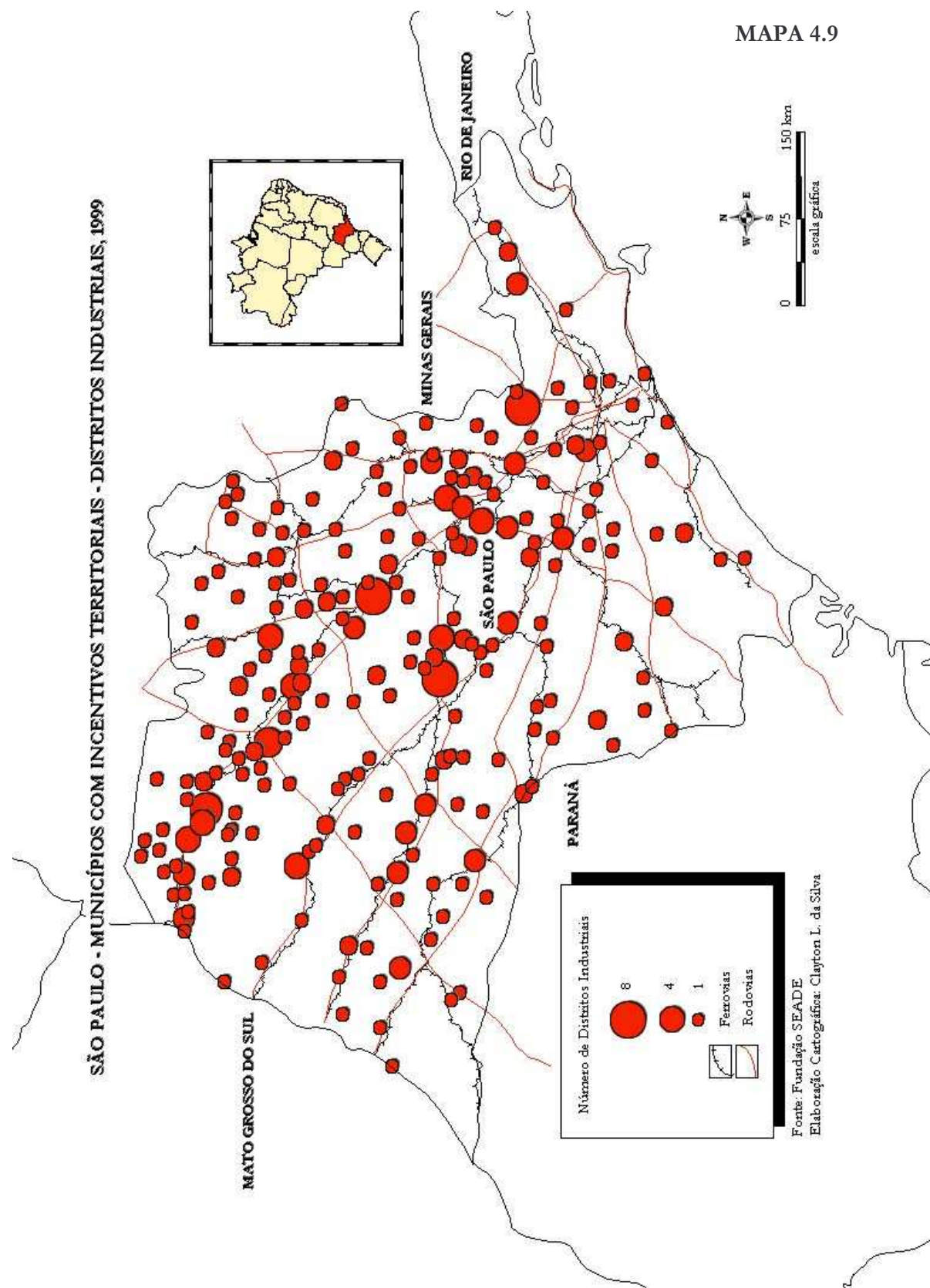


Cruzando os dados dos mapas das duas categorias – isenções fiscais e incentivos territoriais – verifica-se que pelo menos 55 municípios oferecem os cinco tipos de incentivo territorial (MAPA 4.8).



Os lugares condicionam a ação das grandes firmas. Mas, eles não são apenas isso, são também meio de existência de todos os demais agentes sociais. O problema central, que parece se deflagrar, reside na hierarquização dos lugares pertinentes ao acontecer dos agentes hegemônicos e a história particular de cada um deles, ou melhor, na sobreposição sobre os lugares deste acontecer.

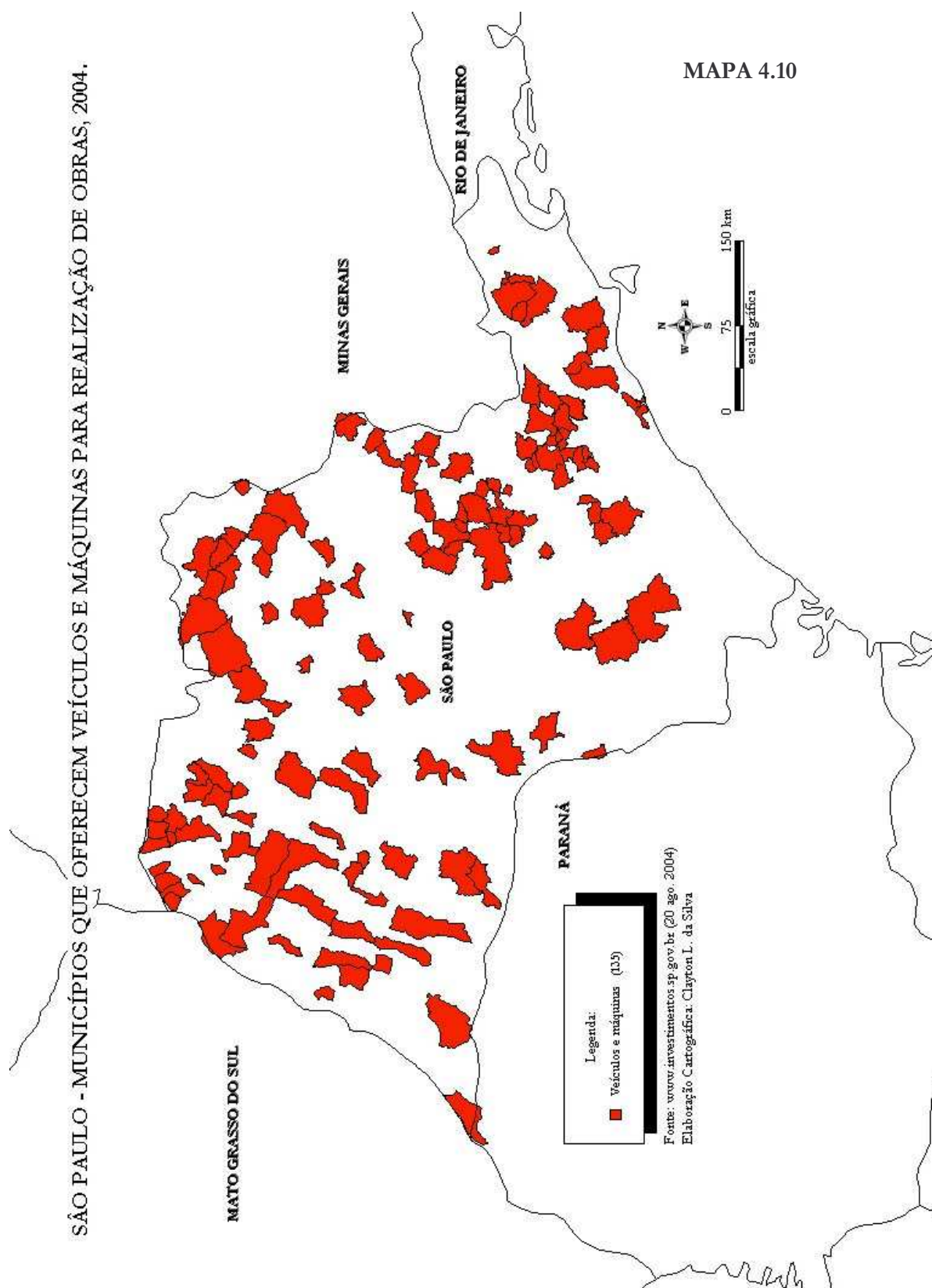
Outro incentivo muito presente no estado de São Paulo é a instituição de Pólos e Distritos Industriais. Quanto à sua distribuição, chama a atenção o alinhamento quase “desenhado” pelas principais rodovias do estado (MAPA 4.9). Isso indica a relevância que têm as camadas técnicas presentes ao território paulista, ao mesmo tempo em que demonstra a necessidade de vias de fluidez e distribuição capazes de direcionar os fluxos da logística empresarial.



MAPA 4.9

Os incentivos são, por um lado, o modo pelo qual o poder público se vale para atrair algum investimento, por outro lado, as empresas não realizam seu investimento sob quaisquer condições, procurando objetivá-los naquelas porções do território mais bem preparadas. Ademais, a guerra dos lugares não é causada simplesmente pelos *conflitos horizontais* (entre governos), afinal a importância assumida pelas empresas transnacionais no atual período dá a estes agentes uma capacidade ampliada de intervir junto aos governos, conseguindo que as políticas públicas levem em conta seus interesses corporativos. A guerra dos lugares é na, na verdade, uma face da luta travada entre as forças do Mercado (empresas transnacionais, fundos internacionais, sistema financeiro internacional, etc.) e os Estados nacionais.

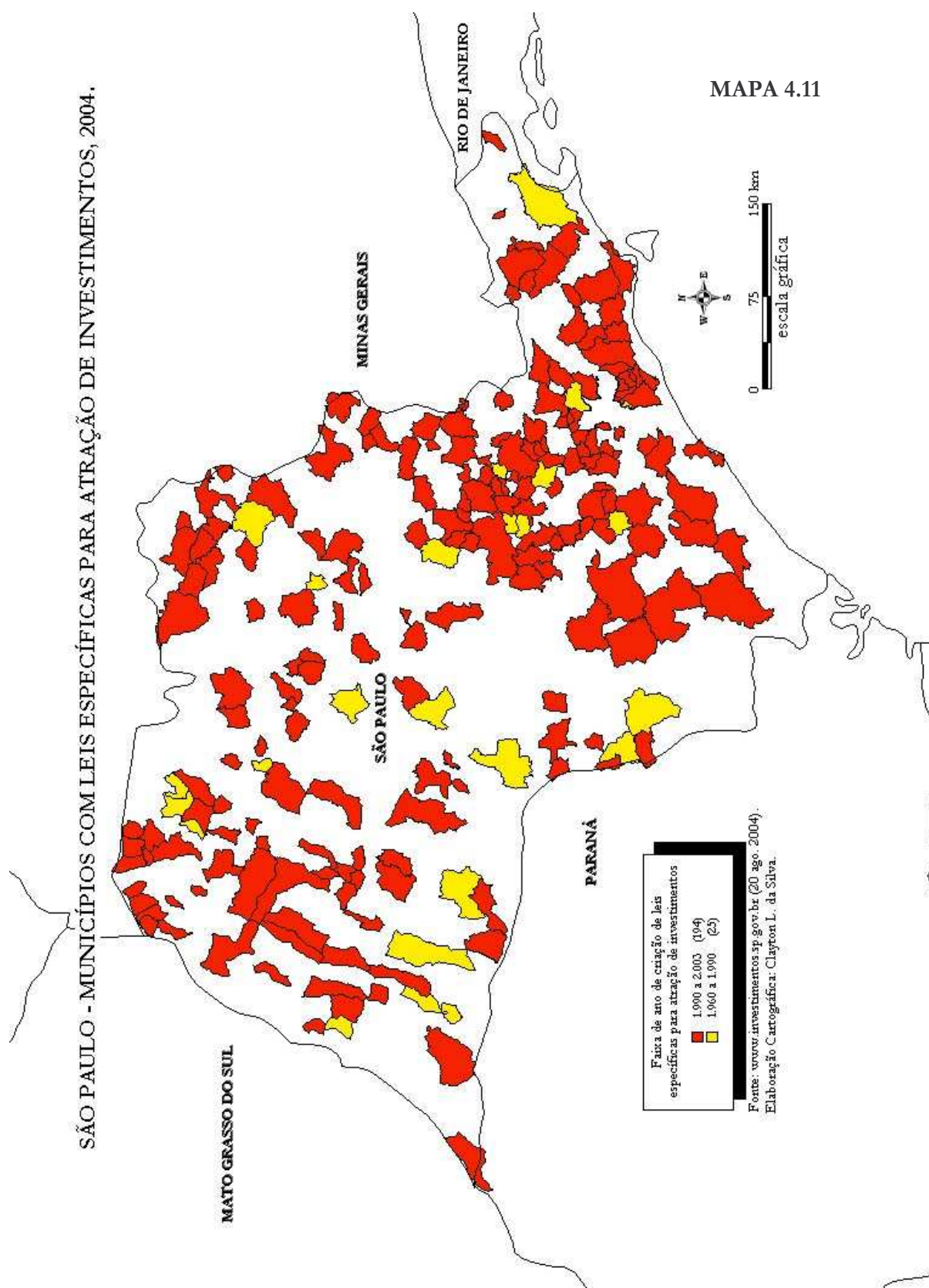
Voltando à discussão dos incentivos, muitos são os municípios que também disponibilizam máquinas e equipamentos para auxiliar na instalação do empreendimento (MAPA 4.10).



As implicações da internacionalização do território são territoriais e normativas. A forma de organização política do território brasileiro dá aos entes federativos a possibilidade de legislar sobre questões pertinentes à escala municipal e estadual. Em parte, a guerra dos lugares é explicada exatamente por essa capacidade de normatizar sobre assuntos nas escalas local e regional. Por outro lado, essas normas não ficam somente nas isenções fiscais, indo mais além, incluem mecanismos sofisticados de atração de investimentos, em sua maior parte concebidos como meio ao desenvolvimento, através, inclusive, da criação de leis específicas para regulamentar sobre o tema (MAPA 4.11).

As autonomias federativas têm sido, portanto, utilizadas para criar leis que facilitem a ação dos agentes econômicos. No estado de São Paulo de 1960 até 1989 existiam somente 25 municípios com leis específicas sobre atração de investimento. Porém, a partir de 1990, 194 municípios votaram suas leis sobre o tema.

SÃO PAULO - MUNICÍPIOS COM LEIS ESPECÍFICAS PARA ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS, 2004.



MAPA 4.11

De modo geral, observando estes mapas, uma primeira informação salta aos olhos: a quantidade de municípios que praticam políticas de incentivo é muito significativa. É clara a utilização de mecanismos de atração empresarial dentre os municípios que compõem o estado de São Paulo.

Comumente, fala-se somente na renúncia fiscal praticada pelo poder público, seja na escala do município, do estado ou da União, dentro das respectivas competências tributárias. No entanto, há outras práticas de incentivo, pouco discutidas, mais também importantes para a compreensão da dinâmica espacial das empresas e de sua relação hoje com o Estado. É fundamentalmente sobre isso que aqui se busca chamar atenção. As obras de implantação de infra-estruturas (pontes, parques industriais, terraplanagens, etc.) mais as alterações normativas, têm servido fundamentalmente ao apetite das grandes firmas. O poder público, privilegiando políticas setoriais, dentro de uma visão claramente fragmentada da sociedade, se adere ao interesse especulativo que guia as políticas de ação das empresas. Assim, os *incentivos fiscais* mais os *incentivos territoriais* resultam numa ação do poder público em nome das grandes empresas, eles visam facilitar a ação corporativa.

O encontro das *políticas do poder público* e das *ações de interesses privados* dá dimensão à guerra entre os territórios, cuja manifestação nos lugares lhes atribuem novos significados. Quer dizer, o poder público, na medida em que articula os interesses das grandes empresas, vem deixando aprofundar as desigualdades já existentes, quando não, criando novas.

Por outro lado, não são todos os municípios que podem entrar na guerra dos lugares, principalmente por que os meios mais modernos, necessários à produção moderna, não estão presentes no território paulista em sua totalidade.

Os investimentos não são realizados sobre qualquer ponto do território. Porém, os governos têm realizado suas políticas segundo também as demandas das empresas, criando os requisitos (incentivos territoriais) para que o investimento possa ser anunciado.

Tais incentivos se materializam em *ortopedias territoriais* (obras de engenharia) (SILVA, 2002; CATAIA, 2003), mas também em adaptações nas *normas político-jurídicas* que incidem sobre dado território, criadas pelos governos (União, estados e municípios) para facilitar a ação das grandes empresas, distorcendo a função do Estado pela polarização política realizada por estes agentes. Soma-se a isso, as ideologias hoje tão presentes sobre o desenvolvimento local e regional, como as cidades de negócios ou tecnológicas, criadas para legitimar este tipo de ação do Estado. Tais ideologias são veiculadas pela mídia em geral, fazendo entender que os lugares serão melhores e mais desenvolvidos com a atração de investimentos<sup>7</sup>, mas assim fazendo terminam, na verdade, por defender os interesses das empresas. Quando se faz crer que dada empresa gerará determinado número de empregos omite-se de discriminar, por exemplo, a necessária qualificação desta mão-de-obra.

As *ortopedias territoriais* e as *normas político-jurídicas* são também a forma como o Estado legitima seu poder pelo território, ou seja, são as bases materiais e imateriais capazes de tornar viável uma dada divisão territorial do trabalho. Assim, o Estado na medida em que suas políticas são também realizadas segundo os interesses das grandes empresas acaba por abrir espaço para que estas possam também controlar o território.

A prática do incentivo territorial dado às grandes empresas causa um aprofundamento da dependência, por permitir um uso corporativo do território, dado o reduzido número de agentes que dele se beneficiam

As verticalidades hoje presentes aos territórios terminam por dar uma nova característica ao período atual. Segundo SANTOS (2001[2000]: 105) as “...verticalidades podem ser definidas, num território, como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos.” É para interligar estes pontos que as empresas reticulares fazem uso de redes corporativas, construídas principalmente fazendo uso das NTCP's (Novas

---

<sup>7</sup> Neste ponto vale a pena fazer referência ao município de Campinas. Ele é proclamado, principalmente pelos veículos de comunicação de massa, como o “grande pólo tecnológico do interior do estado”, com empresas dos mais variados setores, com o maior shopping da América Latina, etc, mas apresenta uma exclusão gritante, cujo reflexo é a violência nas ruas. Assim, é importante lembrar: o processo que cria a riqueza é o mesmo que cria a pobreza, pois é incapaz de distribuir renda e de respeitar a história recente e antiga, marginalizando parte da sociedade e jogando por terra o próprio passado em nome da “modernizade”, confundida aqui com a maior presença no mercado mundializado das grandes firmas.

Tecnologias de Comunicação e Informação), ou impõem ao poder público o desenho das redes públicas.

Observando a localização dos investimentos não é difícil perceber que seu destino não é todo o território do estado de São Paulo. Existem áreas de maior cobertura, onde eles se concentram. É difícil deixar de notar o “vazio” na região do Vale do Ribeira. No cruzamento dos investimentos privados e os incentivos territoriais, notar-se que a concentração dos primeiros se dá junto àquelas porções do território onde se avolumam as camadas técnicas de maior qualidade, aquelas que concentram os ingredientes necessários à competitividade: logística; a mão-de-obra qualificada; pesquisa universitária; clientela; pólos industriais e tecnológicos; infra-estrutura especializada; laboratórios de pesquisa; etc. Os lugares que apresentam estas qualidades passam a ser organizados dentro da lógica competitiva do mercado, são localidades competitivas, capazes de reproduzir e manter os tais ingredientes necessários para atrair os investimentos.

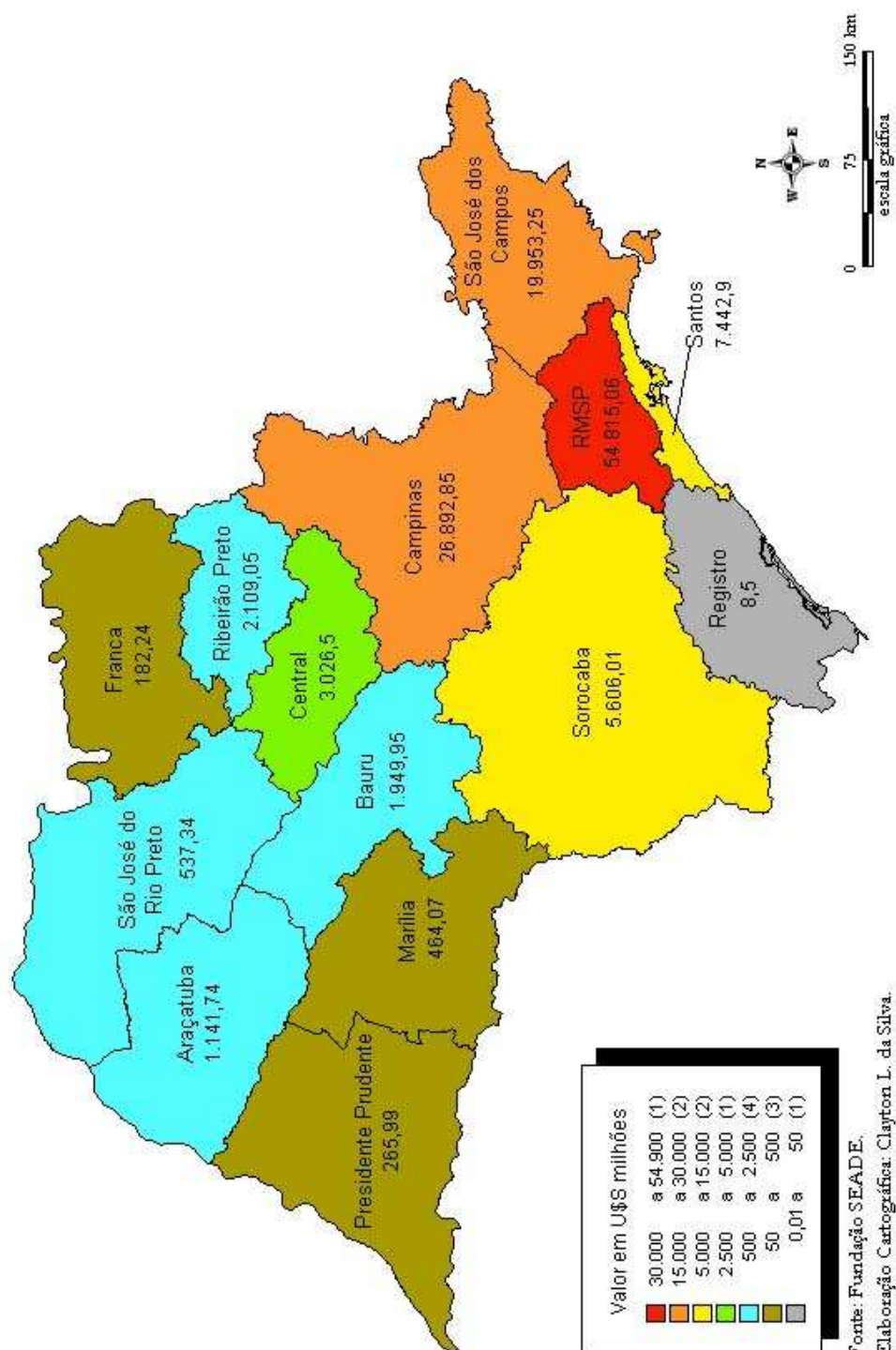
No que se refere à cartografia de dados, esta pode tanto demonstrar quanto ocultar uma informação. Afinal, a construção de um mapa pode servir para legitimar um posicionamento político-ideológico e uma perspectiva de projeto. É desta forma que o conhecimento quando cartografado serve, também, à dominação. As informações passadas pelos mapas podem tanto traduzir quanto trair o objeto analisado. É deste modo que a análise territorial pode servir a mistificar conflitos de interesses ou revelá-los, trazendo a possibilidade de criar ou abrir portas ao futuro mais digno, onde a maioria possa ter acesso às informações e a sua compreensão.

No caso da geografia, seu objeto é o espaço geográfico, que tem no território uma de suas dimensões concretas. A cartografia dos investimentos privados anunciados para o território paulista, por regiões administrativas<sup>8</sup>, mostra que todo o território está coberto por estes investimentos, dando a entender que ele se realiza, embora desigualmente, em todo o estado (MAPA 4.12).

---

<sup>8</sup> O sítio da Fundação SEADE manteve durante algum tempo a cartografia dos investimentos privados no estado de São Paulo somente nesta escala.

**SÃO PAULO - VALOR DOS INVESTIMENTOS EMPRESARIAIS ANUNCIADOS  
POR REGIÃO ADMINISTRATIVA (JAN.1995/DEZ.2003)**

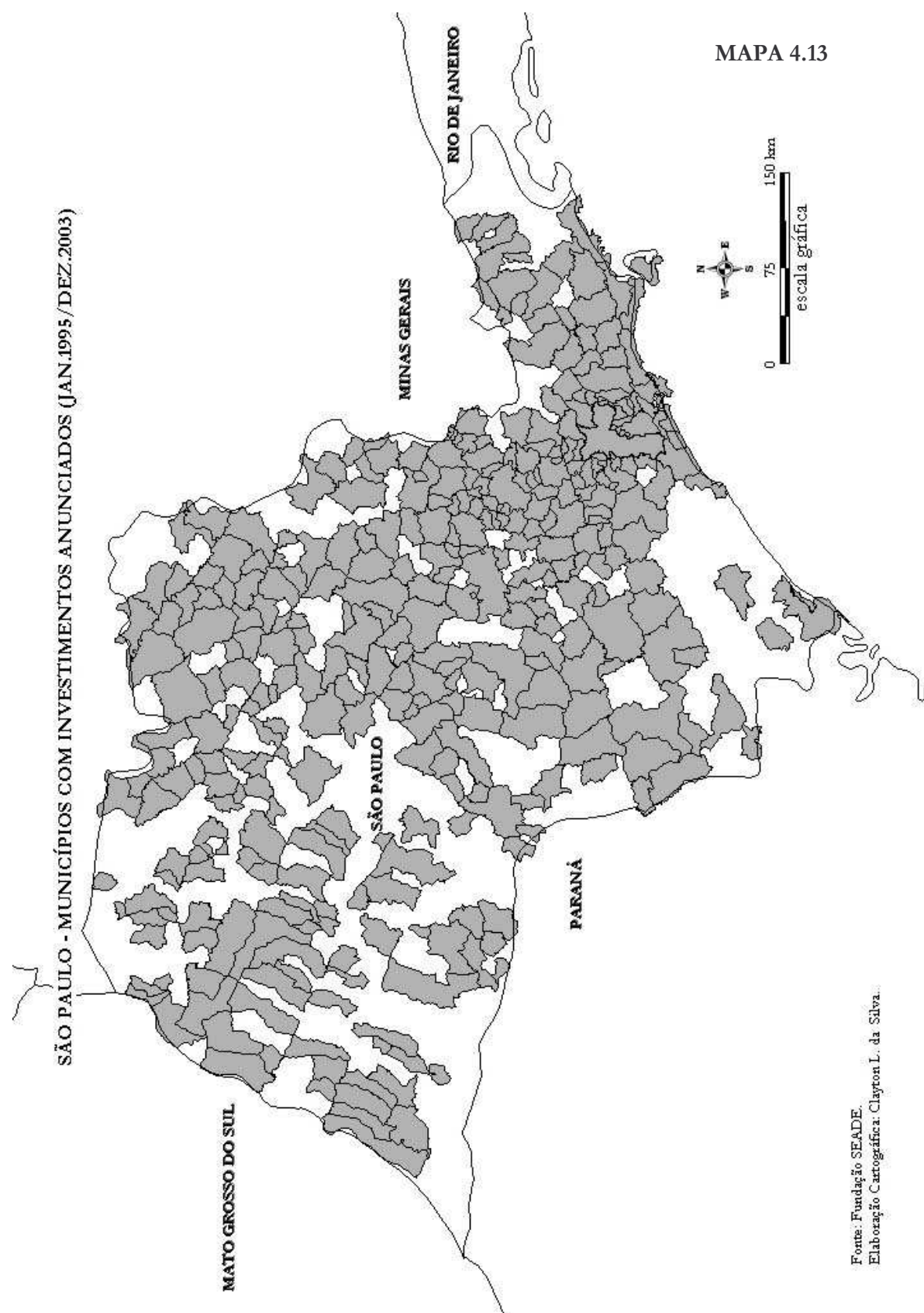


No entanto, uma cartografia dos mesmos investimentos em escala municipal (MAPA 4.13) demonstra uma seletividade espacial muito grande. Pois dos 645 municípios paulistas pouco mais da metade, precisamente 351 municípios, tiveram investimentos anunciados durante todo o período de janeiro de 1995 a dezembro de 2003<sup>9</sup>. Observados os investimentos estrangeiros, a seletividade foi ainda maior, pois eles foram anunciados em somente 171 municípios do estado (MAPA 4.14).

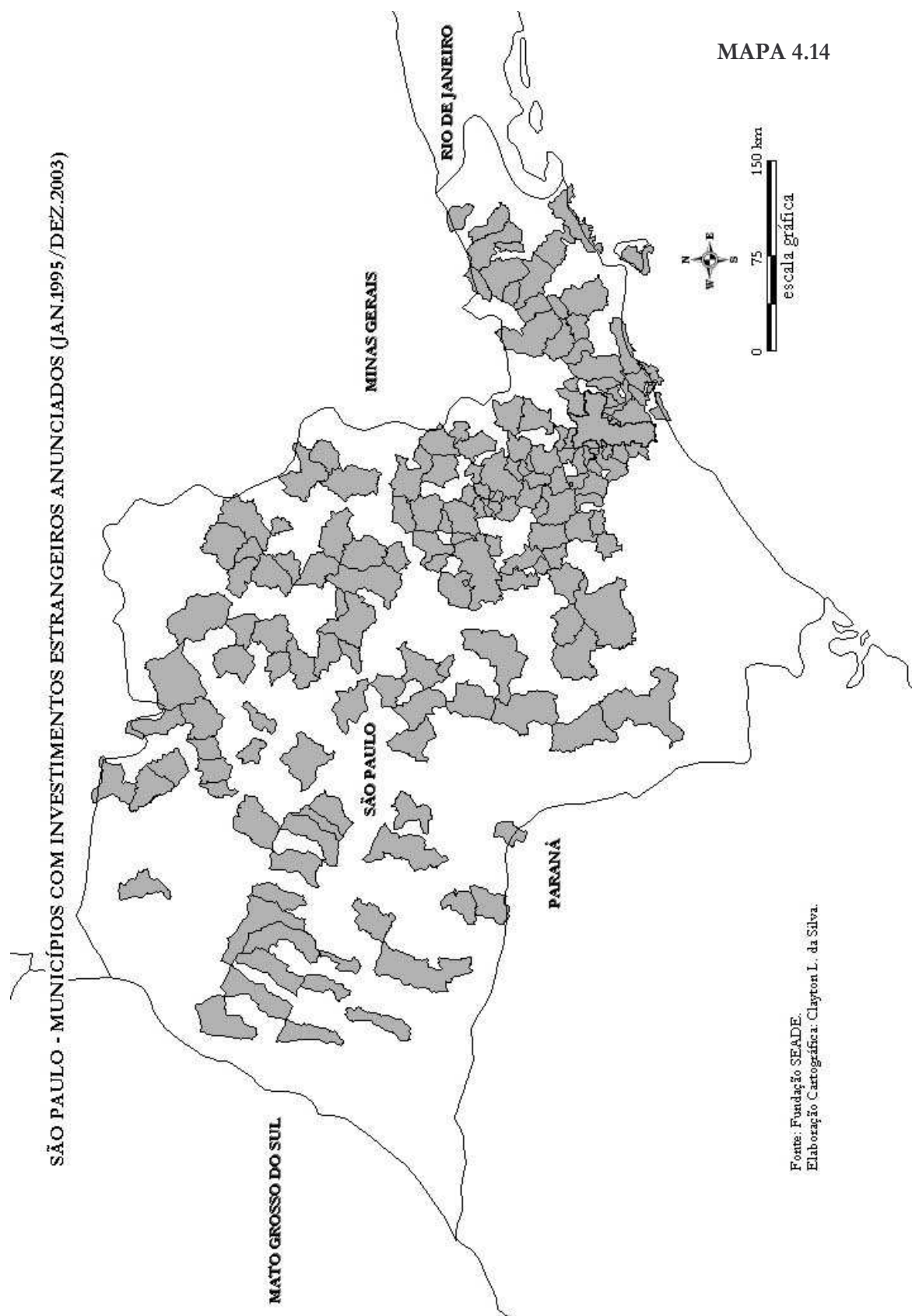
É importante diferenciar *valor do investimento* de *número de empreendimento*, pois quando observado somente o valor anunciado do investido em dado território municipal não se percebe se este investimento em cifra é resultado da ação de muitas ou de uma única empresa. Ou seja, há investimentos empresariais anunciados em municípios cujo número de empreendimentos é muito pequeno, quando não único. Significa que há empreendimentos que envolvem altas cifras, muitas vezes de origem estrangeira, mas cuja ação é dada por uma única empresa.

---

<sup>9</sup> Os dados cartografados incluem os investimentos estrangeiros.



SÃO PAULO - MUNICÍPIOS COM INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS ANUNCIADOS (JAN.1995/DEZ.2003)

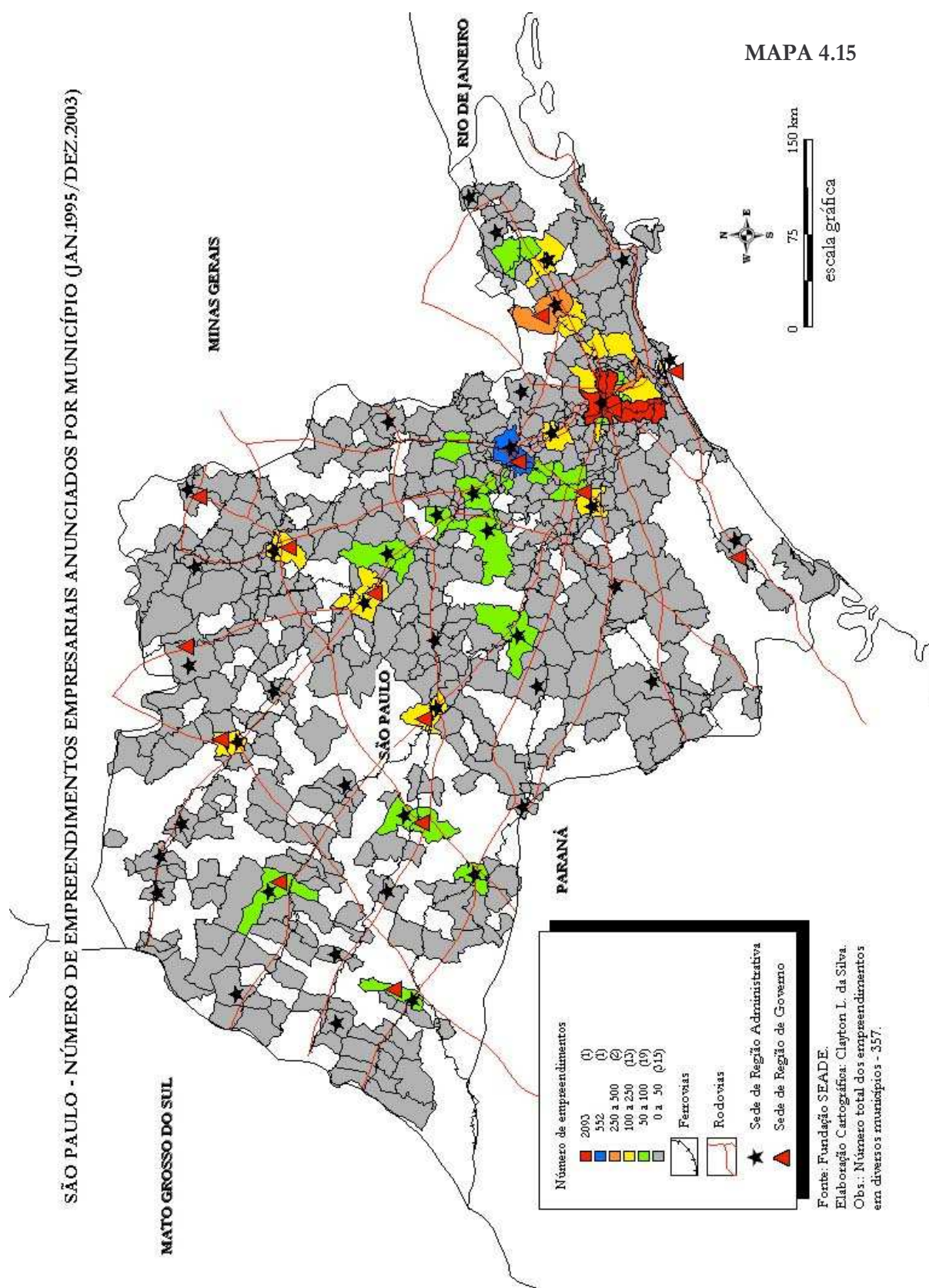


Fonte: Fundação SEADE.  
Elaboração Cartográfica: Clayton L. da Silva.

MAPA 4.14

Observados os investimentos privados anunciados para o estado, no período de janeiro de 1995 e dezembro de 2003, vê-se claramente que não são todos os municípios que os recebem. Na verdade, ocorrem grandes concentrações, principalmente em torno dos municípios maiores, que contam com redes mais densas e são mais bem servidos de infraestruturas, confirmando que os pontos luminosos do estado paulista são aqueles de maior interesse do capital novo (MAPA 4.15). Os espaços mais densos em técnica são, portanto, os que apresentam as maiores facilidades para o aporte dos interesses hegemônicos.

SÃO PAULO - NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS EMPRESARIAIS ANUNCIADOS POR MUNICÍPIO (JAN.1995/DEZ.2003)

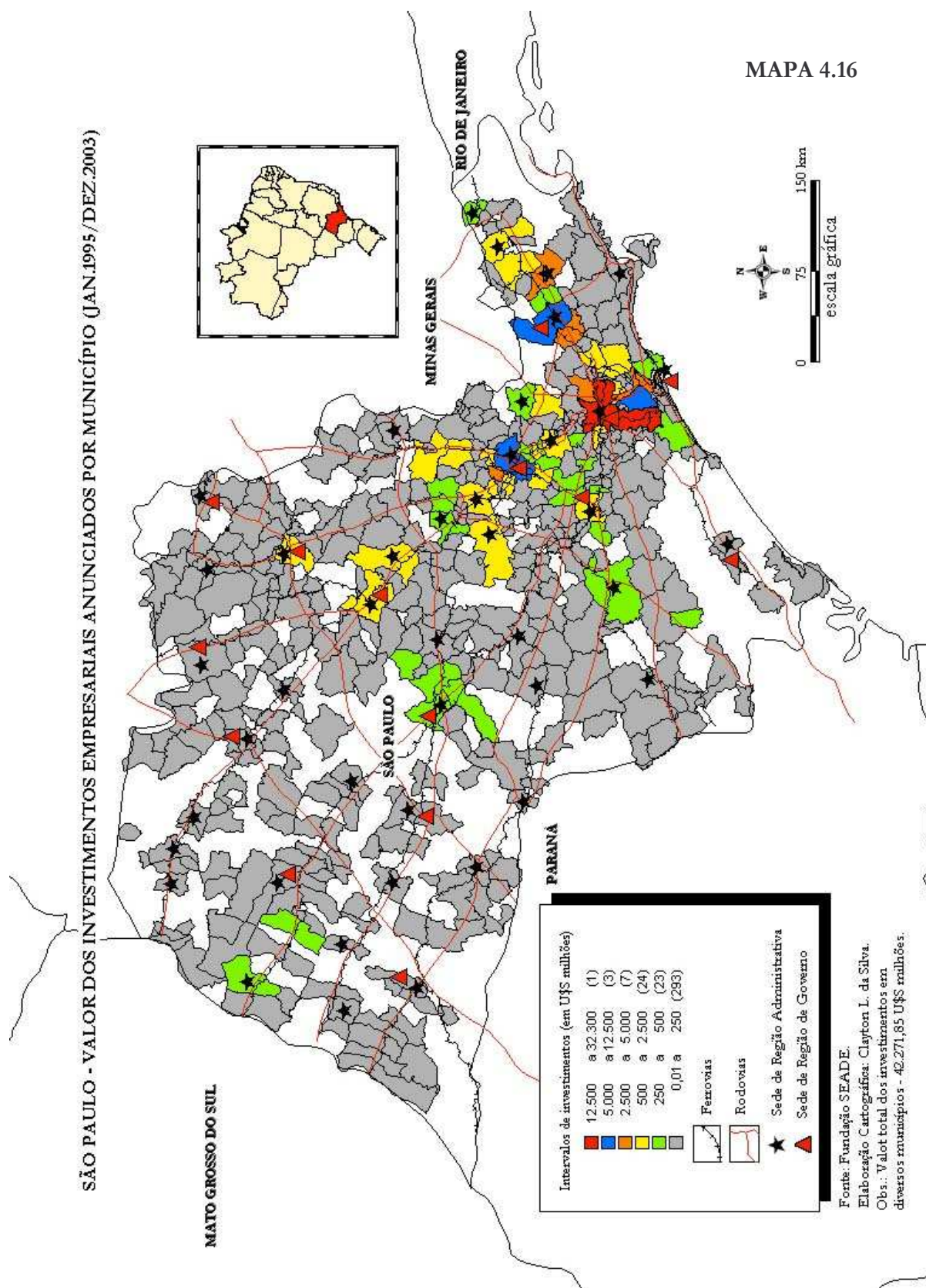


O número de empreendimentos anunciados atesta esta concentração. O QUADRO 4.3 traz os maiores números destes empreendimentos, mostrando que apenas dez municípios (São Paulo, Campinas, São José dos Campos, Santo André, São Bernardo do Campo, Ribeirão Preto, Sorocaba, Jundiaí, Moji das Cruzes e Guarulhos) tiveram neles anunciada quase metade (4.526 empreendimentos) do total de 9.658 do estado. No entanto, vale notar que a cidade de São Paulo teve anunciado em seu território 2.093 empreendimentos, algo em torno de 1/5 dos anunciados para o estado todo.

| <b>QUADRO 4.3 – Dez municípios paulistas com maior número de empreendimentos anunciados (jan.1995/dez.2003)</b>                        |              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| <b>São Paulo</b>                                                                                                                       | <b>2.093</b> |
| <b>Campinas</b>                                                                                                                        | <b>552</b>   |
| <b>São José dos Campos</b>                                                                                                             | <b>338</b>   |
| <b>Santo André</b>                                                                                                                     | <b>254</b>   |
| <b>São Bernardo do Campo</b>                                                                                                           | <b>237</b>   |
| <b>Ribeirão Preto</b>                                                                                                                  | <b>229</b>   |
| <b>Sorocaba</b>                                                                                                                        | <b>222</b>   |
| <b>Jundiaí</b>                                                                                                                         | <b>214</b>   |
| <b>Moji das Cruzes</b>                                                                                                                 | <b>208</b>   |
| <b>Guarulhos</b>                                                                                                                       | <b>179</b>   |
| <b>Total dos dez</b>                                                                                                                   | <b>4.526</b> |
| <b>Total geral do estado*</b>                                                                                                          | <b>9.658</b> |
| * Incluídos os empreendimentos cujos municípios não foram especificados.<br>Elaborado pelo autor, a partir de dados da Fundação SEADE. |              |

Os maiores valores dos investimentos anunciados se concentram praticamente também nos mesmos municípios (MAPA 4.16).

SÃO PAULO - VALOR DOS INVESTIMENTOS EMPRESARIAIS ANUNCIADOS POR MUNICÍPIO (JAN.1995 / DEZ.2003)



MAPA 4.16

Já o QUADRO 4.4 destaca os dez maiores valores, anunciados nos municípios de São Paulo, São José dos Campos, Campinas, São Bernardo do Campo, Taubaté, Jacareí, Cubatão, Santo André, Paulínia e Santos. Estes municípios tiveram anunciado no período em questão os maiores valores em investimento privado, e que juntos totalizam quase US\$ 77,5 milhões, sendo que todo o estado teve anunciado cerca de US\$168,3. Ou seja, apenas dez municípios teriam recebido algo em torno de 46% dos valores totais investidos no estado de São Paulo.

Juntos os municípios de São Paulo, Campinas, São José dos Campos, Santo André e São Bernardo do Campo, teriam recebido 3.474 empreendimentos do total de 9.658, ou pouco mais que 35% do total do estado. Observados os valores anunciados, estes mesmos municípios teriam recebido ainda o valor de US\$ 59.362,29 do total de US\$ 168.246,99 para o estado, próximo aos mesmos 35% do número de empreendimentos anunciados.

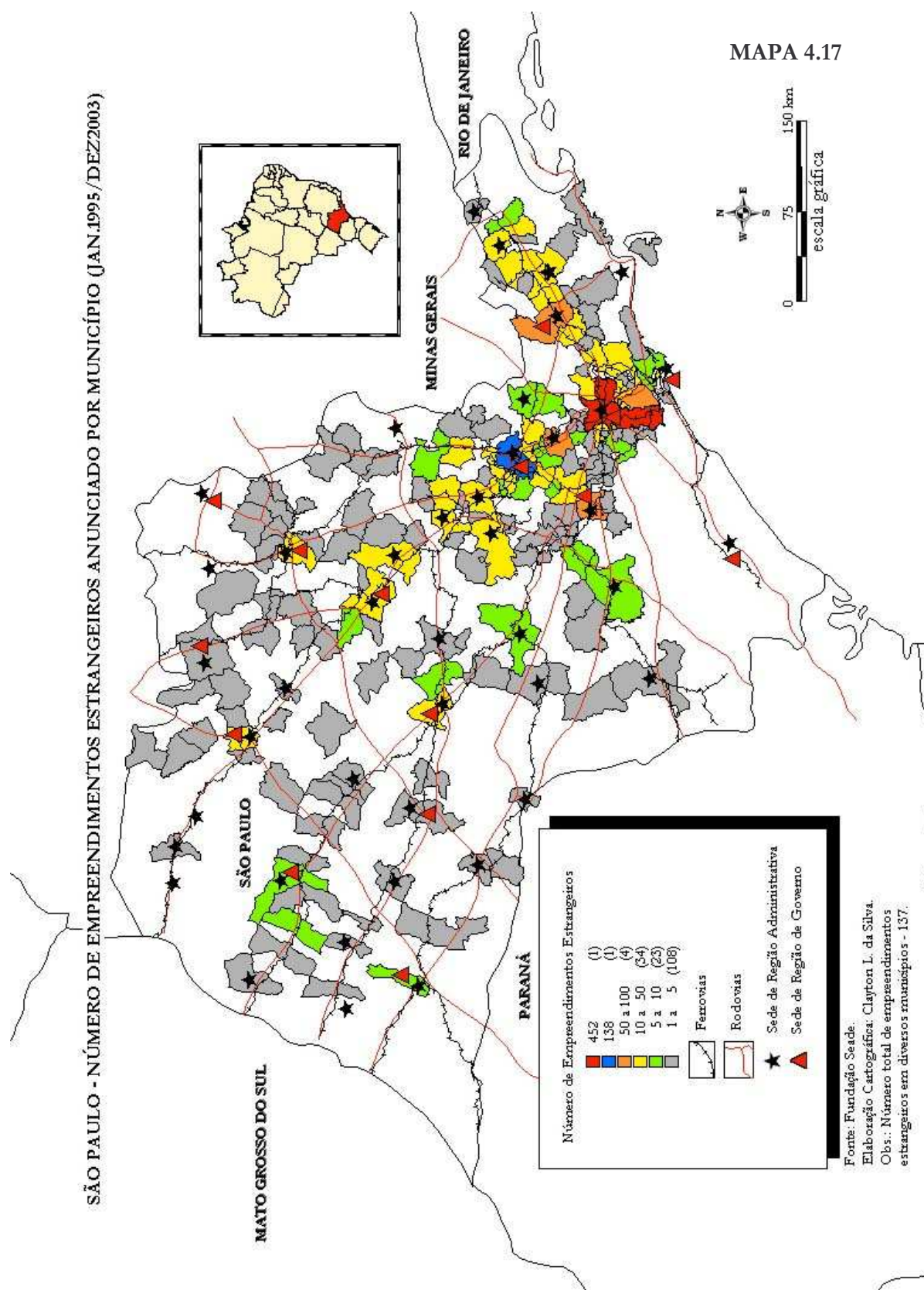
| <b>QUADRO 4.4 - Municípios com os dez maiores valores de investimentos anunciados no estado de São Paulo (jan.1995/dez.2003) **</b> |                   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| <b>São Paulo</b>                                                                                                                    | <b>32.248,57</b>  |
| <b>São José dos Campos</b>                                                                                                          | <b>10.010,38</b>  |
| <b>Campinas</b>                                                                                                                     | <b>7.004,58</b>   |
| <b>São Bernardo do Campo</b>                                                                                                        | <b>6.711,31</b>   |
| <b>Taubaté</b>                                                                                                                      | <b>4.397,11</b>   |
| <b>Jacareí</b>                                                                                                                      | <b>3.791,29</b>   |
| <b>Cubatão</b>                                                                                                                      | <b>3.744,12</b>   |
| <b>Santo André</b>                                                                                                                  | <b>3.387,45</b>   |
| <b>Paulínia</b>                                                                                                                     | <b>3.298,43</b>   |
| <b>Santos</b>                                                                                                                       | <b>2.873,97</b>   |
| <b>Total dos dez</b>                                                                                                                | <b>77.467,21</b>  |
| <b>Total geral do estado*</b>                                                                                                       | <b>168.246,99</b> |
| * Incluídos os valores cujos municípios não foram especificados.                                                                    |                   |
| ** em US\$ milhões.                                                                                                                 |                   |
| Elaborado pelo autor, a partir de dados da Fundação SEADE.                                                                          |                   |

Para o mesmo período, os investimentos estrangeiros se direcionaram ainda mais para os grandes centros (MAPA 4.17), demonstrando uma maior seletividade dos investimentos com esta origem. Os municípios de São Paulo, Campinas, São José dos

Campos, Sorocaba, Jundiaí, São Bernardo do Campo, Santo André, Barueri, Taubaté e Guarulhos, tiveram anunciado juntos 1.063 empreendimentos estrangeiros, mais de 50% do total de 2.110 anunciados para o estado como um todo (QUADRO 4.5).

| <b>QUADRO 4.5 – Dez municípios paulistas com maior número de empreendimentos estrangeiros anunciados (jan.1995/dez.2003)</b>           |              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| <b>Sao Paulo</b>                                                                                                                       | <b>452</b>   |
| <b>Campinas</b>                                                                                                                        | <b>138</b>   |
| <b>Sao Jose dos Campos</b>                                                                                                             | <b>84</b>    |
| <b>Sorocaba</b>                                                                                                                        | <b>82</b>    |
| <b>Jundiai</b>                                                                                                                         | <b>74</b>    |
| <b>Sao Bernardo do Campo</b>                                                                                                           | <b>61</b>    |
| <b>Santo Andre</b>                                                                                                                     | <b>45</b>    |
| <b>Barueri</b>                                                                                                                         | <b>45</b>    |
| <b>Taubate</b>                                                                                                                         | <b>41</b>    |
| <b>Guarulhos</b>                                                                                                                       | <b>41</b>    |
| <b>Total dos dez</b>                                                                                                                   | <b>1.063</b> |
| <b>Total geral do estado*</b>                                                                                                          | <b>2.110</b> |
| * Incluídos os empreendimentos cujos municípios não foram especificados.<br>Elaborado pelo autor, a partir de dados da Fundação SEADE. |              |

SÃO PAULO - NÚMERO DE EMPREENDIMENTOS ESTRANGEIROS ANUNCIADO POR MUNICÍPIO (JAN.1995/DEZ2003)



Portanto, não há investimento na totalidade do estado de São Paulo. Assim, que o discurso do desenvolvimento via guerra fiscal é uma falácia, pois deixar as questões sociais para o mercado é perigoso já que a seletividade do capital implica em que aqueles lugares que não lhes são atrativos fiquem ainda mais distantes do “desenvolvimento”. De todo o estado de São Paulo, os municípios Vale do Ribeira são os que menos receberam investimentos (nenhum investimento estrangeiro teria aportado nos municípios da região de governo de Registro nos quase dez anos de informações sobre os investimentos anunciados!).

Portanto, o estado de São Paulo apresenta, para cada um de seus municípios, possibilidades desiguais de atração empresarial. O QUADRO 4.6 relaciona a quantidade de municípios por faixas de valor de investimento; nele pode ser observada uma concentração dos investimentos mais elevados em poucos municípios, ao mesmo tempo em que se observa que pouco mais da metade dos 645 municípios do estado de São Paulo os receberam.

| <b>QUADRO 4.6 – Quantidade de municípios por valor de investimento* (jan.1995/dez.2003)</b> |            |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>0-1**</b>                                                                                | <b>78</b>  |
| <b>1-100</b>                                                                                | <b>188</b> |
| <b>100-1.000</b>                                                                            | <b>52</b>  |
| <b>1.000-2.500</b>                                                                          | <b>16</b>  |
| <b>2.500-5.000</b>                                                                          | <b>7</b>   |
| <b>5.000-10.000</b>                                                                         | <b>2</b>   |
| <b>10.000-15.000</b>                                                                        | <b>1</b>   |
| <b>15.000-28.500</b>                                                                        | <b>1</b>   |
| <b>Total</b>                                                                                | <b>345</b> |
| <b>Total de municípios do estado</b>                                                        | <b>645</b> |
| * Incluídos os investimentos cujo município não foi especificado.                           |            |
| ** em US\$ milhões.                                                                         |            |
| Elaborado pelo autor, a partir de dados da Fundação SEADE.                                  |            |

Aqui se retoma a idéia de SANTOS (1996[1994]:118-119) sobre o meio geográfico: “Devemos, desse modo, levar em conta as tendências atuais de

reorganização do território, no mundo inteiro e no Brasil de forma particular, o que obriga a levar em conta as características do que chamamos de meio técnico-científico, isto é, o meio geográfico tal como se dá, ou tende a ser, e em cuja elaboração a contribuição da ciência, da tecnologia e da informação é cada vez maior./.../Esse meio técnico-científico /.../ cria espaços *inteligentes* numa parte do Brasil, deixando que em outros permaneçam os espaços *opacos*. Uns e outros são subespaços com comportamentos diferentes, lógicas e racionalidades diferentes. Tais dinâmicas não são apenas dinâmicas territoriais, mas também dinâmicas políticas, demográficas, culturais e econômicas”. O tamanho de uma cidade surte efeito na divisão interurbana e também na intra-urbana do trabalho, assim, quanto maiores e mais populosas, as cidades são também mais capazes de acolher um conjunto mais espesso de atividades e de conter uma lista maior de profissões, estabelecendo, desse modo, um tecido de relações mais eficaz do ponto de vista econômico.

Na atualidade, a cidade de São Paulo continua a manter sua posição de comando dentro do estado. No entanto, a dissociação entre a *produção* e o *comando*<sup>10</sup> tem permitido a “saída”<sup>11</sup> de unidades de produção da região metropolitana paulistana. As boas condições em infra-estrutura mais o apoio de políticas estatais têm permitido às grandes firmas instalarem-se na periferia das grandes metrópoles, que passa a apresentar taxas de crescimento econômico maior, dando significado a uma *involução metropolitana* (SANTOS, 1996[1994]:123). “Essas novas relações dentro do território brasileiro estão a nos indicar que o processo de metropolização vai prosseguir paralelamente a um processo de desmetropolização. As maiores cidades continuarão a crescer, enquanto novas grandes cidades surgirão, com a coexistência de movimentos que só em aparência são contraditórios, porque obedientes a uma mesma lógica, socioeconômica e geográfica” (SANTOS, 1996[1994]: 122). Mas, excluindo a região metropolitana de São

---

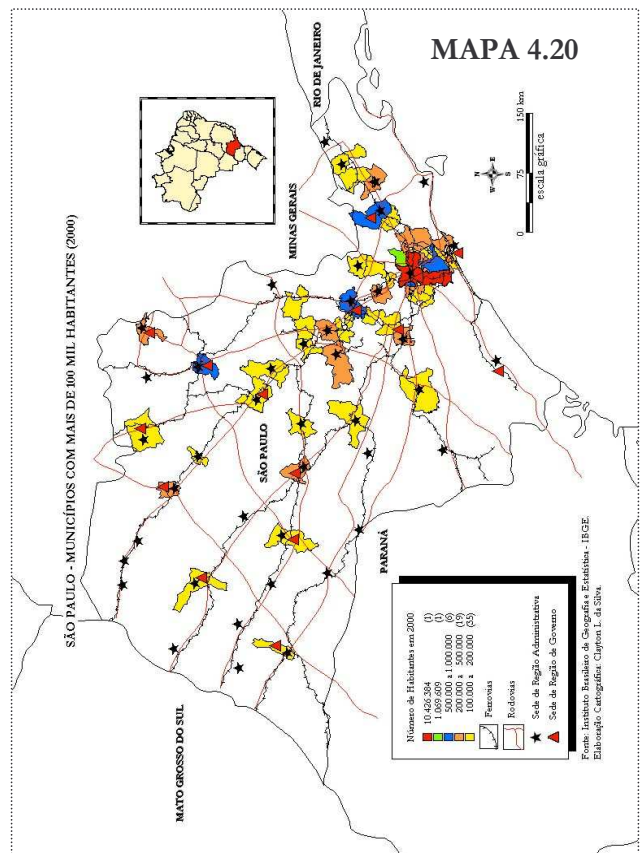
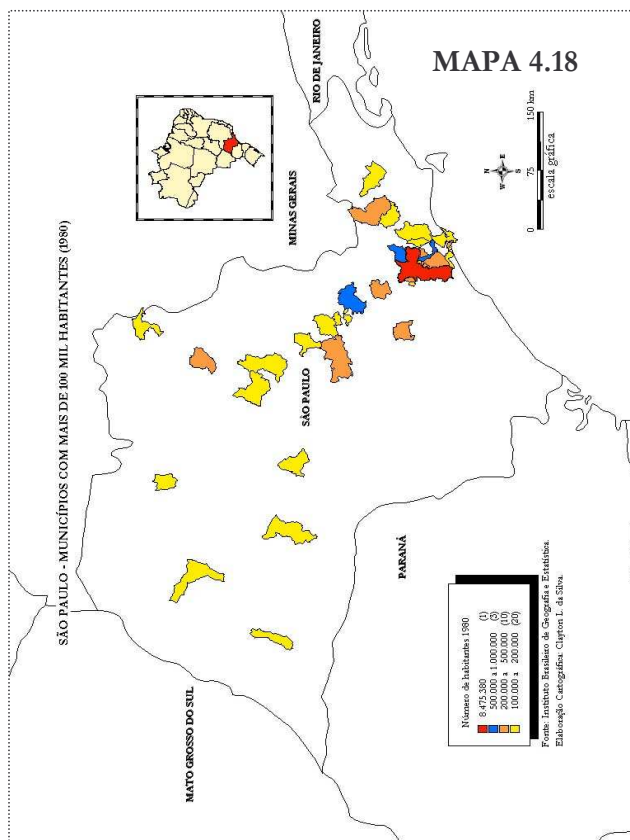
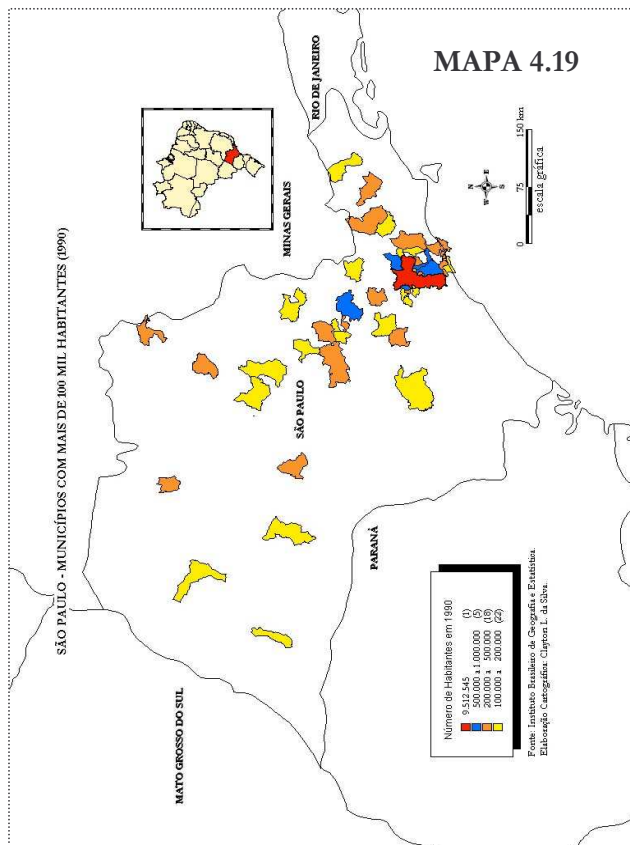
<sup>10</sup> “Sístole e diástole ao mesmo tempo. Podemos falar da tendência à dissociação da metrópole no território e de uma presença simultânea e instantânea em todos os lugares do país...” (SANTOS, 2001:141).

<sup>11</sup> No entanto, esta saída é relativa pois grande parte dos investimentos anunciados para o estado paulista ainda se concentra na região metropolitana paulistana, que totaliza 32,58% (US\$ 54.815,06 milhões) do total investido em todo o estado, segundo a Fundação SEADE (dados para o período de janeiro de 1995 a dezembro de 2003).

Paulo, é a cidade intermediária, aquela que apresenta dimensões bem maiores, que acolhe grande parte dos investimentos.

SANTOS (1996[1994]:70) argumenta sobre o problema do uso e da interpretação de séries estatísticas nas ciências humanas, pois, segundo ele, o número, em momentos distintos, possui significado diferente. Segundo ele, o que era chamada de cidade média nos anos 1940/50 não é a mesma dos anos 1970/80. Assim, sugere: “No primeiro momento, uma cidade com mais de 20.000 habitantes poderia ser classificada como média, mas, hoje, para ser cidade média uma aglomeração deve ter população em torno dos 100.000 habitantes...”.

Seguindo a orientação de SANTOS (1996[1994]:73), para quem 100 mil habitantes parece ser o patamar necessário, a partir da década de 1970, para a identificação de cidades médias em boa parte do território brasileiro, procurou-se cartografá-las para o estado de São Paulo. Pode-se observar para o estado paulista que a participação das cidades com mais de 100.000 habitantes aumenta sensivelmente (MAPAS 4.18, 4.19 e 4.20). Aqueles municípios com população entre 100 e 200 mil habitantes eram na década de 1980 em número de 20, indo a 22 na década de 1990 e 35 em 2000. Para a faixa entre 200 e 500 mil, eram 10 na década de 1980, indo a 18 na década de 1990, e totalizando 19 em 2000. Na faixa entre 500 mil e 1 milhão, aparecem 3 municípios na década de 1980, 5 na década de 1990 e 6 em 2000. No ano 2000 aparece o município de Guarulhos como único município, excetuando-se São Paulo, com mais de um milhão de habitantes (1.069.609). A cidade de São Paulo, que concentra a maior população em todo o período, conta com 8.475.380 em 1980, indo a 9.512.545 em 1990 e 10.426.384 em 2000.



O aumento no número de cidades maiores é seguido da expansão e da diversificação do consumo, da elevação dos níveis de renda e da difusão dos transportes modernos, junto a uma divisão do trabalho mais acentuada, que fazem com que as funções de centro regional, típicas das cidades médias, passem a exigir maiores níveis de concentração demográfica e de atividades (SANTOS, 1996[1994]:73).

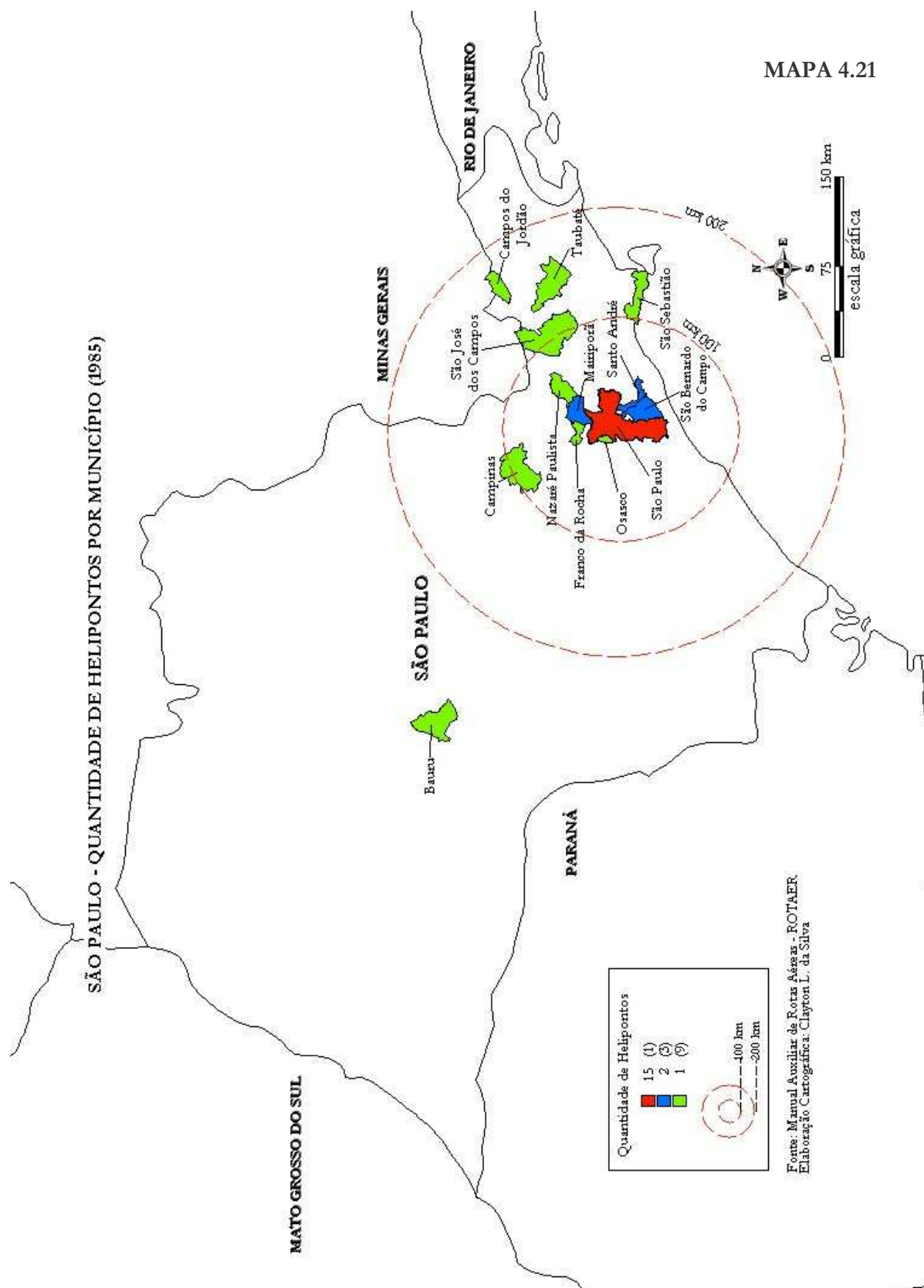
As cidades médias contam cada vez mais como *locus* do trabalho intelectual, como o lugar onde se obtêm informações necessárias à atividade econômica, assim se multiplicam as Universidades, principalmente particulares, a produzir a mão-de-obra “qualificada”<sup>12</sup> para a expansão da produção. As grandes redes de escolas de idiomas e de informática também possuem mais unidades nestas cidades, oferecendo serviços necessários ao mundo competitivo onde saber uma língua (geralmente o inglês) ou ter conhecimentos sobre informática é um diferencial no mercado de trabalho.

Mas além da formação de “quadros intelectuais”, é criada a fluidez moderna, fundamental à relação dos negócios. Um exemplo é o aumento no número de municípios que contam com helipontos<sup>13</sup> (MAPAS 4.21 e 4.22).

---

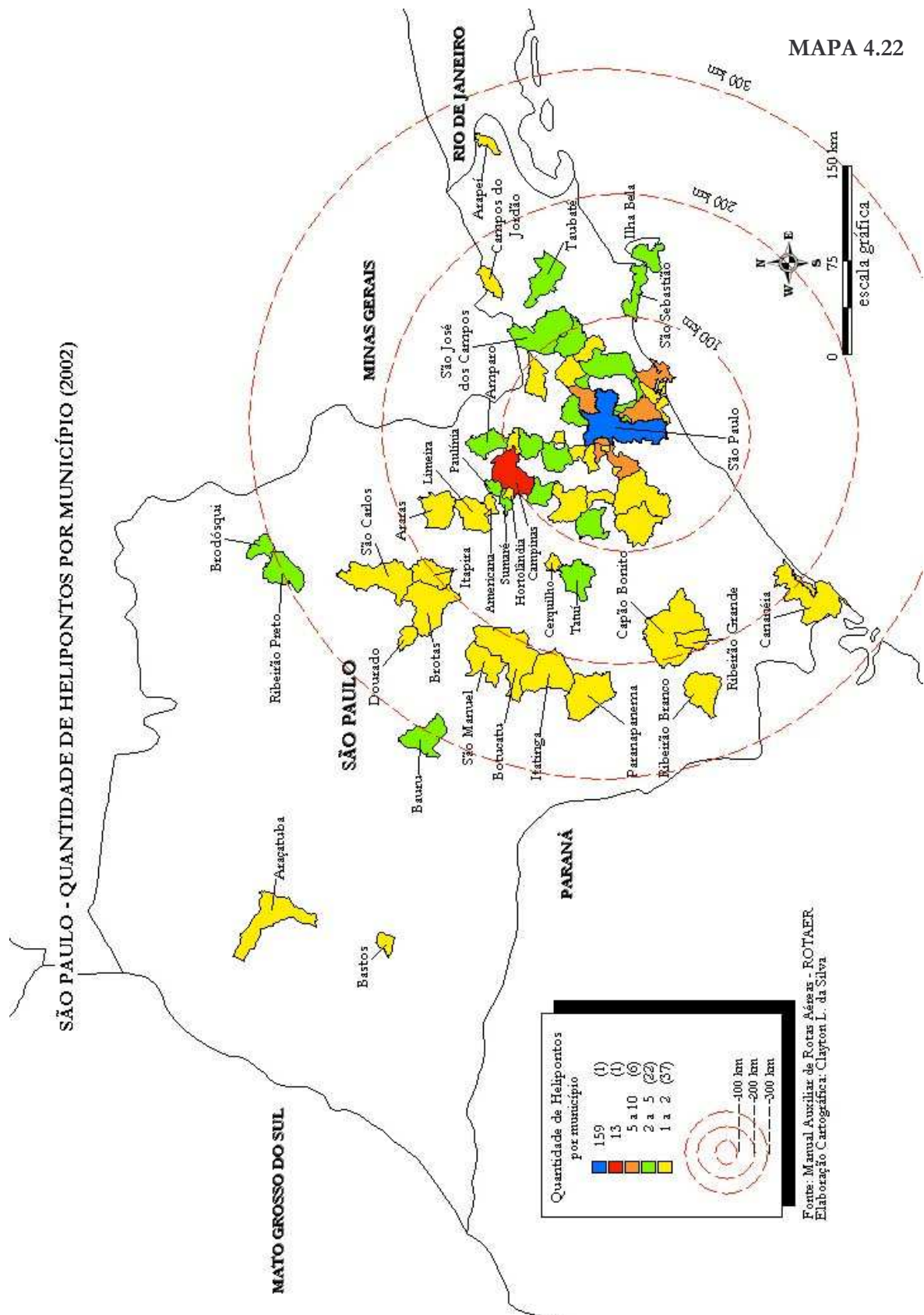
<sup>12</sup> Comumente, estas “novas universidades”, mais a mídia e a propaganda em geral, afirmam que está sendo formado um profissional qualificado, no entanto, o mais correto seria dizer especializado. É disso que se trata, afinal a especialização que se verifica na produção também reflete na formação profissional, mesmo que este tenha que ser polivalente. Qualificação é um aspecto qualitativo do trabalho, e, neste sentido, envolveria uma formação mais ampla sobre as origens da disciplina pela qual o estudante opta. Por outro lado ainda, muitos cursos surgem como demandas do mercado, para servi-los e, conseqüentemente, mais especializar do que qualificar.

<sup>13</sup> Heliponto - Área homologada ou registrada, no solo ou elevada, utilizada para pousos e decolagens de helicópteros.



MAPA 4.21

# SÃO PAULO - QUANTIDADE DE HELIPONTOS POR MUNICÍPIO (2002)



MAPA 4.22

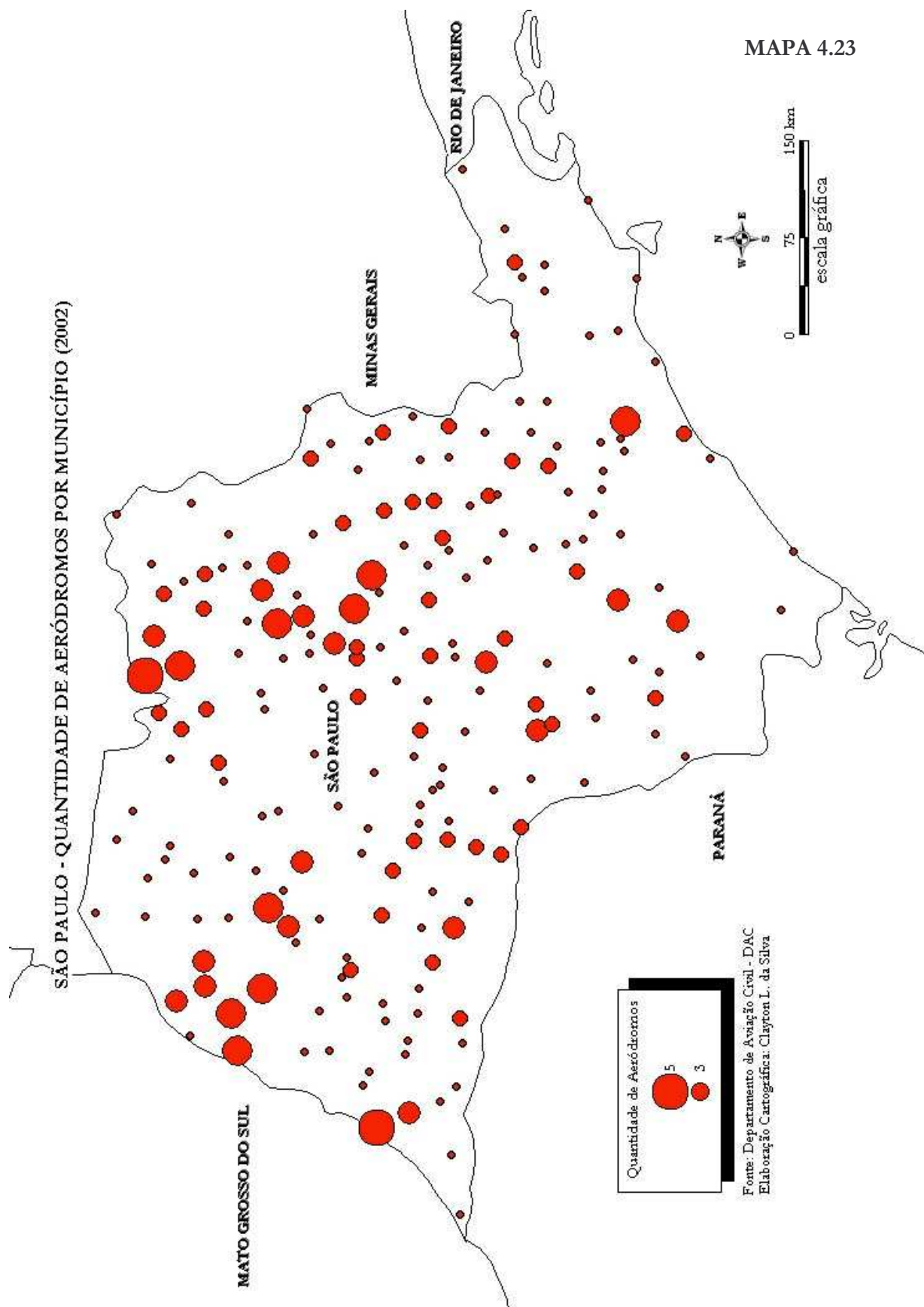
Em 1985, dos 30 helipontos do estado de São Paulo, 15 estavam na capital e os demais estavam, em sua maioria, em distância não maior que cem quilômetros dela. Em 2002, pouco menos que duas décadas depois, o estado conta com 306 helipontos, sendo que 159 estavam no município de São Paulo<sup>14</sup>. Campinas fica em segundo lugar com 12, seguido do município de Guarujá (09), São Bernardo do Campo (07), Barueri (07), Osasco (06) e Guarulhos (06). A adoção dos helicópteros a interligar ponto-a-ponto as ações dos homens de negócios é uma vantagem a mais, pois viabiliza rotas rápidas, dentro de um intenso aceleração de fluxos (hegemônicos), para que eles possam manter as chamadas relações de face-a-face, ao mesmo tempo em que permite contatos mais rápidos entre a metrópole de São Paulo e o interior.

Segundo PINTO FILHO (2004), o uso de meios de transporte rápidos cada vez mais sofisticados, inacessíveis e estranhos a alguns grupos indica a busca incessante de fluidez na circulação dos fluxos hegemônicos e atendem aos reclamos da acumulação do capital privado. “Entre os meios de transporte, o helicóptero é um dos que mais se adapta ao ritmo de aceleração do mundo contemporâneo sendo um dos elementos reveladores da densidade dos negócios executados pelo circuito superior da economia na cidade de São Paulo”. Hoje, a relação entre a capital e o interior, como pode observado nos mapas dos helipontos, se dinamiza com a adoção deste meio de transporte.

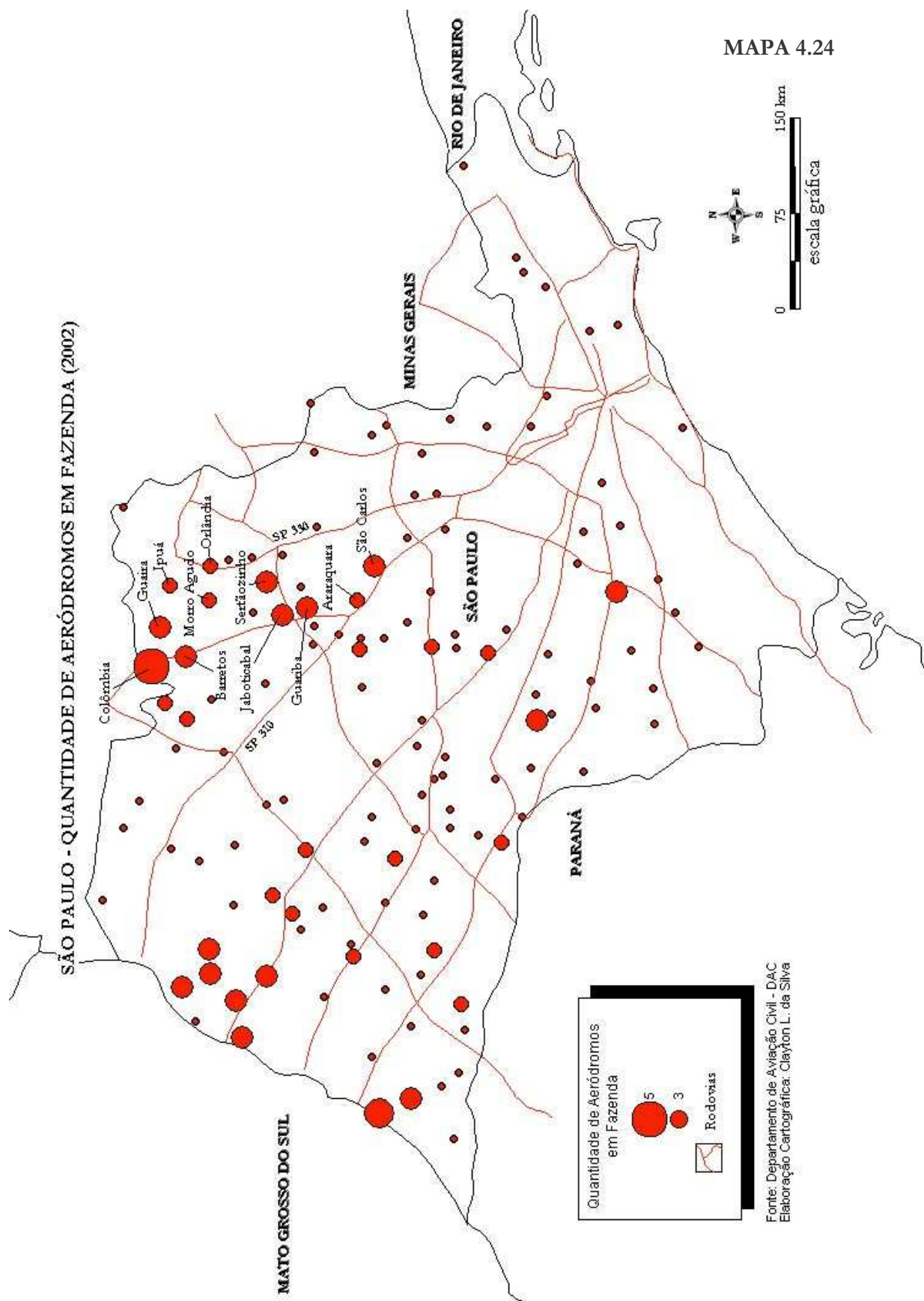
Por sua vez, os aeródromos também aparecem cobrindo quase todo o estado, dando também a mobilidade do tempo rápido aos agentes que fazem uso deste outro meio de transporte (MAPA 4.23). Ademais, a modernização do campo também necessita de meios novos de mobilidade e ação, tanto para a pulverização das lavouras quanto para os empresários do agro-negócio com seus pequenos aviões ligando, ponto a ponto, suas modernas fazendas, especialmente do norte do estado (MAPA 4.24).

---

<sup>14</sup> Foram criadas 21 Rotas Especiais de Helicópteros e a metrópole de São Paulo contará também com um controle aéreo de helicópteros realizado pelo SRPV/SP (Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo), monitoramento também as principais avenidas e centros financeiros e comerciais da capital paulista. “Entra em operação o controle inédito de helicópteros de São Paulo”, 11 de junho de 2004. Aeroespço Notícias – DECEA, Ano 1, nº1, p.5. Segundo o Departamento de Aviação Civil (DAC), em 1990 o total de helicópteros civis no Brasil era 277, em 2003 já era de 955.



MAPA 4.23



Para GALLO (2004) a difusão de inovações pelo território brasileiro também é vetorizada pelo sistema de movimento aéreo, transformando as áreas de produção a partir de uma lógica ditada pelos lugares de comando. “A atual política de incentivo à expansão da agricultura moderna e a conseqüente exportação da produção, no lugar de solidificar os laços regionais os enfraquece, tornando o território como um todo cada vez mais vulnerável aos interesses das grandes empresas”. Segundo este autor, as linhas aéreas não regulares conformam um sistema de movimento aéreo flexível, operado por pequenas aeronaves (inclusive em pistas não asfaltadas) com horários flexíveis, dependendo da demanda. Destacam-se como ligações ponto-a-ponto, complementando os vôos regulares nacionais e regionais. O “...sistema de movimento aéreo flexível está presente em todo território nacional, pode servir como ligação entre duas fazendas de um mesmo estado, ou pode servir como ligação entre regiões” (idem).

A maior presença da produção no interior do estado de São Paulo está relacionada à transformação da própria produção. O fenômeno da involução metropolitana se dá concomitante a outro, a consolidação de uma *metrópole informacional*, não propriamente fabril (SANTOS, 1996[1994]:123-124). “São Paulo, metrópole brasileira, não tem o seu papel metropolitano definido por ser uma capital industrial, mas por ser uma capital relacional, o centro que promove a coleta de informações, as armazena, classifica, manipula e utiliza a serviço dos atores hegemônicos da economia, da sociedade, da cultura e da política. Por enquanto, é São Paulo que absorve e concentra esse novo poder decisório”.

Segundo SILVA (2001:36-37) a “...metrópole paulistana refuncionaliza-se, transformando-se em grande centro urbano produtor de informações. Sua primazia não mais advém de sua atividade industrial, mas sim de sua capacidade de concentrar atividades de produção, coleta, classificação e redistribuição de informações”. Assim, segundo esta autora, muda a qualidade do papel de comando da metrópole paulistana; enquanto recuam os números da produção e do emprego, aumenta a sua presença sobre o território nacional e no mundo, garantida pela presença nela do setor quaternário, englobando principalmente atividades financeiras, de consultoria,

publicidade e marketing. “A nova hierarquia do sistema urbano depende destes fluxos de informação, cujo controle, através da emissão de mensagens, idéias e ordens, garante à metrópole paulistana um papel regulador de um crescente número de tarefas, dispersas, hoje, pelo país” (idem).

A dissociação entre a produção e o comando tem permitido certa ampliação da arena de produção, cujo exemplo é a integração de algumas áreas do interior do estado de São Paulo, mas aquelas mais bem preparadas, aos circuitos produtivos das firmas. O território paulista apesar de seu desenvolvimento, fornece diferenciadas possibilidades de uso ao capital. Somente as isenções fiscais não bastam para que os investimentos sejam efetivados. Por outro lado, os incentivos territoriais tornam alguns pontos do território paulista mais rentáveis que outros, ou melhor, as condições concretas, pré-existentes em cada lugar, são também definidoras na alocação dos investimentos.

Diante disso, uma possível topologia dos investimentos mostraria que, de um lado, ocorre a *especialização produtiva*, quer dizer, aqueles municípios que preparam seu chão para o investimento (normas, obras, etc.) e que logram recebê-los. Mas, por outro lado, ocorrem as *especializações especulativas*<sup>15</sup>, onde os municípios realizam também políticas de atração, porém sem alcançar o objetivo de trazer grandes investimentos.

---

<sup>15</sup> Especialização produtiva e especulativa são faces de um mesmo problema, pois mesmo que ocorra um investimento, anteriormente houve a especulação para que ele se efetivasse. Portanto, não há separação rígida entre tais termos.

## CAPÍTULO 5 – A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO: O CASO DE GAVIÃO PEIXOTO

*A rede urbana é afetada pela globalização tanto por intermédio de criações urbanas recentes, em relação às quais o Brasil constitui-se em excelente laboratório para estudos, como da refuncionalização dos centros preexistentes, imposta ou induzida pelas corporações globais (CORRÊA, 1999: 44).*

A concentração dos empreendimentos nos maiores municípios, naqueles mais preparados, não descarta a possibilidade de tais investimentos serem direcionados para municípios menores. Mas essa é uma exceção que confirma a regra, pois nestes municípios menores as empresas além de contar com a ajuda do governo local, podem receber auxílio das outras esferas de poder, estadual e/ou da União. Quanto a isto é exemplar a modernização que ocorre atualmente no novo município de Gavião Peixoto-SP<sup>16</sup> (SILVA, 2002), que apresenta características muito nítidas do que foi exposto até aqui. A ação da empresa Embraer<sup>17</sup> no município de Gavião Peixoto, resultou em perda de parte da autonomia política do município, consequência da ação política exercida pela empresa.

O município passa a sofrer interferência empresarial da Embraer, cuja base está, muitas vezes, interligada à lógica do mercado internacional.

Abaixo estão listadas alterações normativas (leis e decretos) e técnicas (principalmente infraestruturas) relativas ao município de Gavião Peixoto em função da ação da empresa Embraer, numa tentativa de estabelecer as articulações entre a política do estado e a política da empresa:

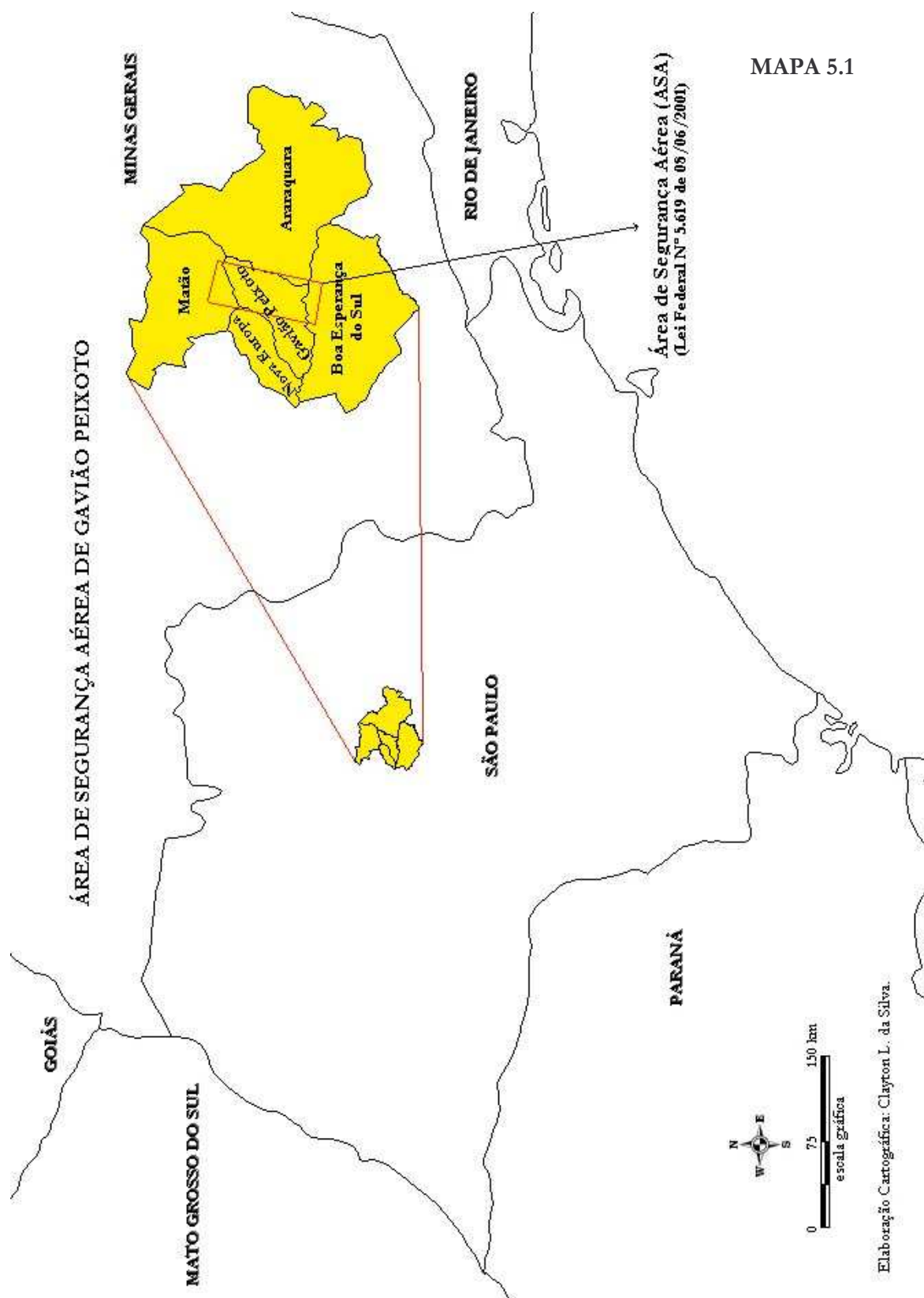
- Desapropriação feita pelo governo do estado de São Paulo de área de 17,5 milhões de m<sup>2</sup>, adquiridos em sua maioria da empresa Sucocítrico Cutrale Ltda, e cedidos à

---

<sup>16</sup> O Município de Gavião Peixoto foi emancipado do Município de Araraquara em 27/12/1995, em conformidade com a Lei Estadual N° 9.330, publicada no Diário Oficial v.105, nº247 de 28/12/1995.

<sup>17</sup> Segundo BERNARDES (2000), a Empresa Brasileira Aeroespacial foi privatizada em 07/12/1997, dentro do Plano Nacional de Desestatização (PND), Lei nº8.301 de 1204/1990, vinculado às diretrizes de ação do então Governo Collor, estruturadas e norteadas pelo trinômio: Liberalização/Desregulamentação/Privatização.

- Embraer por um período de 35 anos renováveis por mais 35. A Embraer é a empresa escolhida pelo governo do estado de São Paulo para capitanear um Pólo Aeroespacial e Aeronáutico na região (decreto nº 45.152, de 04/09/2000);
- Compra e construção, pelo governo municipal, do prédio que vai abrigar um centro de treinamento profissionalizante – tocado em parceria com o SENAI de Araraquara;
  - Compra, efetuada pelo governo municipal, de um terreno para a construção de um Posto de Saúde avançado. As infraestruturas necessárias seriam financiadas pelo poder público estadual como contra partida do governo paulista para a implantação do projeto do Pólo Aeroespacial no município;
  - Obras de infraestrutura (fornecimento de energia, água e tratamento de efluentes e pavimentação de acessos rodoviários, incluindo melhorias na estrada que liga a Embraer até a rodovia Washington Luís – SP 310). Os investimentos realizados constam do Protocolo de Intenções firmado em 28/06/2000, constante do processo SCTDE nº254/2000 da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do estado de São Paulo;
  - Quatro projetos implementados até julho de 2002 dentro do programa Parceria para Inovação em Ciência e Tecnologia (Picta) da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo): 1º Investimento – R\$1.894.300,00 e US\$948.479,42 (FAPESP)/ R\$3.704.000,00 (Embraer); 2º Investimento – R\$1.665.000,00 e US\$1.150.000,00 (FAPESP)/ R\$3.572.800,00 e US\$105.000,00 (Embraer); 3º Investimento – R\$67.935,00 e US\$218.117,00 (FAPESP)/ R\$538.586,00 (Embraer); 4º Investimento – R\$121.995,00 e US\$195.525,05 (FAPESP)/ R\$908.237,50 (Embraer);
  - A instalação no município do Pólo Aeroespacial implicou na criação de uma ASA – a Lei Federal Nº 5.619 de 08/06/2001 instituiu a Área de Segurança Aérea (MAPA 5.1), que por sua vez promoveu fortes restrições ao Zoneamento Público municipal, cuja realização ficou a cargo do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas do estado de São Paulo).



MAPA 5.1

Ademais, a negociação para a implantação do projeto não passou pelo governo municipal. O acerto foi feito entre a empresa e o governo do estado de São Paulo, demonstrando que o poder do município frente à Embraer é quase nulo. E mais, para agravar a situação, o município sofreu pressão do governo do estado.

Vale lembrar que este município tem como atividade principal a produção de laranja<sup>18</sup>, cuja colheita emprega a maior parte da mão-de-obra local. A instituição do Pólo Aeronáutico, portanto, interfere no mercado de mão-de-obra local, elevando sua necessária qualificação.

Todas estas características permitem identificar a modernização de alguns pontos no interior do território municipal de Gavião Peixoto como exemplar da força de ação de uma empresa reticular. Ainda, para a escolha do lugar de seu novo empreendimento, a empresa Embraer especulou com outros estados da federação (Minas Gerais e Santa Catarina também concorriam), forçando o poder público a praticar a guerra fiscal.

Assim, Estado e mercado formam um par dialético, todavia o Estado federativo é uma estrutura hierárquica. Quando as empresas transnacionais negociam, o fazem com quem? No caso de Gavião Peixoto o protocolo de intenções foi assinado pelo governo do estado de São Paulo, colocando em xeque, dentro da perspectiva aqui comentada, a autonomia local deste pequeno município ente da federação brasileira.

Concluindo, a guerra dos lugares interfere na organização do território, tornando-a mais próxima aos interesses dos agentes corporativos. O território fragmentado em setores econômicos não é capaz de criar as condições para uma vida mais equânime para seus concidadãos, servindo como suporte para a ação hegemônica e seus imperativos de competitividade. Ademais, o desenvolvimento local apregoado pela guerra fiscal não é capaz de criar sinergia com seu entorno<sup>19</sup> trazendo à tona a

---

<sup>18</sup> Não pode ser esquecido que esta produção era feita em fazendas pertencentes em grande parte a Cutrale Citrosuco, outra empresa nacional grande que lida no mercado global de derivados de citros.

<sup>19</sup> Esta passagem vale um comentário: no trabalho de campo realizado verificamos com o secretário de obras do município de Gavião Peixoto que os pedreiros do município preferiam trabalhar em pequenas obras no próprio município que na área da Embraer, servindo às grandes empreiteiras. Quer dizer, além de grande parte da mão-de-obra utilizada na instalação do Pólo Aeroespacial ser de outros municípios do entorno ou “de fora”, a própria mão-de-obra local estava se negando a participar por conta dos baixos salários.

falácia em que se constitui este mecanismo. Para grande parte dos municípios paulistas não adianta entrar na guerra fiscal, pois não irão receber investimentos. Por outro lado, a renúncia (fiscal, mas também territorial) criada por aqueles que podem, por suas virtualidades, receber os investimentos, cria na verdade as condições para maior ação de grandes grupos privados. Os territórios são alienados segundo estes interesses, ao passo que o espaço se enrijece para atender os interesses corporativos.

CORRÊA (1999: 44) ao estudar a forma como a globalização afeta a rede urbana enfatiza que a “...globalização causa vigoroso impacto sobre as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, sobre a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas. Em outras palavras, a globalização causa impacto, ainda que desigualmente, sobre as formas, funções e agentes sociais, alterando-os em maior ou menor grau e, no limite, substituindo-os totalmente.” Segundo este autor, a organização da federação brasileira é afetada pela globalização econômica tanto por intermédio de *criações* de novos municípios como pela *refuncionalização* dos centros preexistentes..

Quando o Estado realiza sua política segundo o interesse da grande empresa, termina por abrir espaço para que ela possa também agir politicamente sobre o território, gerando conflitos que estão na base da atual crise da federação e da soberania nacional.

Sabendo que esta problemática não é exclusiva deste ente da federação percebe-se que atual internacionalização da economia brasileira se dá diretamente em prejuízo da soberania e de uma possível ordem nacional que busque valorizar de dentro uma divisão do trabalho capaz de fortalecer a cidadania. Empiricamente os investimentos anunciados para o estado de São Paulo obedecem à concentração e à seletividade, mostrando que a política das empresas não prima pela cidadania, vendo o território, ou partes dele, como um grande *recurso*. É assim que o governo, em cada uma de suas esferas, ao articular suas políticas ao grande investimento nacional ou estrangeiro, acaba por abrir mão da possibilidade de organizar seu território levando em conta todos que dele fazem uso como *abrigo*.

**Parte III**  
**O USO CORPORATIVO DO**  
**TERRITÓRIO PAULISTA**

## **CAPÍTULO 6 – A ATUAL VAGA DE MODERNIZAÇÃO E A ALIENAÇÃO DO TERRITÓRIO PAULISTA**

---

De modo geral, observa-se hoje sobre os territórios nacionais um maior conteúdo técnico, científico e informacional. Embora isso se diferencie de país para país, e dentro de um único território nacional, não deixa de ser verdade que a dimensão técnica tende a ocupar os mais remotos lugares. Este processo se constitui na implantação de novas formas ou modificação das formas já constituintes do espaço geográfico, segundo o uso, não poucas vezes, de grandes objetos técnicos capazes de permitir uma acelerada fluidez, tanto material quanto imaterial<sup>20</sup>.

Por isso SANTOS (1999[1996]: 170) afirma que vivencia-se hoje o tempo dos objetos, de modo que: “É assim que o espaço está sempre mudando em sua fisionomia, em sua fisiologia, e em sua estrutura, em suas aparências e em suas relações. A celeridade das mudanças deve-se, substancialmente, à multiplicidade de vetores que o percorrem, à rapidez de sua substituição, à novidade das forças que portam e à sua incidência sobre os objetos. Estes, mesmo recentes, são rapidamente trocados, revalorizados ou desvalorizados.” Os objetos são hoje capazes de influenciar e mesmo impor comportamentos, pois o seu caráter sistêmico permite-o somente funcionar quando obedecidas suas regras próprias pré-determinadas. Assim, mesmo que um dado local não possa receber um investimento nada impede que essas condições (claro, desde de que apresentem vantagens ao investidor) sejam criadas.

Pensar o uso do território paulista pelas empresas leva a que se observe a implantação de novas formas capazes de gerar funções que lhes são específicas. Essa implantação, que propicia que a ocupação se dê de modo especializado, inclui a substituição de funções já existentes por outras mais “funcionais” em termos

---

<sup>20</sup> Para SANTOS (1999[1996]:191-192): “Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada, etc.) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas, etc.) aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, e dando um relevo especial à vida de relações.”

capitalistas, que criadas dentro desta lógica levam a uma *especialização dos lugares*<sup>21</sup> (SANTOS, 1999[1996]).

Para SANTOS (1999[1996]:191), hoje como “...em todas as épocas, o novo não é difundido de maneira generalizada e total. Mas, os objetos técnico-informacionais conhecem uma difusão mais generalizada e mais rápida do que as precedentes famílias de objetos. Por outro lado, sua presença, ainda que pontual, marca a totalidade do espaço. É por isso que estamos considerando o espaço geográfico do mundo atual como um meio técnico-científico-informacional. Quanto mais ‘tecnicamente’ contemporâneos são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais. Agora, torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos. Na realidade, ambos são os responsáveis principais no atual processo de globalização.”

Se antes os objetos eram pouco numerosos, guardavam filiação contígua com os lugares onde se davam e eram por eles subordinados, hoje convive-se, conforme SANTOS (1999[1996]:171), “...junto com objetos técnicos, eles se apoderam do nosso cotidiano, mas com eles nossa interação é prática, mas não profunda. A idéia de alienação, já proposta por MARX, impõe-se com mais força, diante da relativa inanidade de nossa oposição aos objetos atuais.” Assim, hoje o conteúdo técnico do território ganha novo sentido pois as modernizações terminam por viabilizar que seja feito uso de *técnicas invasoras*, responsáveis pela organização de espaços de racionalidade rígida, movimentados para ações hegemônicas.

A criação dos incentivos territoriais pelos governos para os agentes que já possuem uma mobilidade de destaque dentro da sociedade amplia a separação entre os mais ricos os mais pobres, impedindo a construção de um espaço mais humano e solidário. Em outras palavras, são criados os meios para garantir a solidariedade que satisfaz apenas parte da sociedade. Pelo lado dos investimentos empresariais, o que se dá é a racionalidade cega do mercado, que usufrui daquelas porções do território

---

<sup>21</sup> “As possibilidades, técnicas e organizacionais, de transferir à distância produtos e ordens, faz com que essas especializações produtivas sejam solidárias ao nível mundial. Alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo e na cidade, e essa especialização se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais” (SANTOS, M., 1999[1996]:192).

paulista já densamente qualificadas em técnicas e onde a aceitação de suas regras (competitividade, individualidade, egoísmo) se faz mais presente.

Vale destacar que a escolha do sistema técnico a ser aplicado sobre o território não é uma decisão técnica exclusivamente. Diferente disso, a escolha dos sistemas técnicos que serão estendidos pelo território é acima de tudo política, ou seja, é também no interior dos conflitos sociais que está a decisão de quais sistemas técnicos e em quais condições serão objetivados sobre o território. Porém, o poder dos agentes empresariais de interferir na elaboração dos planos governamentais de investimento tem sido suficiente para orientá-los, privilegiando um destino dos recursos públicos (o que reforça o papel do Estado) que favorece aquelas obras fundamentais à fluidez requerida pela abertura ao mercado internacional. Assim, o território prepara “de dentro”, a partir dos governos, as condições para a ação dos agentes hegemônicos.

No atual contexto histórico, os objetos técnicos mais modernos são aqueles também responsáveis por transportar, fundamentalmente, a ordem necessária à divisão do trabalho hegemônica. À modernização do consumo se acrescenta local, regional e nacionalmente o equipamento moderno capaz de fazer circular a informação e a materialidade também moderna.

Segundo SANTOS (1999[1996]: 47) as técnicas são um fenômeno histórico, e podem por isso ser datadas. Essa datação é possível tanto à escala do lugar quanto à escala do mundo, e pode ser estendida à análise de uma dada formação sócio-espacial, verificada a data da sua implantação. Assim, os objetos técnicos possuem especificamente duas idades, uma que diz respeito ao momento em que são concebidas, e que apenas tem importância para a história das ciências, e outra propriamente histórica, que se refere à data em que esta técnica é incorporada numa dada sociedade.

No que se refere a idade histórica da técnica, é nos lugares que ela ocorre. Um lugar apresenta objetos que a história o legou, que conformam sua “idade”. *A idade de um lugar* refere-se à sua materialidade artificial “...que pode ser datada, exatamente, por intermédio das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do

dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade” (SANTOS, 1999[1996]:46-47).

Assim, é com o objetivo de compreender-se os mecanismo de transcrição espacial dos sistemas temporais, afinal são recorrentes os impactos de novos sistemas temporais sobre uma dada fração de espaço, que se pode compreender “...que a ação de um sistema histórico anterior deixa resíduos, há uma superposição de traços de sistemas diferentes, exceto no caso de espaços virgens, tocados pela primeira vez por um impacto modernizador cuja origem se encontra em forças externas. Fora desse caso, extremo, um mesmo subespaço foi e é, a qualquer momento, o teatro da ação de sistemas contemporâneos mas atuando a escalas diferentes” (SANTOS, 1996[1978]: 209).

É importante destacar que são poucos os agentes que possuem a capacidade de conhecer o território em suas diferenças históricas, quer dizer, são poucos os agentes que têm a capacidade de conhecer o território em sua totalidade. Dentre estes agentes podem ser destacadas as empresas reticulares, que embora ajam pontualmente no território possuem a capacidade conhecê-lo em sua totalidade.

A análise do território ajuda a perceber que a noção de *desigualdade territorial* persiste nas condições atuais. Porém, hoje mais do que antes, é muito difícil realizar sua tipologia, devido à presença de muitas variáveis e situações. Para a compreensão do conceito de território tem-se hoje que considerar as heranças naturais mais todos os acréscimos históricos que compõem a sua atual configuração. O conjunto destas heranças e acréscimos interfere no presente, do mesmo modo que lhe dá maior complexidade.

O dinamismo do território é o resultado das dinâmicas de cada parcela, bem como da relação de cada parcela com o todo do território. Neste podem ser encontradas zonas de alta e baixa densidade técnica, que não se referem somente a aspectos demográficos, mas também são manifestações “...quanto às coisas, aos objetos, aos homens, ao movimento das coisas, dos homens, das informações, do dinheiro e também quanto às ações” (SANTOS, 2001:260). Densidade vista não como

números, mas como situação e como história, que resultam das superposições contínuas ou descontínuas, abrangentes ou localizadas, que são representativas de uma ou mais épocas e que são também fruto do constante contato e rearranjo entre o novo e o antigo.

Duas questões destacam-se: o que é denso hoje? o que é densidade e rarefação hoje? Estas questões parecem ser um ponto chave, pois o que era ontem característica de modernidade pode hoje ser somente mais um elemento do passado. Porém não é um passado morto, diferente disto, é um passado que interfere na atual configuração de forças que se estabelecem em cada lugar. Essas forças são a resistência que se oferecem a cada etapa de modernização, são as suas *rugosidades*<sup>22</sup>; conjuntos de objetos e ações que imprimem sobre a modernização, à medida que esta se instaura, novas feições. Uma modernização ocorre sempre sob influência constante do passado do lugar onde ela se dá.

Possíveis respostas às questões acima tecidas são dadas segundo o ponto de vista da história das modernizações projetadas e realizadas sobre o território. Visto porém, sob a ótica do presente, sendo ainda capaz de projetar o futuro, ou de pelo menos não esquecê-lo. Para SANTOS (2001:261) “...é igualmente possível, para o território como um todo ou para cada uma das suas divisões, calcular densidades técnicas, informacionais, normativas, comunicacionais, etc.”

Verificadas a densidade urbana, rural, de emprego, de consumo, das vias, do movimento, em função da superfície ou da população pode-se constatar que em cada parcela do território há maior ou menor presença de próteses, disponibilidade e uso de informações, densidade de leis, normas e regras regulando a vida coletiva. Estas características tão diversas no território permitem usos diferenciados, podendo alimentar ainda mais as disparidades regionais, bem como as intra-regionais, na medida em que o planejamento do espaço se prestar a acentuar as concentrações, como esta

---

<sup>22</sup> “O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos, são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico mas é também tributária das imposições espaciais” (SANTOS, M., 1996[1978]:137).

sendo levado a ocorrer pela política tocada pelas empresas. O território passa a ser, além de locus da produção, também objeto de planejamento das empresas que orientam os fixos (públicos e privados) de acordo com seus fluxos privados.

Assim, a privatização e o regime concessões adicionadas as mais novas materialidades presentes no estado paulista criam as condições para a entrega do seu território aos agentes corporativos. A função de fazer política é passada para estes agentes. Neste sentido, a alienação do território resulta da incapacidade de estas mesmas políticas de observar o território paulista como uma totalidade. Os investimentos privados e as políticas de incentivos criadas pelos governos são setoriais, mas a sociedade é uma totalidade.

Para o estado de São Paulo, o investimento realizado pelas empresas tem ressaltado a concentração e a acentuado as disparidades. Em sua seletividade criam sobre o território paulista os pontos luminosos fundamentais a sua organização, praticando sua política de interesses. Os lugares são o alvo do investimento, passam a participar da sua lógica produzida de “de fora”, perdendo suas rédeas, seu controle. Cabe questionar, na medida em que o controle é realizado de forma hegemônica por estas firmas, se o território não acaba alienando a si próprio, alienando seu futuro.

## CAPÍTULO 7 - ALIENAÇÃO DO TERRITÓRIO: O TERRITÓRIO PAULISTA E AS GRANDES EMPRESAS

---

*A imagem de um mundo apanhado nas malhas das redes de empresas capazes de observar e de intervir vinte e quatro horas por dia no mundo inteiro para gerar os seus lucros não pertence totalmente ao domínio da ficção científica (Michel Fouquin, 1993).*

Segundo MÉSZÁROS (1981[1979]:37), a alienação é um conceito eminentemente histórico. “Se o homem é alienado, deve sê-lo *em relação* a alguma coisa, em conseqüência de certas causas – o jogo mútuo dos acontecimentos e circunstâncias em relação ao homem como sujeito dessa alienação – que se manifestam num contexto *histórico*.”

Vale lembrar, conforme SANTOS (1997[1982]:10), que embora o passado já se tenha ido, quando é feita referência ao espaço, há algo de singular, pois sua atualidade é formada de momentos que já se foram, estando agora cristalizados em objetos geográficos atuais. O momento passado está morto como “tempo”, não porém como “espaço”, portanto, para apreender o presente, é necessário ver o passado como algo que encerra suas raízes no presente.

Pensar a alienação do ponto de vista dos países ditos subdesenvolvidos é problematizar a introdução *de fora* de modelos e critérios de ocupação do espaço. No Brasil, a internalização da produção industrial, embora regionalmente concentrada, conseguiu modificar radicalmente a estrutura sócio-territorial nacional. A criação do mercado nacional efetivo, e a integração por ele requerida, transformaram as estruturas sociais, consolidando também, a um só tempo, novos grupos que passaram a disputar o poder do Estado e que buscaram fazer coincidir seus interesses aos da nação, reorganizando o espaço nacional em função de interesses de elites locais e regionais.

No atual período, a informação toma lugar central na produção. Por sua vez, os agentes hegemônicos fazem uso privilegiado dos objetos técnicos mais modernos presentes no território, que interligados pelas também modernas redes de transmissão

de informação ampliam seu domínio de ação. Deste modo os lugares comparecem conformando pontos dentro da complexa rede de produção das grandes empresas.

A imposição de novos projetos aos lugares continua sendo feita a partir de ordens externas, sendo o território nacional mediador entre o mundo e o lugar. No estado de São Paulo a vinculação entre a política da empresas e as estratégias dos governos demonstram que as “ordens” distantes têm como intermediação o próprio Estado. Os agentes hegemônicos realizam seus investimentos nas partes mais preparadas do território, cujo objetivo é extrair lucro.

SANTOS (1997[1982]:11) afirma que, dentre as múltiplas denominações aplicadas ao nosso tempo, nenhuma é mais expressiva que a de *período tecnológico*. Para Radovan RICHTA (1972[1968]:15): “O que realmente distingue o desenvolvimento atual e lhe dá a nova dimensão de uma revolução científica e tecnológica é, antes de mais nada, seu futuro, uma *transformação universal de todas as forças produtivas*, que põe em movimento toda a sua estrutura fundamental e conseqüentemente altera de maneira radical o *status* do homem”.

Embora a aproximação entre a ciência moderna e a técnica tenha início no século XVII, é principalmente no século XVIII que ela se desenvolve, produzindo uma crescente racionalização instrumental da economia e da administração. Esse par metamorfoseou-se com o impulso das novas tecnologias surgidas, fundamentalmente, após a Segunda Guerra Mundial, e que encontraram nas *técnicas da informação* seu principal suporte.

Segundo HABERMAS (2001[1968]:45) a racionalização progressiva da sociedade depende da institucionalização do progresso científico e técnico. No atual contexto, o mercado tende a ser global, impondo sua linguagem de competitividade. Também a própria ciência tende a se subordinar à técnica, ou seja, à produção, de modo que se acentua a racionalização (capitalista) da sociedade.

Mas, se o mercado tendencialmente busca ser global sua efetivação é local, ou seja, a ação de seus agentes se dá a partir de espaços concretos, espaços da

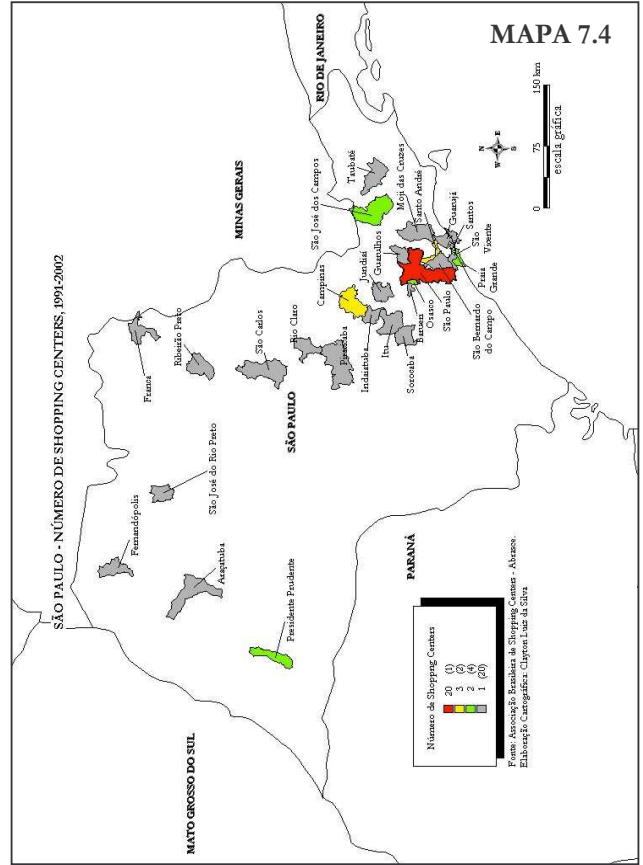
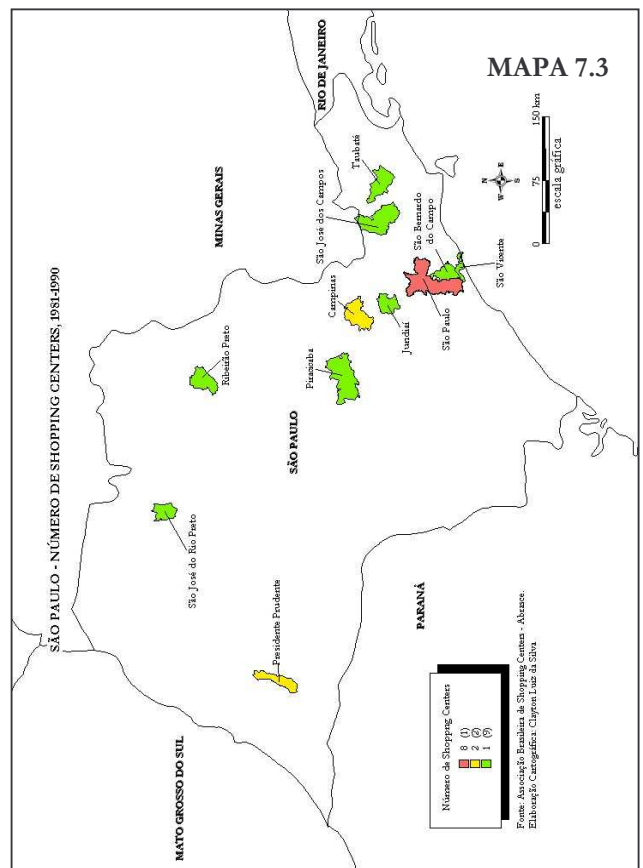
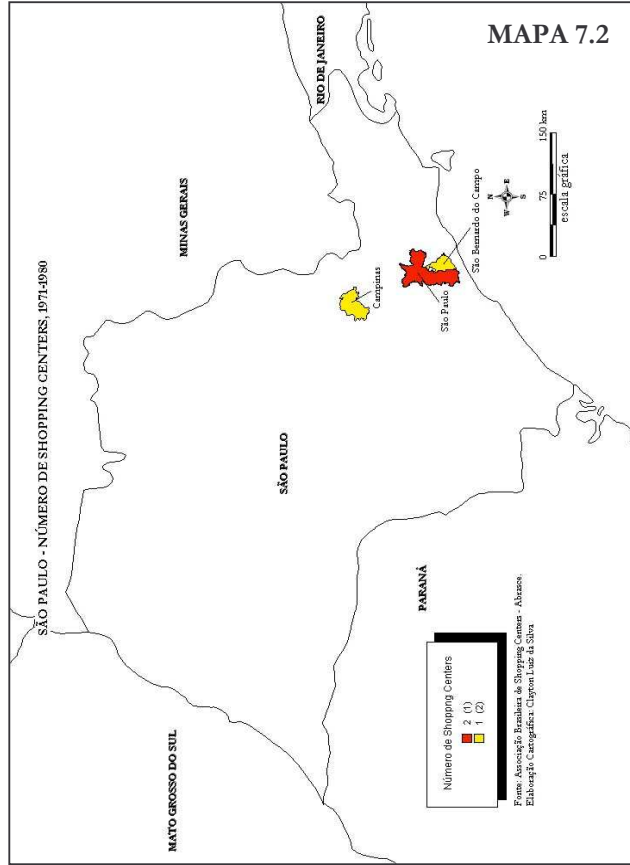
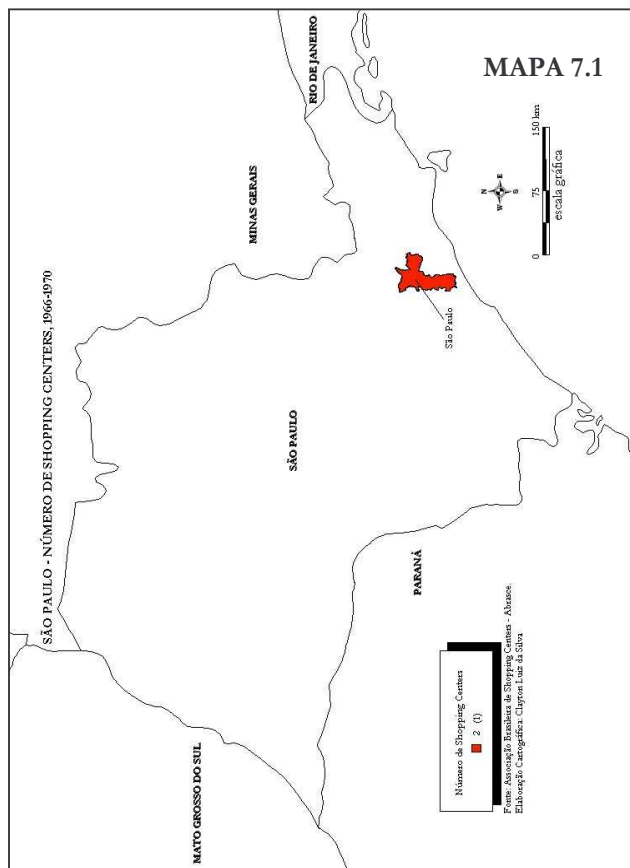
racionalidade<sup>23</sup>. Nisto que se empenham alguns municípios paulistas mais capazes de oferecer o conteúdo local necessário à produção global.

O atual período técnico-científico (SANTOS, 1997[1982]), surgido a partir de 1970, conta com a ciência, a pesquisa pura e aplicada, a tecnologia e os *mass-media*, tendo nas empresas transnacionais seu principal veículo. Ou seja, a racionalização resultante da expansão do meio técnico científico, com seus objetos carregados do saber técnico e que são o suporte do saber e da ação dos agentes hegemônicos, levou às novas relações hoje existentes entre os lugares e suas regiões, entre as regiões de um país e entre os próprios países. As ordens que viajam pelos meios modernos de informação ditam o que nos lugares será produzido, engendrando a dependência que lhes compromete o poder de tomar decisões. Assim, a importância do papel das grandes firmas em fazer política é dada, em parte, pela possibilidade destes agentes em controlar os meios mais modernos de difusão da informação.

No estado de São Paulo a presença dos objetos técnicos mais modernos ampara a ação hegemônica, a qual interfere no comportamento cotidiano das pessoas impondo novas práticas sociais, das quais a difusão do fenômeno do consumo nas maiores cidades é um exemplo. O crescimento no número de shopping centers no interior do estado e na capital demonstra decisão por novos meios de consumo e entretenimento (MAPAs 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4). O próprio sentido do espaço público é pervertido na escolha pela “segurança” do espaço privado.

---

<sup>23</sup> “Os espaços da racionalidade funcionam como um mecanismo regulado, onde cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado” (SANTOS, 1999[1996]:239-240).



Entretanto, estes espaços racionais se constituem em pontos ou manchas sobre os territórios nacionais, os quais, dotados das melhores técnicas (da circulação, da comunicação e da produção), se abrem como o recurso necessário à introdução da produção hegemônica.

O caso de Gavião Peixoto (SP) ilustra a inserção de uma empresa reticular num contexto que esteve tradicionalmente ligado a outras formas de produção, cujas novas necessidades implicam em conflitos.

Num contexto de forte concorrência internacional, onde os Estados “liberalizados” terminam por regular mais próximo aos interesses das corporações, não são raras as sucessivas crises<sup>24</sup>. A força, sem precedentes na história, com que os elementos externos agem internamente a cada formação sócio-espacial faz configurar resultados exclusivos ao atual período histórico, ainda que isso sinalize o agravamento e a ampliação dos traços já delineados desde o fim do século XIX.

Segundo Leandro KONDER (1965:184), o subdesenvolvimento coloca os países em uma *situação alienada* na medida em que seu atraso e sua miséria são impostas “...por forças interessadas, forças estranhas ao legítimo interesse nacional, que é o interesse do povo – e especialmente das classes trabalhadoras – do país subdesenvolvido”. Para este autor a exploração dos países subdesenvolvidos passou da fase em que eles eram controlados via colonialismo, que utilizava sem máscaras a ocupação militar do território pilhado e impunha governos títeres, para um novo colonialismo, que utiliza formas mais sutis de exploração: *prefere a coação econômica ao desembarque de tropa*.

---

<sup>24</sup> “A história do capitalismo pode ser dividida em períodos, pedaços de tempo marcados por uma certa coerência entre as suas variáveis /.../. Um período sucede a outro, mas não podemos esquecer que os períodos são, também, antecedidos e sucedidos por crises, isto é, momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida. Torna-se impossível harmonizá-las quando uma dessas variáveis ganha expressão maior e introduz um princípio de desordem. Essa foi a evolução comum a toda a história do capitalismo, até recentemente. O período atual escapa a essa característica porque ele é, ao mesmo tempo, um período e uma crise/.../. Como período, as suas variáveis características instalam-se em toda a parte e tudo influenciam, direta ou indiretamente. Daí a denominação de globalização. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema estão continuamente chocando-se e exigindo novas definições e novos arranjos. Trata-se, porém, de uma crise persistente dentro de um período com características duradouras, mesmo se novos contornos aparecem. Este período e esta crise são diferentes daqueles do passado, porque os dados motores e os respectivos suportes, que constituem fatores de mudança, não se instalam gradativamente como antes, nem tampouco são o privilégio de alguns continentes e países, como outrora. Tais fatores dão-se concomitantemente e se realizam com muita força em toda parte” (SANTOS, 1999b).

Assim, as técnicas de exploração evoluíram, “As analogias existentes entre a situação dos povos subdesenvolvidos em face do mercado capitalista internacional e a situação do operário em face do empresário capitalista ensejam o emprego do conceito de *alienação* ao estudo da primeira relação mencionada. /.../ à *alienação* da classe operária, acrescente-se agora a *alienação* do chamado *proletariado histórico*, isto é, o conjunto de países subdesenvolvidos, explorados pelos centros imperialistas” (KONDER, 1965:185).

No entanto, não é todo o território dos países subdesenvolvidos que interessa ao mercado capitalista internacional. Num momento em que a produção se globaliza, a *fragmentação* das etapas de produção impõe aos lugares as necessidades desta mesma produção internacionalizada.

Os investimentos anunciados por subsetores para ao estado de São Paulo mostram que apenas seis deles representaram 53,59% do total anunciado, ou U\$S 87.905,83 milhões, para todo o período de janeiro de 1995 a dezembro de 2003 (QUADRO 7.1). Por subsetor, os valores anunciados foram: telecomunicações U\$S 22.722,32 milhões (13,85%); automobilística U\$S 18.947,83 (11,55%); eletricidade, gás e água quente U\$S 15.252,11 (9,31%); atividades imobiliárias U\$S 12.214,53 (7,45%); construção U\$S 9.427,79 (5,75%); e fabricação de produtos químicos U\$S 9.340,25 (5,7%).

| <b>QUADRO 7.1 – Investimentos Anunciados no Estado de São Paulo, segundo Subsetores de Atividade Econômica (jan.1995/dez.2003)</b> |                                  |                         |                     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------|-------------------------|---------------------|
| <b>SUBSETOR</b>                                                                                                                    |                                  | Valor<br>(US\$ milhões) | Participação (em %) |
| 1                                                                                                                                  | Telecomunicações                 | 22.722,32               | 13,85               |
| 2                                                                                                                                  | Automobilística                  | 18.947,83               | 11,55               |
| 3                                                                                                                                  | Elettricidade, Gás e Água Quente | 15.252,11               | 9,31                |
| 4                                                                                                                                  | Atividades Imobiliárias          | 12.215,53               | 7,45                |
| 5                                                                                                                                  | Construção                       | 9.427,79                | 5,75                |
| 6                                                                                                                                  | Fabricação de Produtos Químicos  | 9.340,25                | 5,70                |
| <b>Total dos seis subsetores</b>                                                                                                   |                                  | <b>87.905,83</b>        | <b>53,59</b>        |
| <b>Total do estado de São Paulo</b>                                                                                                |                                  | <b>164.025,33</b>       | <b>100</b>          |
| Elaborado pelo autor, com dados da Fundação SEADE.                                                                                 |                                  |                         |                     |

A seletividade dos investimentos anunciados para estes seis subsetores fica ainda evidente quando cartografada a quantidade de empreendimentos por município. O subsetor da indústria *Automobilística* (MAPA 7.5) teve anunciado 309 empreendimentos em 62 municípios. No entanto, tais empreendimentos se concentram principalmente em São Bernardo do Campo, São Paulo, Sorocaba, Campinas, Indaiatuba, Guarulhos, Moji das Cruzes, São José dos Campos e Taubaté. Assim, os investimentos deste subsetor estão claramente distribuídos ao redor dos maiores municípios do estado, que possuem em comum boa infra-estrutura viária e farta mão-de-obra especializada.

O subsetor de *Elettricidade, Gás e Água Quente* (MAPA 7.6) teve anunciado 138 empreendimentos em 60 municípios. Já o subsetor de *Atividades Imobiliárias* (MAPA 7.7) teve anunciado 564 empreendimentos em 70 municípios. Nele se destaca a quantidade de empreendimentos no município de São Paulo. Do total de 564 empreendimentos anunciados 295 se dirigiram para a capital.

No subsetor de *Construção* (MAPA 7.8) teve anunciado 76 empreendimentos em 26 municípios<sup>25</sup>. Os maiores valores investidos neste subsetor se refeririam às concessionárias de rodovias (Autoban, Autovias, Centrovias, Ecovias, NovaDutra, Renovias, Vianorte, Viaoeste, Intervias e SPvias) e à ampliação do aeroporto de

<sup>25</sup> No entanto, vale lembrar que os investimentos das concessionárias de rodovias são sempre anunciados para vários municípios, o que impede aqui sua cartografia completa. Assim os dados que aparecem no MAPA 7.8 se referem aos empreendimentos em construção que tiveram os municípios identificados.

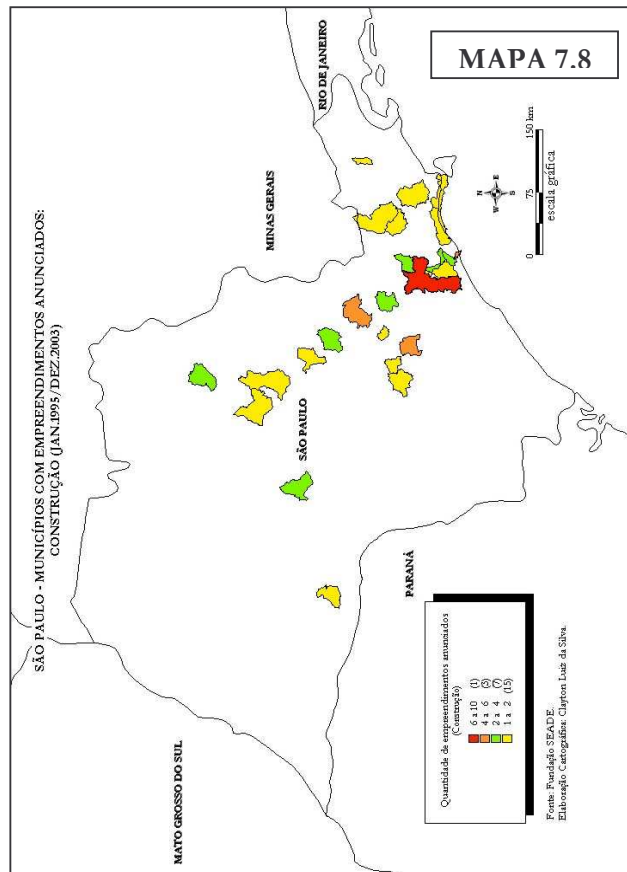
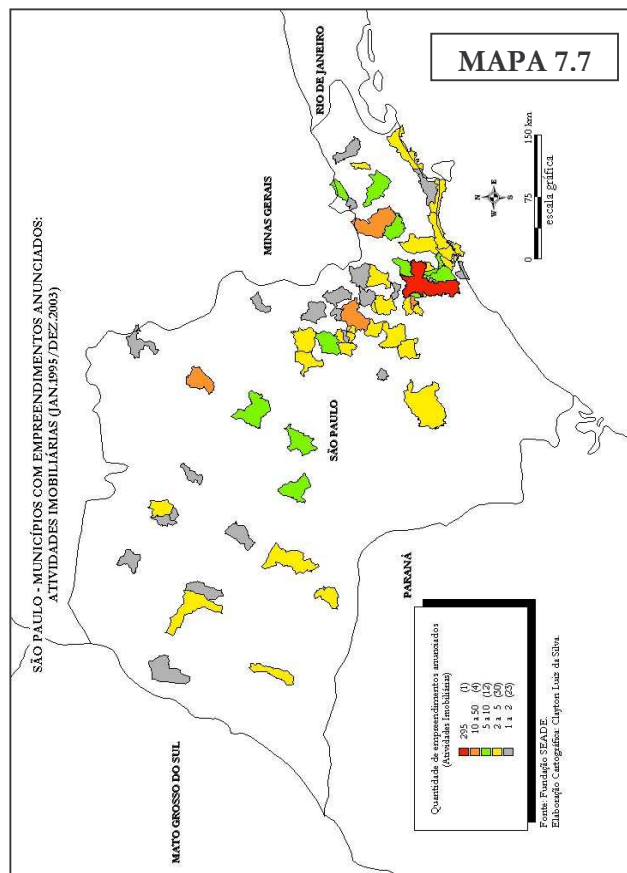
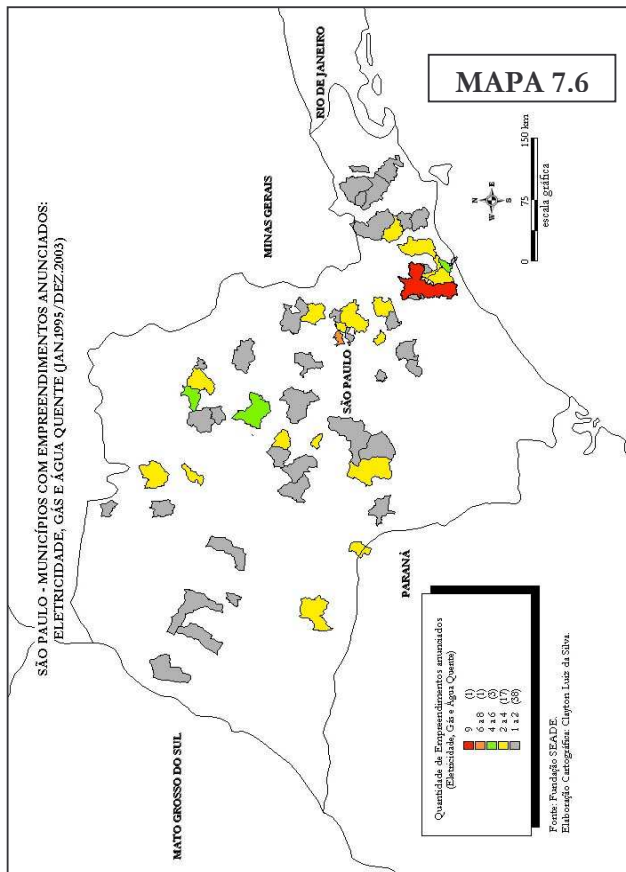
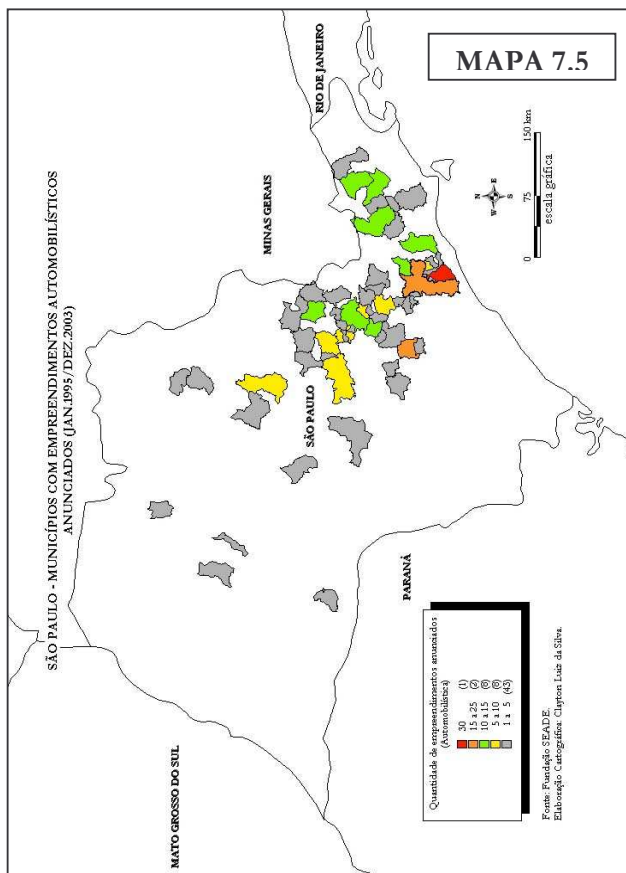
Guarulhos. Juntos os investimentos anunciados por estes agentes totalizam U\$S 6.341,15 milhões (o valor total deste subsetor para o estado foi U\$S 9.427,79 milhões).

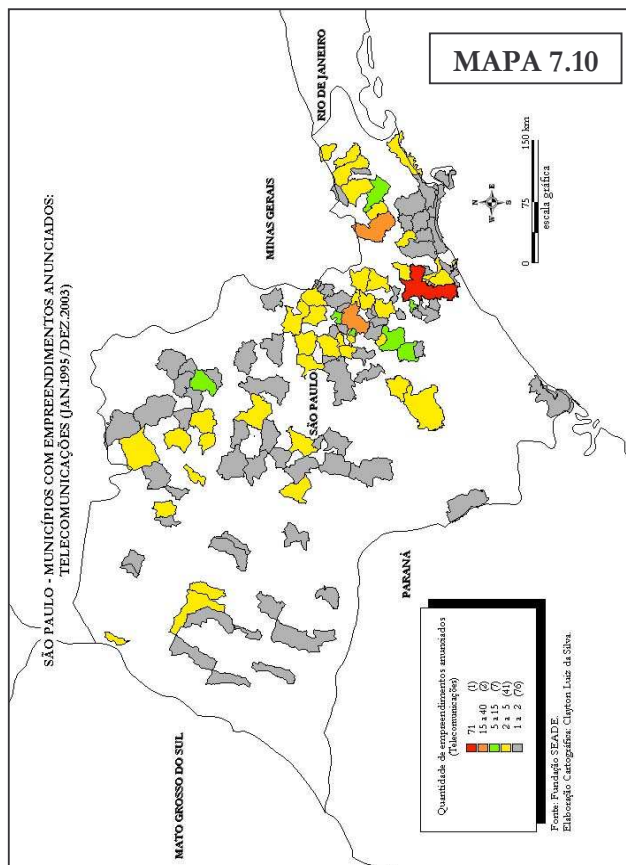
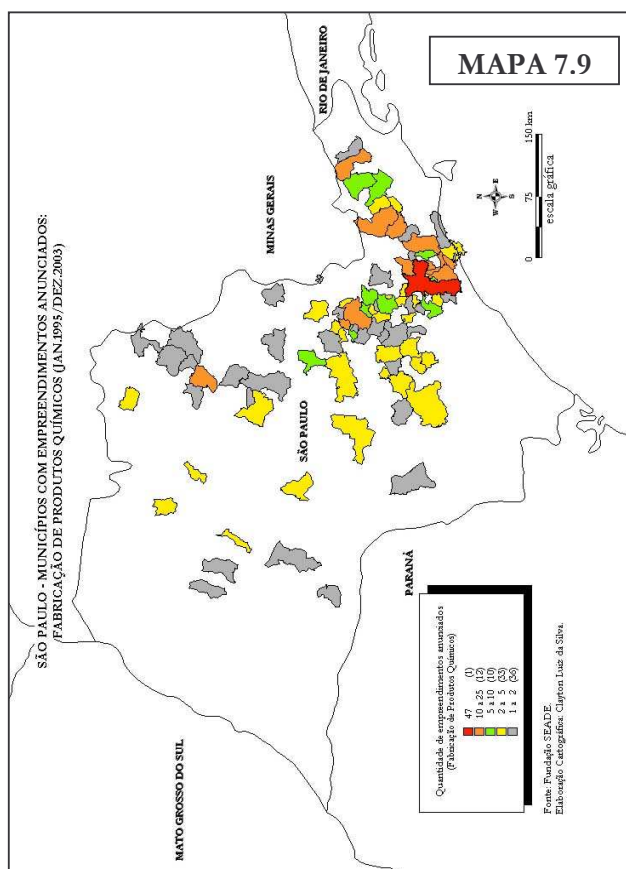
Por sua vez, o subsetor de *Fabricação de Produtos Químicos* (MAPA 7.9) teve anunciado 403 empreendimentos em 92 municípios. Para este subsetor destacam-se os municípios de São Paulo, Guarulhos, São Bernardo do Campo, Cubatão, Campinas, Ribeirão Preto, Paulínia, São José dos Campos, Jacareí, Guaratinguetá, Mauá, Santo André e Diadema. Juntos estes 13 municípios somam 200 dos 403 empreendimentos anunciados para o estado.

Por fim, o subsetor de *Telecomunicações* (MAPA 7.10) teve 440 empreendimentos anunciados em 127 municípios. Este subsetor se apresenta mais “disperso” pelo território paulista, talvez indicando que a informação e seus sistemas técnicos tendam a estar mais presentes no território que os demais sistemas<sup>26</sup>.

---

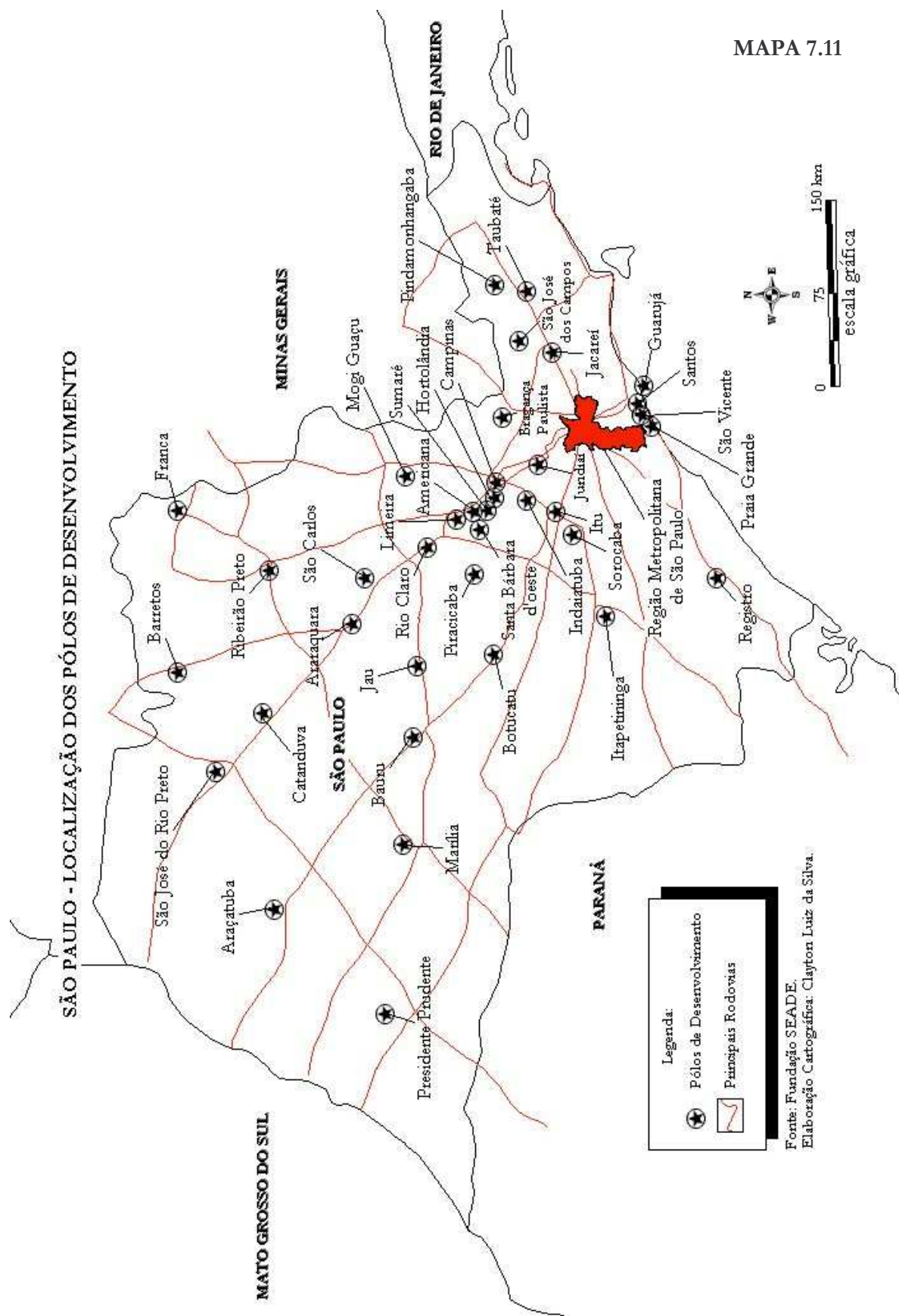
<sup>26</sup> Vale destacar que na segunda metade da década de 1990, período a que correspondem os investimentos anunciados, cresce o número de usuários de telefonia celular bem como das tv’s a cabo ou por assinatura. Quanto ao sistema de telefonia celular, ele necessita que sejam instaladas antenas repetidoras de sinal (situadas muitas vezes junto às rodovias) e às quais podem corresponder os investimentos anunciados. Por outro lado, a expansão das redes de fibras óticas pelas principais rodovias do estado também deve pesar na quantidade de empreendimentos anunciados.





A cartografia destes seis subsetores indica a seletividade dos empreendimentos sobre o estado paulista, ao mesmo tempo em que denota sua concentração ao longo principalmente dos eixos das rodovias Anhangera/Bandeirantes, SP 340 (Ademar de Barros), Castelo Branco e Dutra, e mais especialmente ao redor das Regiões Metropolitanas de São Paulo e Campinas. Difícil mais uma vez é deixar de notar a ausência destes empreendimentos no Vale do Ribeira.

Assim, o espaço que interessa aos agentes internacionais é aquele que apresenta as melhores condições para a realização da nova produção em escala mundial, o que permite falar no aprofundamento das especializações. De um lado, a quantidade de capital fixado ao solo cresce, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, a quantidade de fluxo do capital se eleva. Nisto se destacam as redes, intermediadoras dos fluxos materiais e imateriais, na medida em que são elas que agregam novos dados e conteúdos aos lugares. Estes não perdem sua importância, mas passam a ser alvo de uma valorização nova, cuja orientação e planejamento é geralmente indiferente às reais necessidades locais. O MAPA 7.11 traz as principais rodovias e a localização dos Pólos de Desenvolvimento do estado de São Paulo. Os pólos estão localizados ao longo das estradas, ressaltando a importância das redes na dinâmica da produção mais moderna.



Portanto, os lugares são atravessados pela nova estrutura de acumulação, passam a compor com ela se reorganizando para atender aos seus reclames. Por isso afirmar: “Uma vez que a acumulação do capital depende da rapidez de sua circulação, os meios de produção tendem a acumular-se mais nos lugares de produção, junto aos instrumentos de trabalho fixos. /.../ Macrocefalias extravertidas e aparelho de transporte desproporcional distorcem a economia chamada a produzir mais em valores de troca a serem utilizados alhures e por outros, e a organização do espaço, onde as cidades médias, esmagadas pela cidade grande e desligadas de sua região, são voltadas exclusivamente ao papel de distribuição de serviços, pois sua capacidade de produção não cresce paralelamente à das metrópoles nem à demanda circundante” (SANTOS, 1997[1982]:16).

Os lugares se tornam pontos interconectados da extração da mais-valia em escala global. Pontos de superposição de influências originadas em outras escalas (locais, regionais, nacionais e globais), o que reforça seu uso funcional. Argumenta SANTOS (1997[1982]:19): “A especialização crescente da produção, numa base regional mas não raro ligada a interesses distantes, assim como a multiplicação das trocas, contribuem igualmente para tornar o homem estranho ao seu trabalho, estranho ao seu espaço, à sua terra, transformada praticamente em fábrica. Isto é ainda mais verdadeiro quando se impõe a necessidade de estandardizar a produção, aumentar a produtividade da terra, racionalizar a atividade e, desse modo, utilizar melhor cada tipo de gleba para uma determinada produção”. Daí dizer que “...a cidade torna-se estranha à região, a própria região fica alienada, já que não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam. À medida que a cooperação estende sua escala espacial, o homem produtor sabe cada vez menos quem é o criador de novos espaços, quem é o pensador, o planificador, o beneficiário” (idem).

Como o resultado da economia não é igual para o centro e a periferia do sistema, mesmo que a crise tenda a se agravar em todos os países, é nos países subdesenvolvidos que se ela se manifesta com maior violência, engendrada estruturalmente ao mesmo tempo das mais recentes vagas de modernização: “Para os

países subdesenvolvidos, o resultado é claro: produção sem escala com as necessidades reais; exportações e importações nocivas à economia nacional; superutilização dos recursos sociais em homens e em matérias-primas, em benefício das grandes firmas mundiais; subutilização da força de trabalho e dos recursos efetivamente indispensáveis à sobrevivência. No plano do Estado, endividamento crescente, distorção na destinação dos recursos, proteção, tornada indispensável, às atividades que sustentam o ‘crescimento’ e o comércio exterior, com o conseqüente empobrecimento do Estado. No plano social, agravamento do não-emprego, da pobreza, das condições de *habitat*, educação, saúde e alimentação. Empobrecimento relativo e absoluto” (SANTOS, 1997[1982]:13).

No trabalho de campo em Gavião Peixoto, durante conversa com os responsáveis pela emancipação do município, estes relatavam o medo que a população local tinha de aumentar a violência caso o então distrito viesse a se tornar município. Esse sentimento dos cidadãos de Gavião Peixoto já é suficiente para mostrar as incertezas do desenvolvimento. Vale destacar que o município queria se emancipar para exatamente buscar o seu desenvolvimento.

De outro modo, a violência urbana deveria ser vista à luz dos processos responsáveis pela modernização hoje em curso. Como são processos que privilegiam um número restrito de agentes, mas que interferem na totalidade do espaço, são processos também violentos por serem incapazes de dialogar. A violência portanto é estrutural. Nas cidades do estado paulista, e ainda mais fortemente nas médias, a violência e o medo cotidiano é resultado do planejamento orientado pela política das empresas, baseadas na competitividade, no pensamento único, etc.

Os espaços da produção internacionalizada, ou os espaços luminosos<sup>27</sup>, são contraditoriamente também os *espaços alienados*, pois sua coesão interna é mantida por lógicas que os transcendem. As relações entre as cidades são afetadas pelo vínculo com as empresas. O transporte, por exemplo, deixa de ser pensado como uma condição

---

<sup>27</sup> “Chamaremos de espaços luminosos aqueles que mais acumulam densidades técnicas e informacionais, ficando assim mais aptos a atrair atividades com maior conteúdo em capital, tecnologia e organização. /.../ Os espaços luminosos, pela sua consistência técnica e política, seriam os mais suscetíveis de participar de regularidades e de de uma lógica obediente aos interesses das maiores empresas” (SANTOS, 2001:264).

social da mobilidade e passa a ser gerido como elo de ligação a promover a fluidez necessária para um número limitado de agentes. Para eles o equipamento viário se apresenta mais rápido e mais barato. As redes aumentam a flexibilidade que interessa a estes agentes.

No entanto, as redes são uma condição técnica que interfere diretamente na divisão territorial do trabalho, de modo que quando criam a complementaridade e coordenação de interesse corporativo, permitem o estabelecimento das especializações funcionais *de* e *entre* cidades. São colocados lado a lado, no momento da expansão das redes, o sistema produtivo, de interesse das empresas e os sistemas de cidades, que são uma totalidade de interesses mais amplos e conflitivos.

Noutro ponto também importante, o papel das elites internas é fundamental para a compreensão da inserção internacional hoje de parcelas do território nacional. O subdesenvolvimento resulta de dois processos fundamentais, um ao nível da produção, com a constituição das bases materiais necessárias à modernização (econômica, cultural, política...), e outro ao nível da circulação, responsável por dar suporte para o uso do excedente. KONDER (1965:181-182) assim coloca o problema do subdesenvolvimento: desde de que já existem técnicas modernas, que multiplicam tremendamente a produtividade do trabalho humano e que já tiveram a sua eficiência comprovada nos países desenvolvidos, o que é que impede que os países subdesenvolvidos utilizem essas técnicas, desenvolvam suas próprias forças produtivas e obtenham os mesmos resultados que os outros já tiveram? Sua resposta é franca: o subdesenvolvimento só não desaparece por que tem seus beneficiários.

Externamente os grupos capitalistas forçam a entrada do país no circuito internacional das produções. Por outro lado, internamente, as elites nacionais buscam a modernização do território, ao mesmo tempo em que têm uma profunda dependência cultural em relação aos países do centro<sup>28</sup>. Ademais, estas mesmas elites internas

---

<sup>28</sup> Décio PIGNATARI (2002:90-91) assim coloca o problema: “O processo pelo qual a elite julga levar a cultura às massas implica uma triagem da informação, e esta pré-seleção envolve, em maior ou menor grau, uma orientação ideológica /.../ em países como o nosso, onde as elites possuem um repertório relativamente baixo de – a ponto de obstacularem, por todos os modos, a verdadeira pesquisa, ou seja, as tentativas de criação de informações originais /.../ – a informação impostada vem viciada por dois lados: é mal ‘traduzida’ e, o que é o pior, mal

montam articulações com as elites dirigentes dos países centrais, seja: pela dominação cultural; pela necessidade de financiamento; abertura do parque produtivo interno ao capital externo; ou garantia para as elites locais dos padrões de consumo dos países do centro.

No atual contexto as idéias de *bem estar* e de *felicidade*, tendem a passar pela realização da posse de objetos modernos cujo consumo é insistentemente orientado pelos *mass media*, indicando assim a importância das ideologias na reorganização do espaço. As ideologias do desenvolvimento criam a psicosfera necessária e que antecipa a modernização efetiva, o que comprova as articulações entre o desejo de consumo inculcado pelas elites nacionais e a produção de um território capaz de satisfazer este projeto “elitista”. Daí se falar em *alienações territoriais*, visto que o território só acolhe um consumo ampliado se forem criadas as superestruturas necessárias a este projeto de modernização. A alienação territorial é a *psicosfera* que move os desejos responsáveis pelo acontecer futuro.

---

selecionada: a elite cultural brasileira não consegue reconhecer e muito menos participar de informações originais, isto é de primeira mão; seu repertório só lhes permite importar informações de segunda e terceira mãos. Isto significa que ela sofre do mesmo processo pelo qual pretende levar a cultura às massas. Basta observar o que se passa com as nossas universidades. Os setores mais reacionários do ensino brasileiro vivem a proclamar que a universidade é feita ‘para ensinar’ e não para pesquisar...”

A atual vaga de modernização que vem sendo implantada no território paulista, permite identificar uma importante problemática, que diz respeito à *ação das empresas reticulares*. As firmas, principalmente as grandes, usam o poder econômico para conseguir fazer valer seus interesses perante o poder público. Repercutindo no planejamento estatal que passa a criar ou reorganizar suas redes com objetivos mais próximos aos interesses dos grandes agentes hegemônicos. Estes agentes têm ainda o apoio de um complexo sistema ideológico, que legitima suas ações; também se alicerçam na ampliação do consumo, que se instaura baseado principalmente no esmorecimento da cidadania em nome dos “direitos do consumidor”.

As empresas reticulares utilizam as redes atuais, construídas utilizando as novas tecnologias de comunicação e informação, que permitem o uso de pontos interconectados do espaço dos fluxos, mas que acabam por interferir na regulação do espaço banal.

Utilizando-se das novas qualidades do período, as grandes empresas constroem redes mundiais, que se efetivam nos lugares e extraem deles sua riqueza. O uso das NTICs permitiu um poder até então inédito de controle externo ao lugar. Assim, os lugares têm suas especificidades usadas pelos interesses hegemônicos, reforçando a idéia segundo a qual os territórios que os abrigam são tomados como recurso pelas grandes corporações. Visto como verticalidade, como um conjunto de pontos, o território é apenas recurso para atores internos e externos, cuja preocupação se centra em suas próprias finalidades, tornando-os indiferentes as dos demais agentes sociais.

A possibilidade de uso efetivo dessas novas tecnologias muitas vezes se dá na mesma direção da difusão da inovação, de modo que a presença de objetos técnicos modernos sobre o território não deve ser vista com o saudosismo característico que concebe a introdução da modernidade de forma neutra. Pelo contrário, estes objetos são vetores que permitem a entrada das influências externas, que buscam viabilizar

interesses muitas vezes distantes, embora sejam também de interesse de minorias internas aos lugares.

O Brasil se fragmenta política, social e territorialmente, mas sem haver uma discussão de fundo, que busque elucidar as causas dessa fragmentação e que permita propor formas capazes de solucionar os problemas da maioria da população. Os “olhos políticos” daqueles que representam a sociedade se serra para o aumento do número de pobres, mais ficam atentos ao orçamento público apropriado privadamente.

Assim, tanto o desenho quanto o conteúdo político que move os compartimentos político-administrativos vêm ganhando novos sentidos, pois passam a ser também orientados segundo interesses específicos que não levam em conta a totalidade circunscrita pelas suas fronteiras. A última década marca o momento mais nítido de que vem ocorrendo a manipulação de territórios por interesses econômicos, impedindo a criação de um verdadeiro projeto autônomo e nacional, reforçando, portanto, a alienação do território.

A discussão sobre a exportação e a geração de divisas para o país é feita como se o território não fosse constituído de um híbrido de usos, de forma que o *espaço econômico* é sempre valorizado em detrimento do *espaço banal*. Este último comporta as contigüidades, as relações próximas que criam a solidariedade orgânica

No caso brasileiro, o que se tem constatado é que a implementação de muitos projetos modernizadores estatais termina também por viabilizar política e institucionalmente a ação corporativa, quer dizer, aquela que articula no interior dos recortes territoriais a *solidariedade organizacional*, sem a qual os agentes hegemônicos, nacionais e internacionais, dificilmente poderiam agir. Assim, parte de seu território é alienada em função da ação das corporações. É bem verdade que a economia internacional não se preocupa com territórios em sua totalidade, seja ele municipal, estadual ou nacional. O que interessa à economia internacional e, aos agentes por ela responsáveis, são manchas, às vezes pontos, que se conectam à rede de interesses corporativa.

Para o estado de São Paulo, o estudo dos investimentos e dos incentivos territoriais fez surgir algumas das questões (a sequência em que seguem não obedece necessariamente uma hierarquia):

1 – A necessidade de serem observadas as transformações que caracterizam a atual economia internacional, pois elas, na medida em que dão forma e conteúdo à *globalização econômica*, implicam sobre os territórios nacionais, reorganizando lugares e regiões, impondo de fora uma lógica que senão única busca ser unitária. A década de 1970 assistiu ao nascimento das *Novas Tecnologias de Comunicação e Informação* (NTCI's), que rapidamente são incorporadas à lógica produtiva, inaugurando então uma nova fase das formas de produzir das grandes firmas e uma nova divisão internacional do trabalho. No Brasil, é principalmente a partir da década de 1980, momento em que o liberalismo econômico e a desregulamentação do Estado ganham força, que parcelas de seu território passam a acolher novos investimentos externos;

2 – O interior do estado de São Paulo recebeu principalmente na última década grandes fluxos de investimentos canalizados, primordialmente, em direção às maiores cidades, para a implantação e/ou melhoria dos sistemas técnicos: estradas, telefonia, portos fluviais,clusas, eletrificação rural e urbana, barragens, pólos de desenvolvimento tecnológico e industrial. Também, a característica histórica própria da formação do território paulista conta muito sobre as vagas de modernização que este ente federativo acolheu e vem acolhendo. Quer dizer, anterior às duas últimas décadas o estado de São Paulo já contava com *camadas técnicas* que, no momento da atual transformação da economia internacional, permitiram um salto à frente dos demais territórios estaduais brasileiros, criando uma nova desigualdade territorial e/ou aprofundando antigas, preexistentes;

3 – Mais recentemente, principalmente após a segunda metade da década de 1990, o chamado “interior do estado de São Paulo” recebeu grandes fluxos de investimento privado. Embora a região metropolitana paulistana ainda concentre a maior participação no recebimento destes investimentos, o interior do estado

passou a participar mais ativamente no circuito espacial de produção das grandes firmas;

4 – Verifica-se hoje que muitos municípios paulistas têm entrado na luta pela atração de investimentos privados. Ao longo da década de 1990 eles passaram a praticar fortemente políticas de estímulo ao investimento, mediante isenções territoriais e fiscais. A autonomia municipal, novamente apregoada pela constituição de 1988, vem sendo utilizada para legislar sobre matérias de interesse corporativo. Exemplos não faltam de municipalidades paulistas criando leis específicas sobre isenções de impostos e doações de terrenos. Assim, às transformações da economia internacional, com o surgimento das grandes firmas transnacionais, deve-se acrescentar as transformações do Estado brasileiro, reunião de entes federativos, que abre mão de um possível projeto nacional, que procure melhor organizar a heterogeneidade do território, permitindo, pela sua desorganização interna, que seu território seja organizado de comum acordo aos interesses do grande capital. No estado paulista, municipalidades têm desenvolvido políticas favoráveis às empresas que participam do comércio internacional. No entanto, buscando atrair o capital do investidor, passam a obedecer de forma privilegiada à lógica organizacional das grandes firmas, mas não sem abrir mão de regular seus respectivos territórios em sua totalidade.

Compreende-se que a modernização do território paulista se configura também como fragmentação, comandada pelos grandes interesses corporativos, nacionais e estrangeiros. Neste contexto, ocorre uma reorganização do território, com a criação de novas necessidades, que são satisfeitas principalmente nas maiores cidades. Se para as grandes cidades, enfrentar ou constranger uma empresa transnacional, é difícil, para os municípios com menor carga técnica está praticamente fora de questão, por isso são mais facilmente incorporados à lógica do grande capital, alienando seu território.

Contrariando um mito recorrente da globalização, o Estado não se retira totalmente da economia<sup>29</sup>, pelo contrário ele viabiliza a ação dos agentes hegemônicos, privilegiando alguns com investimentos em materialidades renovadas ou na implementação de normas fundamentais aos interesses destes agentes. Objetos técnicos renovados, mais as adaptações normativas são também responsáveis pela instituição das *verticalidades* presentes nos territórios. As verticalidades são pontos dos quais se originam e para onde se destinam os fluxos hegemônicos da economia. Para interligar estes pontos as empresas reticulares fazem uso de redes corporativas ou interferem no desenho das redes públicas. Por sua vez, a implantação dessas redes requer uma nova regulação, demonstrando o poder que as corporações possuem de também organizar e regular o território, ferindo a autonomia apregoada aos subterritórios nacionais e sobremaneira o próprio princípio da soberania.

A política do Estado brasileiro das últimas décadas tem estimulado a abertura do mercado interno às grandes corporações, negligenciando-se de procurar possibilidades que tornem a chamada globalização econômica mais próximas dos interesses da maioria da população nacional. Esta, penalizada por escolhas enviesadas, tem sofrido as consequências de não ter seu território preparado para atender seus interesses imediatos e futuros.

As grandes obras de engenharia, tão necessárias para dar mobilidade à população, acabam tendo seu projeto e uso distorcidos a fim de criar a fluidez necessária à logística dos agentes da economia internacional. Aliada a essa tecnosfera coexiste aquela psicosfera (SANTOS, 1999[1996]), produzida principalmente pela grande mídia, responsável por transformar em propaganda as obras públicas, distorcendo as informações e não permitindo aos cidadãos uma real fiscalização da aplicação do orçamento público. A psicosfera produz ainda a (des)educação para o

---

<sup>29</sup> Duas reportagens são bem ilustrativas da importância, mesmo que seja protecionista, do Estado. O jornal *O Estado de São Paulo* publicou, em 6 de junho de 2000, uma matéria sobre o conflito entre a empresa canadense Bombardier e a brasileira Embraer: “Há quatro anos, o Brasil e o Canadá travam a disputa levada pelos dois países à OMC sob o argumento de que os governos subsidiam as empresas produtoras de aeronaves regionais, e, por isso, prejudicam a concorrência no mercado. Os canadenses têm ameaçado retaliar as relações comerciais com o Brasil”. A outra matéria, publicada no jornal *Gazeta Mercantil*, em 6 de junho de 2002, discutia os subsídios dados pelo governo norte-americano aos seus sojicultores.

consumo dos novos produtos introduzidos a partir da abertura econômica, fazendo confundir felicidade e realização pessoal com a posse de bens. Essa psicosfera – ideologias e crenças, que neste caso servem a alimentar o mecanismo de dominação – é preparada forçando a legitimidade das ações hegemônicas, como por exemplo a necessidade de atrair o capital externo, por ser essa a principal forma de gerar empregos. Mas já é de conhecimento que as grandes corporações são intensivas em tecnologia, principalmente daquelas que diminuem a necessidade de mão-de-obra; além disso, os municípios da federação brasileira digladiam-se pela atração de investimentos – guerra dos lugares –, causando queda de arrecadação e menor capacidade do poder estatal de realizar suas necessárias políticas públicas.

No estado de São Paulo esses fenômenos se apresentam com grande força, de modo que estão sendo criadas as facilidades requeridas para a ação dos agentes empresariais. Engessado segundo estes interesses, o próprio território vem sendo alienado da possibilidade de projetos futuros alternativos mais próximos aos interesses de todos.

Portanto, o fenômeno da alienação merece ser alvo da reflexão acadêmica, pois indica possibilidades para a compreensão do atual uso do território brasileiro, ajudando a compreender os interesses em confronto e as possíveis contra-finalidades responsáveis pela organização de um espaço nacional mais humano e próximo aos interesses da diversificada população brasileira.

*Quando um país cresce economicamente, a noção de rede urbana, de sistema de cidades, ganha sua significação total: todas as aglomerações dependem umas das outras, nenhuma é indiferente ao que se passa nas demais e isso exige uma visão de conjunto e um plano mais global se se quer resolver o problema de cada unidade aparentemente isolada (SOUZA, 1988).*

À globalização econômica devem-se muitas das transformações que ocorrem no interior dos territórios municipais. Para Carlos VAINER (2000), a nova questão urbana traz como novo modelo de planejamento urbano, substituindo o tradicional padrão tecnocrático-centralizado-autoritário, o chamado *planejamento estratégico*. Sua difusão se deve a ação combinada de agências multilaterais (BIRD e Habitat) e de consultores internacionais. Em sua origem, tal modelo estaria inspirado em conceitos e técnicas oriundos do planejamento empresarial, que prega que as cidades estão sujeitas às mesmas condições (de competição) que as empresas.

Mas não é a globalização econômica, quer dizer, das empresas, a responsável por essa submissão às mesmas condições? SANTOS (1998:27) assim enuncia o problema: “Os prefeitos, sobretudo dos municípios menos importantes, acabam por descobrir sua incapacidade de ser lugar. O que cria a vontade de uma outra forma de lugar. Porque ser lugar hoje é de alguma forma subordina-se a mandamentos do ‘mundo’. Mundo entre aspas, porque quando se fala mundo na imprensa e até numa certa literatura universitária, do que se está falando é de alguns pouco numerosos atores hegemônicos. Não são o mundo, mas são tidos como mundo. E o que é grave, entram nas análises como se fossem o mundo, mundo que não são”. As empresas, mas principalmente as grandes, são esses poucos agentes que lidam com os governos que respondem pelos lugares.

O planejamento estratégico reflete, a bem da verdade, a flexibilização e a adaptação das políticas públicas municipais requeridas pela economia globalizada, e tem

como nexo central a problemática da *competitividade urbana*<sup>30</sup>, que segundo VAINER (2000) teria seu discurso estruturado em três analogias constitutivas: a cidade como *mercadoria*, a cidade como *empresa* e a cidade como *pátria*. Como *mercadoria*, a cidade vende, mediante a construção de miraculosas formulações do *city marketing*, ou do *marketing urbano*, o conjunto de atributos específicos que constituem os insumos valorizados pelo capital transnacional (espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança, etc.). Daí que muitas têm em seu planejamento questões fundamentalmente parecidas, pois querem vender as mesmas coisas para os mesmos virtuais compradores, geralmente internacionais.

Trata-se de uma mercadoria que surge pela influência da abertura econômica e do poder de escolha privilegiada aos grandes agentes econômicos, que em sua ação demandam localizações que contenham os elementos essenciais à sua produção, requalificando, portanto, as cidades como mercadoria. Nelas, assim reformuladas, cria-se uma abertura ao que vem de fora, mas que dá preferência ao capital, na medida em que não abrange de igual modo os imigrantes pobres ou os expulsos do campo, ao mesmo tempo em que marginaliza os pobres da própria cidade. “Em todos os níveis, tanto do ponto de vista concreto (infra-estruturas, subsídios, favores fiscais, apoios institucionais e financeiros de todos os tipos) quanto do ponto de vista da imagem, não resta dúvida: a mercadoria-cidade tem um público consumidor muito específico e qualificado. /.../ pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida comprada /.../ a cidade não é apenas uma mercadoria mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, *visitantes* e *usuários solváveis*<sup>31</sup>” (VAINER, 2000:82-83).

A *cidade como empresa* se refere a sua forma ativa de sujeito, resultado da transposição do planejamento estratégico das empresas para o território urbano.

---

<sup>30</sup> “Se durante largo período o debate acerca da *questão urbana* remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a *nova questão urbana* teria, agora, como nexo central a problemática da *competitividade urbana*” (VAINER, 2000:76).

<sup>31</sup> Solvente - que paga ou pode pagar suas dívidas.

VAINER (2000:85-86) pondera que embora o planejamento da cidade já tenha tomado como protótipo a empresa privada em outros momentos da história, como no urbanismo modernista (cujo modelo ideal era a fábrica taylorista, com sua *racionalidade, funcionalidade, regularidade e produtos estandardizados*), elas não minimizam as inovações trazidas pelo atual modelo. No modernismo, eram utilizados conceitos e noções da organização da produção, transpostos para a elaboração do plano urbano. Agora se trata da própria cidade assimilada à empresa, pois os neoplanejadores se espelham na empresa enquanto unidade de gestão e negócios; o mercado é a regra e o modelo para o planejamento, significa ter como horizonte o mercado e tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado. E, para a realização disso, a cidade é deixada para a tomada de decisão dos homens do negócio, para os empresários.

Por outro lado, também para assegurar que a decisão e os interesses do mercado sejam tomados pelo governo, quando do processo de planejamento e de decisão, vincula-se as políticas públicas com as políticas privadas<sup>32</sup>. Portanto, não se trata de uma proposta administrativa, é o conjunto da cidade que se atrela aos interesses empresariais, destituindo-a de ser lócus da discussão utópica sobre o planejamento (despolitização da cidade) e da identidade política conformada pela suas distintas visões e conflitos.

Por último, a *cidade como pátria* clama pelo consenso e pela unidade em torno do projeto de planejamento. A cidade que compete é um sujeito simples, coeso e sem qualificação (VAINER, 2000:91). No entanto, uma certa consciência da crise traz as condições para uma trégua dos conflitos internos, alimentando, junto com remodelação dos espaços em sua beleza e originalidade, a ideologia da cidade como pátria.

Para CORRÊA (1992:115), na fase atual do capitalismo são as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que desempenham papel fundamental na organização do espaço, exercendo controle sobre amplo e diferenciado território.

---

<sup>32</sup> “...ao propor o fim da *separação rígida entre o setor público e o privado*, é outra coisa que se tem em vista – *privado* aqui é, claramente, o interesse privado dos capitalistas e, neste sentido, comparece no mesmo campo semântico de expressões como *iniciativa privada, privatização* e outras, que evocam ou remetem a capital, capitalistas, empresários capitalistas” (VAINER, 2000:88).

“Esse controle constitui um dos meios através do qual a corporação garante com máxima eficiência a acumulação de capital e a reprodução de suas condições de produção”.

As relações entre o público e o privado se acentuam, mas não em detrimento da importância do primeiro. O discurso ouvido todos os dias de que cada vez há menos Estado tem sua origem numa maior porosidade das fronteiras internacionais, porém sem esquecer que se trata de uma abertura seletiva, ao mesmo tempo em que os agentes responsáveis pela globalização necessitam de um Estado flexível aos seus interesses, capaz de oferecer as condições para sua ação. “As privatizações são a mostra de que o capital tornou-se extremamente guloso /.../. Além disso, são feitas exigências para que ele esse instale – que em parte são exigências feitas à geografia /.../. De tal forma o Estado acaba por ter menos recursos para tudo que é social. Assim o Estado atual o Estado da globalização, caracteriza-se não por uma fragilidade, mas, ao contrário, pela fortaleza no que toca ao serviço de uma economia não humana, enquanto esquece do social” (SANTOS, 1997:16-17).

Assim, assiste-se a uma reformulação dos conflitos urbanos, que passam a contar com um novo ingrediente instaurado no momento em que a política das empresas<sup>33</sup> passa a interferir e também a comandar na construção dos projetos dos governos. A sociedade é assim tornada frágil, pois os interesses sociais mais amplos, que deveriam ser objeto da Política (com P maiúsculo mesmo), são amesquinçados pelas camadas sociais já privilegiadas. O que se reafirma são as “políticas menores”, típicas de bastidores, onde não há debate sério, mas consenso entre um grupo limitado de opiniões, que se apregoam portadoras da verdade. Ao mesmo tempo, esmorecem as conquistas históricas em nome da “necessidade”<sup>34</sup> premente de modernizar, mesmo que não se tenha muito certa a própria idéia do que seja o moderno.

---

<sup>33</sup> “O estado se retira da política. Ele expulsa os políticos da política. Ele entrega ao mercado a tarefa de fazer política. Só que esse mercado global não existe como ator, ele existe como uma ideologia, como símbolo. Os atores são as empresas globais. Elas não têm preocupações éticas, nem finalísticas. Suas preocupações são individualistas por natureza” (SANTOS, 1997:17).

<sup>34</sup> A abertura econômica criou seus mitos e suas realidades. Por exemplo, assistimos a uma parte substancial da classe média que se deteriora em função da sua incapacidade de competir com o “mercado global”, cujos filhos, para salvaguardarem os padrões de vida alcançados pelos pais, correm em busca de uma cadeira universitária,

Portanto, a política manifesta hoje pelos governos é resultado também dos interesses das grandes empresas. Suas implicações sócio-espaciais são claras e se traduzem nos projetos de intervenção nas cidades facilitando que o espaço fique mais atento aos fixos e fluxos hegemônicos, que dão conteúdo à globalização econômica. O resultado é a incorporação corporativa do próprio espaço (lugares luminosos), ao passo que os lugares opacos apontam como zonas marginalizadas do processo de integração econômico-social, mas ao mesmo tempo como lócus de outras possibilidades. Claro, as contra-finalidades presentes nos lugares de maior presença do capital (lugares luminosos) oferecem também a condição de novas formas de sociabilidade e solidariedade, que podem ser chamadas num contexto de uma outra globalização<sup>35</sup>, de uma globalização mais “universal”<sup>36</sup>. No seu texto em homenagem a Milton Santos, KAHIL (2003:602) escreve sobre a preocupação deste autor em estudar *o lugar das atividades da maior parte da população*, “...sua preocupação é exatamente buscar surpreender, no lugar, um sentido mais veraz e enriquecedor à existência plena de cada pessoa...”.

Segundo SOUZA (1988:27), a noção de autonomia municipal envolve um profundo sentido político. No passado a autonomia era exercida amplamente, pois a dimensão dos problemas e os recursos para resolvê-los estavam no mesmo nível de coletividade. “Em nossos dias, quando os municípios devem tratar de problemas cujas raízes situam-se econômica, cultural, social e mesmo geograficamente a centenas e até milhares de quilômetros de distância, a autonomia municipal é sacrificada em favor de programas que apenas são locais pelo lugar geográfico em que se realizam, mas que, na realidade, interessam a uma área geográfica e a uma dimensão administrativa bem mais ampla”. Para esta autora, o resultado “...é que alguns problemas são solucionados enquanto outros, pela mesma via, são criados; e não raro os recursos trazidos de fora,

---

reformulando os objetivos do movimento estudantil (causando sua despolitização) e criando novas figurações jurídicas atreladas ao mercado dentro da universidade, como as empresas-júnior.

<sup>35</sup> Certamente, os sinais desta outra globalização já existem, mas sua interpretação foge aos objetivos desta dissertação. Aqui se querem compreender as relações entre os governos locais e as forças do mercado.

<sup>36</sup> Uma globalização mais universal contemplaria a interação das variadas culturas universais produzidas localmente, que apesar de conflitarem entre si não devem necessariamente significar a anulação recíproca, antes deveriam representar a multiplicidade do gênio humano. Seria a construção de um mundo que apesar de unificado não seria unitário, seria a unicidade formada pelas diferenças.

ainda que com as melhores intenções, comprometem os recursos internos, desviando seu uso” (idem).

Os investimentos empresariais trazem aos lugares que os acolhem suas normas rígidas, que junto às novas materialidades, imprimem novos comportamentos. Tais investimentos são considerados como capazes de elevar as condições dos lugares, que se tornam dóceis e aceitam que o investimento público de maior monta se dirija exatamente para o interesse privado<sup>37</sup>. Lembra SANTOS (1997:18), as técnicas funcionam solidariamente, de modo que um objeto técnico chama outro, e é nesse continuum de necessidades das técnicas, mas também das normas, que os governos se aprofundam nas políticas que interessam às empresas.

Por outro lado, os investimentos empresariais vagueiam pelos lugares que lhes oferecem guarida, que lhes sejam capazes de oferecer as melhores condições para seu estabelecimento. Porquanto estas vantagens lhes sejam suficientes, as empresas mantêm-se por ali. No entanto, a guerra dos lugares, bem como a difusão do meio técnico-científico, garante uma maior parcela de pontos e manchas do território nacional capazes de oferecerem as virtualidades requeridas pelas empresas. Amplia-se assim a sua influência da política, na medida em que uma maior gama de lugares passa a fazer parte dos circuitos de produção das grandes firmas.

Como o comando da produção se dá distante do lócus produtivo, e sem esquecer que a ideologia que antecipa ao investimento dificilmente encontra oposição, à fragmentação da produção soma-se a fragmentação das escolhas e das políticas locais, ou, em outras palavras, a própria ingovernabilidade. Nas palavras de SANTOS (1997:19): “A translação do poder do Estado para as empresas tem consequências extraordinárias, já que se espera do Estado e dos municípios que façam um mínimo de política, voltando-se para o bem-estar comum. Da empresa, não: a empresa vangloria-se de dar um salário àquele que trabalha, mas ela não tem preocupações gerais. Suas preocupações são obrigatoriamente particularistas, o que tem a ver com a própria natureza do fenômeno empresarial, sobretudo no mundo da competitividade”. O

---

<sup>37</sup> Privado é usado aqui como sinônimo de empresarial.

Estado reorienta suas prioridades, abandonando a possibilidade de construção de uma instituição capaz de costurar, de dar solidariedade aos interesses individuais das firmas, das demais instituições e do cidadão comum. Essa fragmentação cria a desordem, cujo fundamento é principalmente territorial. Abandonando-se a produção de um território mais humano em nome da competitividade, cuja origem remonta aos interesses corporativos das empresas. Essas impregnam o território com os meios necessários a sua sobrevivência, deixando como residual a sobrevivência do restante da sociedade.

De certo modo, a guerra dos lugares é meio e exemplo da desordem manifesta nos territórios municipais. É meio, pois a competição entre municípios privilegia as políticas de reordenamento territorial capazes de criar os pressupostos para a atração dos investimentos, originando em parte os problemas sociais agudos (transporte precário naquelas áreas mais afastadas do centro, falta de creches, postos de saúde, escolas fundamentais, etc.)<sup>38</sup>. Mas é também exemplo, pois deve sua origem à influência e ao poder que as corporações têm hoje de impor aos lugares suas necessidades.

No atual contexto, os lugares ganham destaque, e sua importância relativa cresce na mesma proporção em que são criados neles os pressupostos necessários ao funcionamento do mercado mundial. Contraditoriamente, esses pressupostos criados criam sua ingovernabilidade, colocando em cheque o desenvolvimento apregoado pelo mercado para esta escala.

Por fim, há que se fazer frente ao projeto que globaliza os lugares meramente em termos econômicos, entendendo aqui a economia superior, das corporações. Urge a construção de novos paradigmas para o desenvolvimento, que articule as escalas de poder internas ao território nacional, e que seja capaz de, ao mesmo tempo, fazer conversar as diferentes vozes que ecoam dos lugares e propor ações descentralizadas, mas não desconectadas, do projeto político maior para o país.

---

<sup>38</sup> Vale destacar que a renúncia fiscal mais as políticas de alocação de investimentos públicos, na medida em que privilegiam as empresas, oneram o conjunto da comunidade local, pois sinalizam menor recursos para os investimentos sociais básicos.

- ALVES, Maria Abadia da Silva. (2001) “Guerra fiscal e finanças federativas no Brasil: o caso do setor automotivo”. Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.
- BERNARDES, Roberto. (2000) *Embraer: elos entre Estado e mercado*. São Paulo: Hucitec/Fapesp.
- CATAIA, Márcio Antonio. (2003) “Alienação dos Territórios Frente aos Processos da Globalização Econômica”, texto apresentado por ocasião do 9º *Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Mérida, México, de 21 a 24 de abril de 2003.
- CHESNAIS, François. (1996) *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã.
- CORRÊA, Roberto Lobato (1992) “Corporação, práticas espaciais e gestão do território. *Revista brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 54(3): 115-121, jul./set. 1992.
- CORRÊA, Roberto Lobato. (1999) “Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – Uma Nota sobre as Pequenas Cidades”. *Território*. Rio de Janeiro, nº 6, jan.-jun., pp. 43-53.
- PINTO FILHO, José de Barros. (2004) “Sistema de movimento aeroviário na cidade de São Paulo; o uso do helicóptero”, texto apresentado por ocasião do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia, Brasil, de 18 a 23 de julho de 2004.
- FURTADO, Celso. (2000[1998]) *O Capitalismo Global*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra.
- GALLO, Fabrício. (2004) “Sistema de movimento aéreo flexível e a organização produtiva do território nacional”, texto apresentado por ocasião do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia, Brasil, de 18 a 23 de julho de 2004.
- GONÇALVES, Reinaldo. (1999) *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo Paz e Terra.
- HABERMAS, Jürgen. (2001[1968]) *Técnica e ciência como “ideologia”*. Lisboa: edições 70.
- KAHIL, Samira Pedut. (2003) “Um mundo de existência criativa: Milton Santos, esse Habitante!”. *in*: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Edições Territorial.

- KONDER, Leandro. (1965) *Marxismo e Alienação*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- LACERDA, Antônio Corrêa de. (2004) *Globalização e investimento estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Editora Saraiva.
- LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro. (2002) *O colapso das finanças estaduais e a crise da federação*. São Paulo: Editora Unesp, IE – Unicamp.
- MÉSZÁROS, István (1981[1979]) *Marx: a teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- PIGNATARI, Décio. (2002) *Informação, Linguagem e Comunicação*. Cotia: Ateliê Editorial.
- RICHTA, Radovan. (1972[1968]) *Economia socialista e revolução tecnológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SANTOS, M., (1979) *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- SANTOS, Milton. (1980) *Espaço e Sociedade*. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes.
- SANTOS, Milton. (1996[1994]) *A Urbanização Brasileira*. 3ªed. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, Milton. (1996[1978]) *Por Uma Geografia Nova*. 4ª ed., São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, Milton. (1997[1982]) *Pensando o Espaço do Homem*. 4ª ed., São Paulo : Editora Hucitec.
- SANTOS, Milton. (1997) “Da política dos Estados a política das empresas”. *Cadernos da Escola do Legislativo*, 3(6):3-19, jul/dez. 1997.
- SANTOS, Milton (1998) “Nação, Estado e Território”, in: MENDONÇA, Sônia e MOTTA, Márcia (orgs.) *Nação e Poder: as dimensões da história*. Niterói: EdUFF.
- SANTOS, M., (1997[1985]) “A evolução espacial como cooperação e conflito em um campo de forças”, in *Espaço e método*. 4ª ed., São Paulo: Nobel, pp.75-80.
- SANTOS, M., (1998) “Nação, Estado e Território”, in MENDONÇA, S., & MOTTA, M., (orgs.) *Nação e poder: duas dimensões da história*. Niterói: EdUFF, pp.23-29.
- SANTOS, Milton. (1999[1996]) *A natureza do Espaço*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec.
- SANTOS, Milton. (1999a) “Guerra dos Lugares”, in *Folha de São Paulo*, 08/08/99.

- SANTOS, Milton. (1999b) “A normalidade da crise”, in Folha de São Paulo, 26/09/1999.
- SANTOS, Milton. (2000) Discurso proferido na Câmara dos Deputados durante o Seminário “Que Parlamento para o Século XXI? Desafios e Perspectivas frente à Mundialização”, por ocasião das comemorações dos 500 anos do descobrimento do Brasil.
- SANTOS, Milton. (2001[2000]) *Por uma outra globalização*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. (2001) *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record.
- SAVY, Michel. (1995) “Morphologie et Géographie des Réseaux Logistiques”, in: SAVY, Michel et VELTZ, Pierre (orgs.) *Économie Globale et Réinvention du Local*, Marseille: Datar/Éditions de l’aube.
- SILVA, Adriana Bernardes da. (2001) “A Contemporaneidade de São Paulo: produção de informações e novo uso do território brasileiro”, Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.
- SILVA, Clayton Luiz da. (2002) “Alienação do Território e Manipulação de Fronteiras o estado de São Paulo”. Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UNICAMP.
- SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. (1988) *Governo Urbano*. São Paulo: Nobel.
- TAVARES, Maria da Conceição. (1982) *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: Ensaio sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar editores
- TEIXEIRA, Iolanda Longobucco (coord.). (1995) *Políticas estaduais de apoio às indústrias*. Rio de Janeiro: CNI, DEC; DAMPI.
- VAINER, Carlos B., (2000) “Pátria, empresa e mercadoria”, in ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Editora Vozes.

## OUTRAS PUBLICAÇÕES

ROTAER: *Manual Auxiliar de Rotas Aéreas – Brasil*. Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo; Divisão de Informações Aeronáuticas – Aeroporto Santos Dumont. Rio de Janeiro, 1985.

*Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

“Embraer e Bombardier devem fechar acordo”. *Jornal O Estado de São Paulo*. 28 junho, 2000.

“Subsídios provocam perdas de US\$ 1 bilhão”. *Jornal Gazeta Mercantil*. São Paulo, nº22.345, junho, 2002.

“Entra em operação o controle inédito de helicópteros de São Paulo”. *Aeroespaço Notícias: DECEA*, ano 1, nº1, p. 5, 11 de junho de 2004.

## SÍTIOS CONSULTADOS

[www.al.sp.gov.br](http://www.al.sp.gov.br) (Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo)

[www.cepam.sp.gov.br](http://www.cepam.sp.gov.br) (Fundação Prefeito Faria Lima)

[www.cni.org.br](http://www.cni.org.br) (Confederação Nacional da Indústria)

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

[www.investimentos.sp.gov.br](http://www.investimentos.sp.gov.br) (Central Digital para o Desenvolvimento – Governo do Estado de São Paulo)

[www.fazenda.gov.br](http://www.fazenda.gov.br) (Ministério da Fazenda do Brasil)

[www.fiesp.org.br](http://www.fiesp.org.br) (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo)

[www.seade.sp.gov.br](http://www.seade.sp.gov.br) (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados)

[www.igc.sp.gov.br](http://www.igc.sp.gov.br) (Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo)

## ANEXOS

**ANEXO 1 – SÃO PAULO – INCENTIVOS FISCAIS, TERRITORIAIS E  
INVESTIMENTOS PRIVADOS POR MUNICÍPIO**

| ANEXO 2 - Investimentos Anunciados por Região Administrativa<br>(jan.1995/dez.2003) |                    |                       |                                    |
|-------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|-----------------------|------------------------------------|
| Região Administrativa                                                               | Valor milhões U\$S | Nº de empreendimentos | Nº de empreendimentos Estrangeiros |
| ARAÇATUBA                                                                           | 1.141,74           | 200                   | 16                                 |
| BARRETOS                                                                            | 276,04             | 53                    | 7                                  |
| BAURU                                                                               | 1.949,95           | 243                   | 28                                 |
| CAMPINAS                                                                            | 26.892,85          | 2.002                 | 551                                |
| CENTRAL                                                                             | 3.026,50           | 265                   | 47                                 |
| FRANCA                                                                              | 182,24             | 83                    | 2                                  |
| MARÍLIA                                                                             | 464,07             | 238                   | 10                                 |
| PRESIDENTE PRUDENTE                                                                 | 265,99             | 105                   | 11                                 |
| REGISTRO                                                                            | 8,50               | 4                     | 0                                  |
| RIBEIRÃO PRETO                                                                      | 2.109,05           | 303                   | 44                                 |
| RMSP                                                                                | 54.815,06          | 3.679                 | 801                                |
| SANTOS                                                                              | 7.442,90           | 328                   | 36                                 |
| SÃO JOSÉ DO RIO PRETO                                                               | 537,34             | 246                   | 25                                 |
| SÃO JOSÉ DOS CAMPOS                                                                 | 19.953,25          | 930                   | 249                                |
| SOROCABA                                                                            | 5.606,01           | 622                   | 146                                |
| Diversos Municípios                                                                 | 42.271,85          | 357                   | 137                                |
| Totais                                                                              | 168.246,99         | 9.658                 | 2.110                              |

| <b>ANEXO 3 – Investimentos Anunciados por Município<br/>(jan.1995/dez.2003)</b> |                                 |                                       |                                                    |
|---------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|----------------------------------------------------|
| <b>Município</b>                                                                | <b>Valor (milhões<br/>US\$)</b> | <b>Nº de<br/>empreendiment<br/>os</b> | <b>Nº de<br/>empreendiment<br/>os Estrangeiros</b> |
| Adamantina                                                                      | 1,64                            | 3                                     | 1                                                  |
| Adolfo                                                                          |                                 |                                       |                                                    |
| Aguai                                                                           |                                 |                                       |                                                    |
| Águas da Prata                                                                  | 0,01                            | 1                                     |                                                    |
| Águas de Lindóia                                                                | 7,44                            | 5                                     |                                                    |
| Águas de Santa Bárbara                                                          |                                 |                                       |                                                    |
| Águas de São Pedro                                                              | 11,51                           | 3                                     | 2                                                  |
| Agudos                                                                          | 316,75                          | 9                                     |                                                    |
| Alambari                                                                        | 1,79                            | 1                                     |                                                    |
| Alfredo Marcondes                                                               | 0,33                            | 1                                     |                                                    |
| Altair                                                                          |                                 |                                       |                                                    |
| Altinópolis                                                                     | 6,25                            | 2                                     | 1                                                  |
| Alto Alegre                                                                     |                                 |                                       |                                                    |
| Alumínio                                                                        | 450,00                          | 1                                     |                                                    |
| Álvares Florence                                                                |                                 |                                       |                                                    |
| Álvares Machado                                                                 | 0,36                            | 2                                     |                                                    |
| Álvaro de Carvalho                                                              |                                 |                                       |                                                    |
| Alvinlândia                                                                     |                                 |                                       |                                                    |
| Americana                                                                       | 1.970,27                        | 96                                    | 25                                                 |
| Américo Brasiliense                                                             | 26,42                           | 6                                     | 1                                                  |
| Américo de Campos                                                               |                                 |                                       |                                                    |
| Amparo                                                                          | 13,14                           | 13                                    | 2                                                  |
| Analândia                                                                       | 15,00                           | 1                                     | 1                                                  |
| Andradina                                                                       | 410,43                          | 7                                     | 1                                                  |
| Angatuba                                                                        | 26,21                           | 5                                     | 2                                                  |
| Anhembi                                                                         |                                 |                                       |                                                    |
| Anhumas                                                                         |                                 |                                       |                                                    |
| Aparecida                                                                       | 121,53                          | 15                                    | 3                                                  |
| Aparecida d'Oeste                                                               |                                 |                                       |                                                    |
| Apiáí                                                                           | 4,78                            | 1                                     |                                                    |
| Araçariguama                                                                    | 410,38                          | 4                                     | 2                                                  |
| Araçatuba                                                                       | 145,36                          | 98                                    | 6                                                  |
| Araçoiaba da Serra                                                              | 300,28                          | 2                                     |                                                    |
| Aramina                                                                         |                                 |                                       |                                                    |
| Arandu                                                                          |                                 |                                       |                                                    |
| Arapé                                                                           |                                 |                                       |                                                    |
| Araraquara                                                                      | 1.374,12                        | 140                                   | 16                                                 |
| Araras                                                                          | 252,02                          | 40                                    | 17                                                 |
| Arco-íris                                                                       |                                 |                                       |                                                    |
| Arealva                                                                         |                                 |                                       |                                                    |
| Arcias                                                                          |                                 |                                       |                                                    |
| Arciopolis                                                                      |                                 |                                       |                                                    |
| Ariranha                                                                        |                                 |                                       |                                                    |
| Artur Nogueira                                                                  | 3,56                            | 2                                     |                                                    |
| Arujá                                                                           | 6,07                            | 6                                     | 1                                                  |
| Aspársia                                                                        |                                 |                                       |                                                    |
| Assis                                                                           | 92,37                           | 50                                    | 1                                                  |
| Atibaia                                                                         | 571,21                          | 21                                    | 6                                                  |
| Auriflama                                                                       | 1,01                            | 2                                     |                                                    |

|                        |          |     |    |
|------------------------|----------|-----|----|
| Avaí                   |          |     |    |
| Avanhandava            |          |     |    |
| Avaré                  | 59,65    | 10  | 2  |
| Bady Bassitt           | 3,64     | 3   |    |
| Balbinos               |          |     |    |
| Balsamo                |          |     |    |
| Bananal                |          |     |    |
| Barão de Antonina      |          |     |    |
| Barbosa                |          |     |    |
| Bariri                 | 451,94   | 5   | 2  |
| Barra Bonita           | 130,69   | 8   | 2  |
| Barra do Chapéu        |          |     |    |
| Barra do Turvo         |          |     |    |
| Barretos               | 165,76   | 26  | 1  |
| Barrinha               | 0,22     | 2   |    |
| Barueri                | 1.272,07 | 138 | 45 |
| Bastos                 |          |     |    |
| Batatais               | 10,85    | 5   | 1  |
| Bauru                  | 288,35   | 112 | 10 |
| Bebedouro              | 16,43    | 8   | 3  |
| Bento de Abreu         | 6,89     | 1   |    |
| Bernardino de Campos   | 0,81     | 3   |    |
| Bertioga               | 10,74    | 18  | 1  |
| Bilac                  | 0,09     | 1   |    |
| Birigui                | 14,71    | 26  | 1  |
| Biritiba-Mirim         | 5,44     | 3   |    |
| Boa Esperança do Sul   | 0,92     | 2   |    |
| Bocaina                | 20,38    | 5   |    |
| Bofete                 | 0,34     | 1   |    |
| Boituva                | 11,34    | 16  | 1  |
| Bom Jesus dos Perdões  |          |     |    |
| Bom Sucesso de Itararé |          |     |    |
| Bora                   | 9,71     | 1   |    |
| Boracéia               | 2,37     | 3   |    |
| Borborema              |          |     |    |
| Borebi                 |          |     |    |
| Botucatu               | 218,04   | 53  | 7  |
| Bragança Paulista      | 262,90   | 47  | 8  |
| Braúna                 | 0,05     | 1   |    |
| Brejo Alegre           |          |     |    |
| Brodosqui              | 2,43     | 5   | 1  |
| Brotas                 | 0,86     | 2   |    |
| Buri                   |          |     |    |
| Buritama               |          |     |    |
| Buritizal              |          |     |    |
| Cabrália Paulista      | 69,00    | 2   |    |
| Cabreúva               | 126,86   | 11  | 4  |
| Caçapava               | 315,99   | 22  | 13 |
| Cachoeira Paulista     | 25,46    | 3   |    |
| Caconde                |          |     |    |
| Cafelândia             |          |     |    |
| Caiabu                 |          |     |    |
| Caieiras               | 49,58    | 9   | 4  |
| Caiuá                  | 0,62     | 1   |    |
| Cajamar                | 312,02   | 17  | 5  |
| Cajati                 | 7,00     | 1   |    |
| Cajobi                 | 0,08     | 1   |    |

|                         |          |     |     |
|-------------------------|----------|-----|-----|
| Cajuru                  |          |     |     |
| Campina do Monte Alegre | 0,16     | 2   |     |
| Campinas                | 7.004,58 | 552 | 138 |
| Campo Limpo Paulista    | 1,07     | 2   |     |
| Campos do Jordão        | 87,45    | 35  | 4   |
| Campos Novos Paulista   |          |     |     |
| Cananãia                | 1,14     | 2   |     |
| Canas                   |          |     |     |
| Candido Mota            | 37,97    | 5   | 1   |
| Candido Rodrigues       |          |     |     |
| Canitar                 |          |     |     |
| Capão Bonito            | 0,80     | 3   |     |
| Capela do Alto          |          |     |     |
| Capivari                | 2,72     | 3   |     |
| Caraguatatuba           | 17,49    | 19  |     |
| Carapicuíba             | 37,40    | 13  | 1   |
| Cardoso                 |          |     |     |
| Casa Branca             | 0,15     | 2   | 1   |
| Cássia dos Coqueiros    |          |     |     |
| Castilho                | 1,62     | 1   |     |
| Catanduva               | 46,92    | 25  | 2   |
| Catiguá                 |          |     |     |
| Cedral                  |          |     |     |
| Cerqueira César         |          |     |     |
| Cerquillo               | 28,87    | 19  | 1   |
| Cesário Lange           |          |     |     |
| Charqueada              |          |     |     |
| Chavantes               | 0,09     | 1   |     |
| Clementina              | 5,24     | 1   |     |
| Colina                  | 21,25    | 3   |     |
| Colômbia                |          |     |     |
| Conchal                 | 5,81     | 2   |     |
| Conchas                 | 0,01     | 1   |     |
| Cordeirópolis           | 28,06    | 5   | 3   |
| Coroados                | 0,04     | 1   |     |
| Coronel Macedo          |          |     |     |
| Corumbatai              |          |     |     |
| Cosmópolis              | 121,04   | 9   | 3   |
| Cosmorama               |          |     |     |
| Cotia                   | 235,24   | 27  | 8   |
| Cravinhos               | 4,68     | 5   | 2   |
| Cristais Paulista       |          |     |     |
| Cruzália                |          |     |     |
| Cruzeiro                | 327,02   | 10  | 3   |
| Cubatão                 | 3.744,12 | 48  | 8   |
| Cunha                   |          |     |     |
| Descalvado              | 3,60     | 4   | 4   |
| Diadema                 | 105,50   | 53  | 16  |
| Dirce Reis              |          |     |     |
| Divinolândia            |          |     |     |
| Dobrada                 |          |     |     |
| Dois Córregos           | 0,30     | 3   |     |
| Dolcinópolis            |          |     |     |
| Dourado                 | 0,79     | 1   |     |
| Dracena                 | 3,78     | 1   |     |
| Duartina                |          |     |     |
| Dumont                  |          |     |     |

|                            |          |     |    |
|----------------------------|----------|-----|----|
| Echapora                   |          |     |    |
| Eldorado                   |          |     |    |
| Elias Fausto               | 2,18     | 2   |    |
| Elisiário                  |          |     |    |
| Embaúba                    |          |     |    |
| Embu                       | 35,83    | 4   | 1  |
| Embu-Guaçu                 | 11,44    | 4   | 2  |
| Emilianópolis              |          |     |    |
| Engenheiro Coelho          | 0,81     | 1   |    |
| Espírito Santo do Pinhal   | 0,87     | 3   |    |
| Espírito Santo do Turvo    | 17,34    | 4   |    |
| Estiva Gerbi               | 0,50     | 1   |    |
| Estrela do Norte           |          |     |    |
| Estrela d'Oeste            | 0,53     | 1   |    |
| Euclides da Cunha Paulista |          |     |    |
| Fartura                    |          |     |    |
| Fernando Prestes           |          |     |    |
| Fernandópolis              | 6,33     | 13  | 1  |
| Fernão                     |          |     |    |
| Ferraz de Vasconcelos      | 0,04     | 1   |    |
| Flora Rica                 |          |     |    |
| Floreal                    |          |     |    |
| Florida Paulista           |          |     |    |
| Florínia                   |          |     |    |
| Franca                     | 37,25    | 46  |    |
| Francisco Morato           | 5,09     | 4   |    |
| Franco da Rocha            | 2,44     | 2   | 1  |
| Gabriel Monteiro           |          |     |    |
| Gália                      |          |     |    |
| Garça                      | 2,30     | 9   | 1  |
| Gastão Vidigal             |          |     |    |
| Gavião Peixoto             | 199,63   | 3   | 1  |
| General Salgado            | 0,01     | 1   |    |
| Getulina                   |          |     |    |
| Glicério                   |          |     |    |
| Guaicará                   | 9,64     | 8   | 1  |
| Guaimbé                    |          |     |    |
| Guairá                     | 2,01     | 2   |    |
| Guapiaçú                   | 14,38    | 8   | 2  |
| Guapiara                   |          |     |    |
| Guará                      | 0,53     | 2   |    |
| Guaracáí                   |          |     |    |
| Guarací                    | 12,49    | 2   | 1  |
| Guarani d'Oeste            |          |     |    |
| Guarantã                   |          |     |    |
| Guararapes                 | 5,75     | 6   | 1  |
| Guararema                  | 24,27    | 10  | 2  |
| Guaratinguetá              | 552,14   | 38  | 14 |
| Guareí                     | 0,30     | 1   | 1  |
| Guariba                    | 0,42     | 1   |    |
| Guarujá                    | 409,67   | 39  | 5  |
| Guarulhos                  | 2.639,43 | 179 | 41 |
| Guatapara                  |          |     |    |
| Guzolândia                 |          |     |    |
| Herculândia                |          |     |    |
| Holambra                   | 0,28     | 1   |    |
| Hortolândia                | 661,18   | 43  | 20 |

|                      |        |    |    |
|----------------------|--------|----|----|
| Iacanga              |        |    |    |
| Iacri                |        |    |    |
| Iaras                |        |    |    |
| Ibaté                | 0,05   | 1  |    |
| Ibirá                | 29,23  | 1  | 1  |
| Ibirarema            |        |    |    |
| Ibitinga             | 1,98   | 3  | 1  |
| Ibiúna               | 4,27   | 4  |    |
| Icem                 | 8,42   | 2  |    |
| Iepé                 |        |    |    |
| Igaracú do Tiete     |        |    |    |
| Igarapava            |        |    |    |
| Igaratá              |        |    |    |
| Iguape               |        |    |    |
| Ilha Comprida        |        |    |    |
| Ilha Solteira        | 160,03 | 3  |    |
| Ilhabela             | 2,71   | 6  | 1  |
| Indaiatuba           | 992,66 | 75 | 29 |
| Indiana              |        |    |    |
| Indiaporã            |        |    |    |
| Inúbia Paulista      |        |    |    |
| Ipaussu              |        |    |    |
| Iperó                | 0,81   | 2  |    |
| Ipeúna               | 7,70   | 2  | 1  |
| Ipirigüá             |        |    |    |
| Iporanga             |        |    |    |
| Ipuá                 | 8,50   | 2  |    |
| Iracemápolis         | 9,18   | 4  | 1  |
| Irapuã               |        |    |    |
| Irapuru              |        |    |    |
| Itaberá              | 0,03   | 1  |    |
| Itaí                 | 1,53   | 2  | 1  |
| Itajobi              |        |    |    |
| Itaju                |        |    |    |
| Itanhaém             | 300,14 | 4  |    |
| Itaoca               |        |    |    |
| Itapecerica da Serra | 67,02  | 9  | 4  |
| Itapetininga         | 442,64 | 40 | 6  |
| Itapeva              | 121,22 | 7  | 1  |
| Itapevi              | 165,52 | 19 | 3  |
| Itapira              | 47,29  | 27 | 3  |
| Itapirapua Paulista  |        |    |    |
| Itápolis             | 2,48   | 3  |    |
| Itaporanga           |        |    |    |
| Itapuí               | 0,09   | 3  |    |
| Itapura              |        |    |    |
| Itaquaquecetuba      | 18,78  | 10 |    |
| Itararé              | 3,50   | 3  |    |
| Itariri              |        |    |    |
| Itatiba              | 218,69 | 43 | 11 |
| Itatinga             | 2,90   | 3  |    |
| Itirapina            | 0,44   | 1  |    |
| Itirapuã             |        |    |    |
| Itobi                |        |    |    |
| Itu                  | 276,97 | 66 | 11 |
| Itupeva              | 299,90 | 32 | 9  |
| Ituverava            | 7,68   | 3  |    |

|                   |          |     |    |
|-------------------|----------|-----|----|
| Jaborandi         |          |     |    |
| Jaboticabal       | 25,09    | 13  | 3  |
| Jacaré            | 3.791,29 | 136 | 33 |
| Jaci              |          |     |    |
| Jacupiranga       |          |     |    |
| Jaguariúna        | 726,81   | 35  | 21 |
| Jales             | 12,48    | 12  |    |
| Jambeiro          | 40,26    | 21  | 2  |
| Jandira           | 28,06    | 7   | 3  |
| Jardinópolis      | 3,19     | 3   | 1  |
| Jarinu            | 16,20    | 2   |    |
| Jaú               | 53,26    | 39  | 3  |
| Jeriquara         |          |     |    |
| Joanópolis        |          |     |    |
| Joao Ramalho      |          |     |    |
| Jose Bonifácio    | 2,00     | 1   | 1  |
| Julio Mesquita    | 0,03     | 1   |    |
| Jumirim           |          |     |    |
| Jundiá            | 1.607,10 | 214 | 74 |
| Junqueirópolis    | 5,96     | 2   | 1  |
| Juquiá            |          |     |    |
| Juquitiba         | 16,00    | 1   |    |
| Lagoinha          |          |     |    |
| Laranjal Paulista | 0,71     | 2   | 1  |
| Lavínia           |          |     |    |
| Lavrinhas         |          |     |    |
| Leme              | 1,25     | 3   | 1  |
| Lençóis Paulista  | 48,67    | 10  | 2  |
| Limeira           | 1.247,33 | 82  | 17 |
| Lindóia           | 5,13     | 4   |    |
| Lins              | 77,69    | 16  | 2  |
| Lorena            | 119,57   | 18  | 6  |
| Lourdes           |          |     |    |
| Louveira          | 476,58   | 10  | 6  |
| Lucélia           |          |     |    |
| Lucianópolis      |          |     |    |
| Luis Antonio      | 9,00     | 1   | 1  |
| Luiziânia         |          |     |    |
| Lupércio          |          |     |    |
| Lutécia           |          |     |    |
| Macatuba          | 0,20     | 1   |    |
| Macaubal          |          |     |    |
| Macedonia         |          |     |    |
| Magda             |          |     |    |
| Mairinque         | 21,95    | 5   | 3  |
| Mairiporã         | 0,81     | 1   |    |
| Manduri           |          |     |    |
| Marabá Paulista   | 1,03     | 1   |    |
| Maracá            | 1,00     | 1   |    |
| Marapoama         | 0,02     | 1   |    |
| Mariópolis        |          |     |    |
| Marília           | 134,10   | 88  | 4  |
| Marinópolis       |          |     |    |
| Martinópolis      |          |     |    |
| Matão             | 34,42    | 16  | 6  |
| Mauá              | 2.030,03 | 91  | 29 |
| Mendonça          | 0,01     | 1   |    |

|                         |          |     |    |
|-------------------------|----------|-----|----|
| Meridiano               |          |     |    |
| Mesópolis               |          |     |    |
| Miguelópolis            | 0,58     | 2   |    |
| Mineiros do Tiete       | 0,07     | 1   |    |
| Mira Estrela            | 0,45     | 3   |    |
| Miracatu                |          |     |    |
| Mirandópolis            | 2,40     | 4   | 1  |
| Mirante do Paranapanema |          |     |    |
| Mirassol                | 10,39    | 10  | 1  |
| Mirassolândia           |          |     |    |
| Mococa                  | 2,56     | 2   | 1  |
| Moji das Cruzes         | 1.350,19 | 208 | 22 |
| Moji-Guaçu              | 735,94   | 25  | 7  |
| Moji-Mirim              | 1.879,55 | 59  | 20 |
| Mombuca                 |          |     |    |
| Monções                 |          |     |    |
| Mongaguá                | 0,06     | 3   |    |
| Monte Alegre do Sul     | 6,39     | 2   |    |
| Monte Alto              | 4,56     | 6   | 1  |
| Monte Aprazível         | 9,74     | 2   |    |
| Monte Azul Paulista     |          |     |    |
| Monte Castelo           |          |     |    |
| Monte Mor               | 87,17    | 7   | 5  |
| Monteiro Lobato         |          |     |    |
| Morro Agudo             | 20,64    | 3   | 1  |
| Morungaba               | 2,17     | 3   |    |
| Motuca                  |          |     |    |
| Murutinga do Sul        |          |     |    |
| Nantes                  |          |     |    |
| Narandiba               |          |     |    |
| Natividade da Serra     | 0,04     | 1   |    |
| Nazaré Paulista         | 0,59     | 1   |    |
| Neves Paulista          |          |     |    |
| Nhandeara               | 0,09     | 1   |    |
| Nipoá                   |          |     |    |
| Nova Aliança            |          |     |    |
| Nova Campina            | 13,87    | 1   |    |
| Nova Canaã Paulista     | 0,02     | 1   |    |
| Nova Castilho           |          |     |    |
| Nova Europa             |          |     |    |
| Nova Granada            | 14,80    | 2   | 2  |
| Nova Guataporanga       |          |     |    |
| Nova Independência      | 50,62    | 1   |    |
| Nova Luzitânia          |          |     |    |
| Nova Odessa             | 79,23    | 19  | 8  |
| Novais                  |          |     |    |
| Novo Horizonte          | 1,18     | 2   | 1  |
| Nuporanga               | 13,00    | 2   |    |
| Ocaçu                   |          |     |    |
| Óleo                    |          |     |    |
| Olímpia                 | 51,64    | 8   | 2  |
| Onda Verde              | 5,81     | 1   |    |
| Oriente                 |          |     |    |
| Orindiuva               | 4,42     | 2   |    |
| Orlândia                | 1,38     | 2   |    |
| Osasco                  | 1.172,42 | 78  | 16 |
| Oscar Bressane          |          |     |    |

|                       |          |    |    |
|-----------------------|----------|----|----|
| Osvaldo Cruz          | 1,67     | 3  | 1  |
| Ourinhos              | 96,74    | 24 | 1  |
| Ouro Verde            | 1,89     | 1  |    |
| Ouroeste              | 29,07    | 1  |    |
| Pacaembu              |          |    |    |
| Palestina             | 12,00    | 3  | 3  |
| Palmares Paulista     |          |    |    |
| Palmeira d'Oeste      |          |    |    |
| Palmital              |          |    |    |
| Panorama              |          |    |    |
| Paraguaçu Paulista    | 10,63    | 2  |    |
| Paraibuna             | 22,85    | 8  | 1  |
| Paraíso               | 5,75     | 2  |    |
| Paranapanema          | 1,01     | 1  |    |
| Paranapuã             |          |    |    |
| Parapuã               |          |    |    |
| Pardinho              | 0,20     | 1  |    |
| Parquera-Açu          |          |    |    |
| Parisi                |          |    |    |
| Patrocínio Paulista   | 70,84    | 8  |    |
| Paulicéia             |          |    |    |
| Paulínia              | 3.298,43 | 49 | 27 |
| Paulistânia           |          |    |    |
| Paulo de Faria        | 12,00    | 1  | 1  |
| Pederneiras           | 417,93   | 8  | 5  |
| Pedra Bela            |          |    |    |
| Pedranópolis          |          |    |    |
| Pedregulho            |          |    |    |
| Pedreira              | 12,03    | 11 |    |
| Pedrinhas Paulista    | 0,24     | 1  |    |
| Pedro de Toledo       |          |    |    |
| Penápolis             | 9,63     | 34 | 1  |
| Pereira Barreto       | 1,02     | 1  |    |
| Pereiras              | 15,00    | 3  |    |
| Peruibe               | 1,13     | 1  |    |
| Piacatu               |          |    |    |
| Piedade               | 0,03     | 2  |    |
| Pilar do Sul          | 4,49     | 4  |    |
| Pindamonhangaba       | 1.246,43 | 85 | 40 |
| Pindorama             | 0,01     | 1  |    |
| Pinhalzinho           |          |    |    |
| Piquerobi             | 0,05     | 1  |    |
| Piquete               |          |    |    |
| Piracaia              |          |    |    |
| Piracicaba            | 680,24   | 94 | 21 |
| Piraju                | 120,03   | 3  |    |
| Pirajui               |          |    |    |
| Pirangi               | 5,21     | 1  |    |
| Pirapora do Bom Jesus | 0,64     | 1  |    |
| Pirapozinho           |          |    |    |
| Pirassununga          | 18,94    | 9  |    |
| Piratininga           | 3,62     | 2  |    |
| Pitangueiras          | 6,86     | 3  | 1  |
| Planalto              | 25,00    | 1  |    |
| Platina               |          |    |    |
| Poá                   | 4,38     | 1  |    |
| Poloni                |          |    |    |

|                      |          |     |    |
|----------------------|----------|-----|----|
| Pompéia              | 6,00     | 2   |    |
| Pongai               |          |     |    |
| Pontal               | 0,07     | 1   |    |
| Pontalinda           |          |     |    |
| Pontes Gestal        |          |     |    |
| Populina             |          |     |    |
| Porangaba            | 0,02     | 1   |    |
| Porto Feliz          | 72,20    | 5   | 3  |
| Porto Ferreira       | 12,25    | 10  |    |
| Potim                |          |     |    |
| Potirendaba          | 0,23     | 1   |    |
| Pracinha             |          |     |    |
| Pradópolis           | 3,79     | 1   |    |
| Praia Grande         | 94,05    | 24  | 4  |
| Pratânia             |          |     |    |
| Presidente Alves     |          |     |    |
| Presidente Bernardes |          |     |    |
| Presidente Epitácio  | 1,03     | 4   |    |
| Presidente Prudente  | 242,20   | 77  | 7  |
| Presidente Venceslau | 3,32     | 5   |    |
| Promissão            | 58,97    | 7   | 1  |
| Quadra               |          |     |    |
| Quata                |          |     |    |
| Queiroz              | 5,81     | 1   |    |
| Queluz               |          |     |    |
| Quintana             |          |     |    |
| Rafard               |          |     |    |
| Rancharia            | 1,60     | 1   | 1  |
| Redenção da Serra    |          |     |    |
| Regente Feijó        |          |     |    |
| Reginópolis          |          |     |    |
| Registro             | 0,36     | 2   |    |
| Restinga             |          |     |    |
| Ribeira              | 4,35     | 1   |    |
| Ribeirão Bonito      | 0,54     | 1   |    |
| Ribeirão Branco      |          |     |    |
| Ribeirão Corrente    |          |     |    |
| Ribeirão do Sul      |          |     |    |
| Ribeirão dos índios  |          |     |    |
| Ribeirão Grande      | 250,00   | 1   |    |
| Ribeirão Pires       | 13,62    | 10  | 1  |
| Ribeirão Preto       | 1.879,59 | 229 | 32 |
| Rifaina              |          |     |    |
| Rincão               |          |     |    |
| Rinópolis            | 0,02     | 1   |    |
| Rio Claro            | 393,59   | 93  | 11 |
| Rio das Pedras       | 24,38    | 5   | 4  |
| Rio Grande da Serra  | 0,12     | 1   |    |
| Riolândia            |          |     |    |
| Riversul             | 0,04     | 1   |    |
| Rosana               |          |     |    |
| Roseira              |          |     |    |
| Rubiácea             |          |     |    |
| Rubinéia             | 20,00    | 1   |    |
| Sabino               |          |     |    |
| Sagres               |          |     |    |
| Sales                |          |     |    |

|                            |           |     |    |
|----------------------------|-----------|-----|----|
| Sales Oliveira             | 0,08      | 1   |    |
| Salesópolis                | 2,60      | 5   |    |
| Salmourão                  |           |     |    |
| Saltinho                   |           |     |    |
| Salto                      | 184,80    | 47  | 9  |
| Salto de Pirapora          | 6,74      | 6   | 1  |
| Salto Grande               |           |     |    |
| Sandovalina                |           |     |    |
| Santa Adélia               |           |     |    |
| Santa Albertina            |           |     |    |
| Santa Bárbara d'Oeste      |           |     |    |
| Santa Branca               | 152,77    | 4   | 1  |
| Santa Clara d'Oeste        |           |     |    |
| Santa Cruz da Conceição    |           |     |    |
| Santa Cruz da Esperança    | 173,41    | 44  | 2  |
| Santa Cruz das Palmeiras   |           |     |    |
| Santa Cruz do Rio Pardo    | 3,04      | 14  |    |
| Santa Ernestina            |           |     |    |
| Santa Fê do Sul            | 0,25      | 5   |    |
| Santa Gertrudes            | 216,76    | 7   |    |
| Santa Isabel               | 23,87     | 3   |    |
| Santa Lucia                |           |     |    |
| Santa Maria da Serra       |           |     |    |
| Santa Mercedes             |           |     |    |
| Santa Rita do Passa Quatro | 2,33      | 2   | 1  |
| Santa Rita d'Oeste         |           |     |    |
| Santa Rosa do Viterbo      | 62,29     | 2   | 1  |
| Santa Salete               |           |     |    |
| Santana da Ponte Pensa     |           |     |    |
| Santana de Parnaíba        | 108,10    | 18  | 4  |
| Santo Anastácio            | 0,11      | 1   |    |
| Santo André                | 3.387,45  | 254 | 45 |
| Santo Antonio da Alegria   |           |     |    |
| Santo Antonio de Posse     | 5,46      | 1   |    |
| Santo Antonio do Aracanguá | 27,80     | 1   |    |
| Santo Antonio do Jardim    |           |     |    |
| Santo Antonio do Pinhal    | 1,07      | 4   |    |
| Santo Expedito             |           |     |    |
| Santópolis do Aguapeí      |           |     |    |
| Santos                     | 2.873,97  | 165 | 18 |
| São Bento do Sapucaí       |           |     |    |
| São Bernardo do Campo      | 6.711,31  | 237 | 61 |
| São Caetano do Sul         | 1.327,15  | 76  | 16 |
| São Carlos                 | 1.350,38  | 65  | 16 |
| São Francisco              |           |     |    |
| São João da Boa Vista      | 55,11     | 22  |    |
| São João das Duas Pontes   | 0,43      | 1   |    |
| São João de Iracema        |           |     |    |
| São João do Pau d'Alho     |           |     |    |
| São Joaquim da Barra       | 10,91     | 7   |    |
| São Jose da Bela Vista     |           |     |    |
| São Jose do Barreiro       |           |     |    |
| São Jose do Rio Pardo      | 7,39      | 3   | 2  |
| São Jose do Rio Preto      | 228,51    | 114 | 10 |
| São Jose dos Campos        | 10.010,38 | 338 | 84 |
| São Lourenço da Serra      |           |     |    |
| São Luis do Paraitinga     | 1,07      | 2   | 1  |

|                         |           |       |     |
|-------------------------|-----------|-------|-----|
| São Manuel              | 2,26      | 3     |     |
| São Miguel Arcanjo      | 2,11      | 2     |     |
| São Paulo               | 32.248,57 | 2.093 | 452 |
| São Pedro               | 20,66     | 2     | 2   |
| São Pedro do Turvo      |           |       |     |
| São Roque               | 44,14     | 6     | 2   |
| São Sebastião           | 40,45     | 21    |     |
| São Sebastião da Gramma | 0,04      | 1     |     |
| São Simão               | 2,13      | 2     |     |
| São Vicente             | 9,02      | 26    |     |
| Sarapuí                 |           |       |     |
| Sarutáia                |           |       |     |
| Sebastianópolis do Sul  | 23,73     | 2     |     |
| Serra Azul              |           |       |     |
| Serra Negra             | 12,40     | 8     | 1   |
| Serrana                 | 21,84     | 5     |     |
| Sertãozinho             | 76,64     | 22    |     |
| Sete Barras             |           |       |     |
| Severínia               |           |       |     |
| Silveiras               |           |       |     |
| Socorro                 | 0,96      | 3     |     |
| Sorocaba                | 2.216,74  | 222   | 82  |
| Sud Mennucci            | 0,09      | 1     |     |
| Sumaré                  | 1.465,26  | 74    | 20  |
| Suzanópolis             |           |       |     |
| Suzano                  | 1.217,64  | 45    | 11  |
| Tabapuá                 |           |       |     |
| Tabatinga               | 0,73      | 3     |     |
| Taboão da Serra         | 166,98    | 38    | 7   |
| Tacibá                  |           |       |     |
| Taguaí                  |           |       |     |
| Taiaçu                  |           |       |     |
| Taiuva                  |           |       |     |
| Tambau                  |           |       |     |
| Tanabi                  |           |       |     |
| Tapiraí                 |           |       |     |
| Tapiratiba              |           |       |     |
| Taquaral                |           |       |     |
| Taquaritinga            | 15,86     | 5     | 1   |
| Taquarituba             | 51,00     | 2     |     |
| Taquarivaí              |           |       |     |
| Tarabaí                 | 0,40      | 1     |     |
| Taruma                  | 30,20     | 5     |     |
| Tatuí                   | 134,75    | 32    | 6   |
| Taubaté                 | 4.397,11  | 128   | 41  |
| Várzea Paulista         |           |       |     |
| Teodoro Sampaio         |           |       |     |
| Terra Roxa              |           |       |     |
| Tietê                   | 4,07      | 5     | 1   |
| Timburi                 |           |       |     |
| Torre de Pedra          |           |       |     |
| Torrinha                |           |       |     |
| Trabiju                 |           |       |     |
| Tremembé                | 0,60      | 2     | 1   |
| Três Fronteiras         |           |       |     |
| Tuiuti                  |           |       |     |
| Tupã                    | 15,67     | 25    | 2   |

|                        |            |       |       |
|------------------------|------------|-------|-------|
| Tupi Paulista          |            |       |       |
| Turiuba                |            |       |       |
| Turmalina              |            |       |       |
| Ubarana                |            |       |       |
| Ubatuba                | 15,62      | 12    | 1     |
| Ubirajara              | 0,03       | 1     |       |
| Uchôa                  | 0,26       | 1     |       |
| União Paulista         |            |       |       |
| Urânia                 |            |       |       |
| Uru                    |            |       |       |
| Urupês                 |            |       |       |
| Valentim Gentil        | 0,31       | 4     |       |
| Valinhos               | 255,99     | 25    | 12    |
| Valparaíso             | 298,95     | 9     | 5     |
| Vargem                 |            |       |       |
| Vargem Grande do Sul   | 0,56       | 4     |       |
| Vargem Grande Paulista | 11,94      | 2     |       |
| Várzea Paulista        | 225,60     | 7     |       |
| Vera Cruz              |            |       |       |
| Vinhedo                | 508,21     | 21    | 5     |
| Viradouro              | 0,08       | 1     |       |
| Vista Alegre do Alto   | 1,09       | 1     |       |
| Vitória Brasil         |            |       |       |
| Votorantim             | 59,82      | 19    | 3     |
| Votuporanga            | 7,91       | 15    |       |
| Zacarias               | 1,02       | 1     |       |
| Diversos Municípios    | 42.271,85  | 357   | 137   |
| Totais                 | 168.246,99 | 9.658 | 2.110 |